

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 796
30 de Março de 1989
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Mal da Economia não se trata com aspirinas

PCP analisa situação actual da economia e da agricultura, critica a política governamental seguida nestes sectores e sublinha a necessidade de medidas de fundo para fazer face a 1992



Os camaradas Carlos Carvalho e Agostinho Lopes abordaram em conferência de imprensa respectivamente a situação económica e a situação na agricultura. Participaram, ainda neste encontro com a imprensa os camaradas Octávio Teixeira e Carlos Amaro

Págs. 12 e 13/Semana

Plenário regional das UCP's/Cooperativas

Trabalhadores decidem resistir em todas as frentes



Mais de oitocentos delegados participaram no Plenário de Évora. Vindos de todos os distritos abrangidos pela zona de intervenção da Reforma Agrária, os participantes interromperam os trabalhos para se dirigirem à Direcção Regional da Agricultura. Os portões estavam fechados. Mas uma delegação conseguiu a marcação de uma audiência pedida há meses

Págs. 8 e 9/Semana

Movimento sindical

Págs. 1, 2 e 3/Semana

PROTESTO E ACCÇÃO

- Pára de novo a CP
- Jornada dos Metalúrgicos
- Repressão na Siderurgia
- Sheraton: 12% sem greve
- Luta pelas 40 horas
- Governo legisla sem lei
- Defesa do sector público
- Sumário sindical



Delegação do PC da China em visita a Portugal

A delegação do Partido Comunista da China, dirigida pelo camarada Song Ping, que se encontra de visita a Portugal, a convite do PCP, desde domingo passado, teve conversações na sede do Comité Central com uma delegação do PCP dirigida por Álvaro Cunhal. Do programa da estadia, que incluiu uma visita a uma Cooperativa da Reforma Agrária, registamos hoje alguns aspectos. A delegação participou num comício, ontem à noite, no Barreiro e terminará a sua visita amanhã

Pág. 5/Semana



Em Foco

Ano 59 - Série VII
N.º 796
30 de Março de 1989
3.º Caderno
Dia para um vendido
esplendoroso

CONTRA
P LABORAL
T SALARIAL

**A unidade e a luta
nos transportes
de Lisboa**

VI 30/3/89 • FOCUS/Em Foco

**Região Autónoma
da MADEIRA
As eleições autárquicas
e as orientações
de trabalho do PCP**

Importância das eleições

As eleições autárquicas de 1989 constituem uma grande luta pela política e um momento importante no processo de intervenção da influência dos partidos e da força de mobilização.

Na Região Autónoma da Madeira, em que os órgãos do PCP, desde há algum tempo, têm vindo a desenvolver um trabalho de intervenção política e social, a luta pela unidade e pela defesa dos interesses da população é uma tarefa fundamental.

Na Região Autónoma da Madeira, a luta pela unidade e pela defesa dos interesses da população é uma tarefa fundamental.

Formação dos listos

As orientações do Partido do Trabalho para a formação dos listos de trabalho são:

- As listas para os órgãos municipais - Cidades e freguesias - deverão ser constituídas por elementos da população que tenham sido activos na luta sindical e política.
- As listas para as Câmaras e Assembleias Municipais deverão ser constituídas por elementos da população que tenham sido activos na luta sindical e política.

Objetivos

Realizar um trabalho de intervenção política e social em geral, nomeadamente em relação às forças produtivas da Região Autónoma, tendo em vista a defesa da democracia, bem como a intervenção do PCP na luta pela unidade e pela defesa dos interesses da população.

Órgãos a convocar

O Partido deve trabalhar para convocar candidaturas a todos os órgãos a convocar.

Atitude reflectida e séria

Na necessária hierarquização das principais questões do momento presente, três assumem particular relevo na actualidade política nacional e se impõem à reflexão e acção dos partidos e organizações democráticas e no plano mais geral a todo o movimento operário e popular:

— *A crescente degradação da moral do Poder sob o domínio da direita governante;*

— *As distorções e destruições do nosso aparelho económico e produtivo com as suas graves consequências sociais sob o signo das reprivatizações e na perspectiva do Mercado Único Europeu em 1993;*

— *A ameaça de subversão a curto prazo do nosso ordenamento constitucional e a consequente desfiguração do regime democrático instaurado com o 25 de Abril de 74;*

A ordem porque aqui as inscrevemos é arbitrária mas há entre elas uma evidente e estreita relação.

Quanto à primeira, não é surpreendente que assistamos nos dias actuais à progressiva degradação da moral do Poder; à proliferação em escala geométrica nas esferas da administração pública de casos de corrupção, de fraude, de nepotismo como forma superior e mais refinada do compadrio; à formação de autênticos «sindicatos» de «executivos» da alta negociata subterrânea onde se jogam milhões, com os seus «barões» e «baronetes», os seus «padrinhos», os seus «boss».

Essa é a moral da direita no Poder, a dinâmica dos monopólios e do capitalismo monopolista de Estado, a filosofia de classe do grande capital e das transnacionais que claramente inspiram e são o motor da acção do Governo PSD/Cavaco Silva, com todo o seu cortejo de aceradas lutas de interesses, de surdas disputas e rivalidades de grupos e clãs que em determinado momento inevitavelmente saltam do silêncio e da penumbra dos gabinetes para a soalheira das ruas.

O «caso do dia» mais escaldante do demissionário secretário de Estado da Administração da Saúde, do escalão hierárquico imediato da ministra da Saúde — que frequentemente se estriba na confiança do Primeiro-Ministro, ainda anteontem reafirmada pelo próprio no seu estilo peculiar, que do eventual escândalo procuram lavar as mãos — é paradigmático dessa moral do Poder sob a égide do cavaquismo.

«**N**ão há fumo sem fogo» diz sabiamente na sua lapidar expressão o adágio popular.

Dos «fumos da corrupção» que se evoluam da orgânica hospitalar do Estado e de que abundantemente se tem feito eco nos últimos dias

a comunicação social falada e escrita, deve-se com exigente transparência e imperiosidade apurar os factos, identificar os focos e daí tirar-se necessárias conclusões para o conhecimento e o veredicto públicos.

Nas questões concretas ligadas ao demissionário secretário de Estado e ao Ministério da Saúde, que envolvem dezenas de milhões de contos, problemas como os do aprovisionamento hospitalar; os da instalação dos Hospitais de S. Francisco Xavier, de Lisboa, e da Prelada, no Porto, entre outros; o da nomeação de gestores hospitalares não qualificados para a quase totalidade dos estabelecimentos de Saúde pelo secretário de Estado demissionário, com o beneplácito da ministra da Saúde; o do escândalo dos «genéricos»; os da informatização das ARS e das Farmácias, até agora a cargo do Estado e recentemente alienados a favor de entidades privadas com grossos benefícios à vista, envolvendo dezenas de milhões de contos em todo este acervo de obscuras operações, é imperativo fazer-se o rigoroso apuramento dos factos.

Outros «focos» e outros casos (como o do próprio ministro Cadilhe) estão insuficientemente apurados ou em moroso processo de apuramento como os do Fundo Social Europeu; os da entrega ilegal indiscriminada de «reservas» na Zona de Intervenção da Reforma Agrária e do esbulhamento de terras das UCP's e de inúmeros pequenos e médios agricultores contemplados com parcelas de terras pelos governos da «AD»; os da eucaliptação em massa de vastas áreas da nossa superfície agrícola e florestal pelas grandes empresas celulósicas, numa das quais, e das mais importantes, tem interesses o próprio Ministro da Agricultura e Pescas.

O apuramento aprofundado destes casos demonstrará à evidência que esta degradação moral não é um fenómeno fortuito que afecta apenas sectores parcelares de tal ou tal departamento do Estado, de tal ou tal secretário de Estado, de tal ou tal ministro, mas sim o Governo PSD/Cavaco Silva no seu conjunto, do seu projecto restauracionista do poder dos monopólios, da natureza contra-revolucionária dos seus planos, do seu projecto, da sua prática política.

Pretender resolvê-los com a demissão de um ou outro ministro (que naturalmente pode ter justificação pontual), como pretende agora o PS no caso da ministra da Saúde, é iludir a verdadeira natureza do problema e envolver na cortina de fumo de uma oposição de fachada a conciliação e as alianças de facto com o Governo e o PSD em outras áreas nevrálgicas da política nacional, como as da revisão da Constituição e do Poder Local em que o PS continua empenhado.

Quanto à segunda questão, das que atrás enunciámos, a situação económica e social concreta do País e as últimas medidas postas em prática pelo Governo dão um quadro objectivo da incapacidade e incompetência do elenco governativo chefiado por Cavaco para dar solução aos mais cruciantes problemas económicos e sociais do País e das distorções e destruições do nosso aparelho económico e produtivo na perspectiva do embate do Mercado Único Europeu em 1993.

Uma atrabiliária política consumista dos volúmosos recursos oriundos de uma conjuntura externa transitoriamente favorável, o desbarato pelo Governo de três anos dessa conjuntura favorável sem ter atacado em tempo útil — como foi anteontem salientado na conferência de imprensa do PCP por Carlos Carvalhas — «as nossas debilidades estruturais, sem ter sequer elaborado estudos globais e sectoriais sobre as consequências para Portugal do «Mercado Único» nem sobre medidas necessárias para lhe fazer face», ameaça agora, com a previsão do fim das «vacas gordas» de origem externa e as atrabiliárias decisões últimas do Governo, dias sombrios para a economia portuguesa e para as condições de vida das classes, camadas e sectores sociais mais carenciadas da nossa população.

Aos números oficiais aqui referidos na semana transacta do défice da Balança Comercial entre Janeiro e Novembro de 1988, então avaliados em 755 milhões de contos, deve para já acrescentar-se mais cerca de 100 milhões de contos de novos aumentos antes não considerados no volume das importações, o que faz subir para mais de 28% o aumento do défice comercial relativamente a igual período de 1987, que nas previsões preliminares aqui referidas há uma semana se computava em 25%.

A real (e apenas pelo Governo em parte confessada) subida da taxa de inflação, agora num movimento tendencial para a alta, que desmentê as enganadoras previsões governamentais, tende a agravar numa escala imprevisível todos os factores da política económica e financeira e sobretudo da política social para o ano em curso com directas incidências no aumento do custo de vida.

A declaração de Carlos Carvalhas à imprensa, que noutra lugar publicamos, é esclarecedora do clima de instabilidade e de insegurança gerada pelas incongruências da política económica e financeira do Governo PSD/Cavaco Silva e pela sua imprevidência para o embate de 1993.

Também as reacções dos sectores sociais mais afectados pelas medidas ultimamente anunciadas pelo ministro Cadilhe revelam as profundas

Resumo

22

Quarta-feira

O Secretário de Estado da Administração da Saúde anuncia a sua demissão. Costa Freire vinha há meses sendo acusado de envolvimento, como membro do Governo, em interesses privados ■ Representantes de todos os partidos da oposição reúnem-se com a imprensa, na Assembleia da República, e anunciam o seu acordo em assinar um projecto conjunto de deliberação que levará o parlamento a debater o Plano de Desenvolvimento Regional ■ Cinco mil trabalhadores ferroviários aprovam em plenário nacional da Federação dos Sindicatos Ferroviários uma paralisação marcada para todas as manhãs da primeira semana de Abril ■ Delegações da OLP e dos Estados Unidos retomam, à porta fechada, as conversações iniciadas no fim do ano passado sobre a resolução pacífica dos problemas do Médio Oriente ■ Trezentos guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional atacam o centro penitenciário La Esperanza, em El Salvador, libertando vários presos ■ O Partido Comunista Italiano conclui em Roma o seu 18.º Congresso. O novo Comité Central confirma no cargo o secretário-geral Achille Occhetto ■ O Governo soviético anuncia que tem preparado um projecto de reforma da gestão territorial que será em breve submetido a debate público ■ O Parlamento húngaro aprova em Budapeste uma nova lei da greve que alarga os direitos dos sindicatos na convocação desta forma de luta.

23

Quinta-feira



Realiza-se em Évora um plenário regional de trabalhadores da Reforma Agrária. Durante uma interrupção dos trabalhos, os participantes dirigem-se em desfile às instalações do MAP, onde encontram os portões fechados. Uma delegação, no entanto, consegue ser recebida por um representante oficial, ficando acordada uma reunião entre os representantes dos trabalhadores e o Director Regional do MAP ■ O Presidente do PRD desmente a participação de militantes do seu partido nas listas do PS para o Parlamento Europeu, notícia posta a circular pela RTP na véspera ■ O ministro da Educação português e os seus homólogos dos PALOP's consideram publicamente como um «êxito» os trabalhos da cimeira que os reuniu em Lisboa onde discutiram questões de cooperação ■ Conselho de Ministros aprova o nome do futuro Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e recebe em audiência o general Soares Carneiro, enquanto a imprensa especula sobre a nomeação deste general, ex-candidato da direita derrotado nas eleições presidenciais, para

o cargo de CEMGFA ■ A Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação de Automóveis critica publicamente as novas medidas anunciadas para o sector pelo ministro Cadilhe ■ O Parlamento da República autónoma do Kosovo, na Jugoslávia, aprova modificação constitucional reforçando os poderes da Sérvia sobre a zona maioritariamente habitada por albaneses.

24

Sexta-feira

O Governo atribui mais 79 alvarás de rádio em 65 concelhos do continente ■ Em acidente inexplicado, uma carrinha embate contra o monumento dedicado a Luísa Todi, na cidade de Setúbal, derrubando a estátua e provocando a indignação popular ■ Na mesma cidade, as representações partidárias do PS e do PSD reúnem-se para reafirmar a vontade de manter a coligação de direita para a autarquia ■ Jacques Chirac é reeleito pela terceira vez para o cargo de Presidente do município de Paris, em votação do Conselho Municipal ■ O Presidente dos Estados Unidos anuncia acordo obtido no Congresso para a ajuda aos «contras» da Nicarágua ■ O dirigente húngaro Karoly Groz afirma que se registou completo acordo durante as conversações que manteve com Mikhail Gorbatchov no Kremlin.

25

Sábado

O Presidente da Câmara de Ponte de Barca, eleito pelo PSD, demite-se do partido com mais 30 militantes, sendo a autarquia agora gerida por «independentes» ■ Seis mortos e 165 feridos é o primeiro balanço feito aos acidentes registados durante os primeiros dias do fim-de-semana da Páscoa ■ José Vitorino, antigo deputado do PSD e hoje presidente do MRA manifesta-se crítico ao Plano de Desenvolvimento Regional apresentado pelo Governo, afirmando que o PDR «não garante a superação dos atrasos nem a correcção dos desequilíbrios» ■ Em entrevista radiodifundida, Carlos Macedo regozija-se com a sua eventual expulsão do PSD ■ Delegação parlamentar espanhola parte para a Argélia a fim de se encontrar com representantes da Frente Polisário e visitar a República Árabe Sarauí Democrática ■ Milícias druzas e exército da Síria travam duelo de artilharia com o Exército «cristão» libanês em Beirute.

26

Domingo



Chega a Lisboa para uma visita a Portugal, uma delegação do Partido Comunista da China, dirigida por

Song Ping. A Delegação do PCC é recebida no aeroporto pelos camaradas Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política, e por Albano Nunes, suplente do Secretariado do Comité Central ■ É morto a tiro, por um guarda da GNR à paisana, um adolescente que terá ameaçado, numa estação do Barreiro, o referido guarda, com uma faca de mato, no seguimento de desordem ■ As eleições autárquicas que se realizam na Turquia apresentam dois mortos como primeiro balanço ■ Sondagem na RFA revela que 64 por cento dos inquiridos são favoráveis à substituição de Khol na chefia do Governo ■ Realizam-se eleições na União Soviética para o novo Congresso dos Deputados do Povo.

27

Segunda-feira

Actores e personalidades ligadas ao teatro, reunidos para a comemoração do Dia Mundial do Teatro, condenam a iniciativa do Primeiro-Ministro de ter organizado uma récita para a sua residência oficial ■ Sucodem-se as ameaças de bomba: Desta vez a ameaça teve como alvo as instalações da Petrogal, em Lisboa ■ Leonor Beleza reafirma publicamente que possui a confiança do Primeiro-Ministro e que se propõe continuar ■ No aniversário da PSP, o ministro da Administração Interna aproveita as comemorações para se pronunciar contra os sindicalistas daquela corporação ■ Comandante da polícia é morto a tiro em Kosovo por manifestantes que abrem fogo sobre as forças policiais ■ A ETA, organização separatista basca, anuncia a intenção de prolongar até 24 de Junho a «trégua de acção armada» ■ Boris Elssine, membro do CC do PCUS, ganha as eleições em Moscovo, com 89,44 por cento dos votos, contra 6,86 por cento que recebeu o outro candidato ao mesmo lugar.

28

Terça-feira

O Primeiro-Ministro recusa a exigência do PS de que demita a ministra da Saúde, Leonor Beleza ■ Em conferência de imprensa, o PCP apresenta aos jornalistas uma análise actual da situação económica portuguesa, no quadro da preparação do mercado interno comunitário de 1992 ■ O Movimento de Estudantes contra a lei de acesso envia ao Ministério da Educação propostas de alteração do regime de acesso ao ensino superior, para vigorarem apenas este ano, mantendo a exigência de suspensão do diploma no final do ano lectivo ■ Estudo da Comissão da Comunidade Europeia revela que Portugal é o país da CEE que menos dispense com a segurança social ■ Um balanço divulgado pela France Press indica que duas semanas de combates no Líbano provocaram quase 500 vítimas ■ Violentos confrontos na província jugoslava de Kosovo, entre forças policiais e nacionalistas de etnia albanesa, provocaram 21 mortos ■ «A glasnost e a perestroika venceram» as eleições de domingo na URSS, afirma à imprensa o porta-voz Guerassimov ■ UNTAG anuncia que todas as leis racistas vão ser abolidas na Namíbia até dia 1.

preocupações de amplos sectores da sociedade portuguesa.

Quanto à terceira questão — a ameaça de desfiguramento e subversão do nosso ordenamento constitucional e do regime democrático — aborda um perigo real prestes a consumar-se com a inqualificável aliança PS/PSD para a revisão da Constituição e com a aceleração dos trabalhos e as conseqüentes limitações do debate e do exame dos diversos projectos no seio da Comissão Parlamentar Especial Impostos pelos dois partidos aliados, a que deve juntar-se o CDS.

E à luz da falência política do Governo PSD/Cavaco, das suas medidas antipopulares e antinacionais, mais se avoluma a incoerência da aliança de facto do PS com o PSD e da inconseqüência da «oposição a 100%» formulada pelo novo secretário-geral do PS à política cavaquista.

A falhada política a reboque da conjuntura praticada pelo Governo PSD/Cavaco Silva recebe, com a condenável conciliação do PS, um fôlego adicional para a continuação da direita no Poder, para o perigo da consumação a nível constitucional do processo da contra-revolução, para o adiamento no tempo de uma alternativa democrática viável da esquerda ao domínio da direita.

A conclusão recente de novos acordos entre o PS e o PSD contra a CDU nas eleições autárquicas de Dezembro — em contraste com a recusa de coligações e entendimentos com o PCP — constitui uma nova manifestação das inflexões do Partido Socialista nas suas alianças com a direita. Com o PSD, que sozinho ou em aliança com o CDS, se propõe desalojar o PS da direcção autárquica de 38 concelhos!

E perante as justas críticas do PCP os dirigentes socialistas gritam «Aqui d'el rei!» que «que os comunistas consideram o PS seu inimigo principal» e outros dislates sem base.

E apesar disso, numa persistente acção unitária e convergente no âmbito político e social mais vasto no quadro das forças democráticas, o PCP bate-se infatigavelmente por um entendimento com os socialistas e todos os outros sectores da esquerda sem exclusões no combate ao Governo da direita à sua política e pela construção e viabilização de uma alternativa democrática, por uma política patriótica de defesa e consolidação do regime democrático.

Para o PCP a abertura política não é uma fachada demagógica ou uma cedência sem princípios mas uma atitude reflectida e séria para a continuação de Portugal de Abril.

Avante!
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES - UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média no mês de Janeiro foi de 24 675

Ferroviários voltam a parar

No seguimento do processo de luta desencadeado pelo conflito na CP, os ferroviários aprovaram novas paralisações de trabalho durante cinco dias esta semana.

Ao mesmo tempo, o conselho nacional da Federação do sector (FSTFP) protestava «energicamente contra a escalada de repressão» do conselho de gerência (CG), que entre outras atitudes, impediu que os trabalhadores se concentrassem no átrio da empresa, nas instalações do Rossio, em Lisboa.

O CG recorreu a esse processo, depois de ter procurado «intimidar os trabalhadores com cartas de notificação sobre os serviços mínimos». Não satisfeita com a manobra, a gestão da CP emitiu ainda uma circular em que «ameaçava com processos disciplinares os trabalhadores que exercessem o direito de greve».

A direcção da FSTFP afirma que as atitudes repressivas do CG «apenas põem a descoberto a sua má cons-

ciência e o receio que tem de enfrentar as vítimas da sua péssima gestão e da sua política anti-social, dominada pelo arbítrio, pela ilegalidade, pela incapacidade de diálogo e pela tentativa de impor aos ferroviários, pelo segundo ano consecutivo, uma redução efectiva dos salários reais».

A decisão de greve nos próximos dias 3, 4, 5, 6 e 7 foi tomada em 22 do corrente numa concentração em que participaram mais de 5000 ferroviários. Na resolução aprovada nesse dia, junto às instalações do CG, no Rossio, em Lisboa, os trabalhadores justificaram o novo recurso à greve pela **correção salarial de 1988 em 3 por cento; por aumentos justos na tabela salarial, nunca inferiores a 11 por cento; pela redução do horário de trabalho para um máximo de 40 horas; pela redução da idade da reforma; combate e repúdio contra o pacote laboral; e contra a lei de bases dos transportes terrestres.**



Apesar da repressão, os ferroviários reuniram-se e aprovaram a greve

Para o próximo dia 13 de Abril, ou para outra data, «caso haja razões que o justifiquem», ficaram marcados

plenários para analisar as posições do CG e a condução da luta na CP.

A greve desta semana, en-

tre as 5 e as 10 horas, abrange os trabalhadores do movimento (tracção, trens e revisão, via fluvial, estação,

guardas de passagens de nível e sector rodoviário) e, entre as 8 e as 11 e 30, os restantes trabalhadores.

Siderurgia Insólita atitude

Metalúrgicos efectuem jornada de luta. Na SN a gestão rompe negociações directas do AE. Representante do MT retira-se da sala, inopinadamente, e é substituído pela segurança do Ministério

Os metalúrgicos, que marcaram para ontem, 29, uma jornada de luta de âmbito nacional, com concentrações em Lisboa e no Porto, continuavam a recusar os 9 por cento de aumentos salariais no contrato colectivo, enquanto que na Siderurgia Nacional o conselho de gerência (CG) rompia as negociações directas do AE (Acordo de Empresa), obrigando os sindicatos a recorrer à conciliação no Ministério do Trabalho. Mas, sem qualquer justificação e logo na primeira sessão com um representante do MT, o funcionário «retirou-se inopinadamente da sala». Momentos depois, afirmam os sindicalistas, «surtiu a segurança a «convidar» os representantes da Federação (FSMMMP) a saírem do edifício, sem que tenha sido apresentada qualquer razão para esta insólita atitude».

A ocorrência verificou-se no passado dia 17. Na manhã do dia seguinte, os sindicalistas da FSMMMP voltaram ao Ministério do Trabalho para prosseguirem com as negociações de conciliação. Depararam porém com a resposta de que o «concedido» não estava e que o

respectivo director não os podia receber.

Repressão na Siderurgia

Entretanto, e segundo nota da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, o CG

da SN enviava a oito activistas sindicais outras tantas cartas de «intenção de despedimento», por estes se limitarem a exercer as suas funções como sindicalistas.

A Federação reafirma que não abdicará do direito à contratação colectiva e que «vai continuar a utilizar todos

os meios para prosseguir com o seu exercício», incluindo naturalmente o caso da Siderurgia.

Recorde-se que está em curso um plano de 2000 despedimentos na SN e que a gerência pretende retirar direitos e regalias, principalmente no que respeita, segundo a FSMMMP, aos «es-

quemas de pensões complementares e outros subsídios de reforma e sobrevivência».

Quando a jornada de luta, os seus objectivos nacionais são:

- Exigir do Governo que abandone os seus propósitos quanto à lei dos despedimentos e ao pacote laboral;

- Repudiar a política social e económica do Governo, e que este dê resposta aos problemas do sector e das empresas;

- Garantir o direito ao trabalho e à segurança no emprego;

- Exigir ao patronato do sector que evolua à mesa das negociações de revisão do contrato, aproximando-se dos aumentos salariais já praticados em empresas, que vão até 15 por cento e mais, quando nas negociações apenas evoluiu até 9 por cento;

- Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas.

Prioridades da Interjovem

O combate à precariedade

Criada recentemente em Coimbra numa Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora, a Interjovem — nova estrutura no âmbito da CGTP — aprovou uma série de reivindicações já apresentadas aos órgãos do poder. A nova organização, que terá funcionamento autónomo e organismos de direcção eleitos, como já aconteceu na Conferência de Coimbra, apresenta como primeiro ponto das suas reivindicações, num total de dez, o «combate ao emprego precá-

rio». A par das reivindicações e dos objectivos que se propõe concretizar, a Interjovem, reclama uma «estratégia de desenvolvimento», que não se baseie apenas na «utilização de tecnologias mais produtivas». O objectivo nacional desse desenvolvimento deve basear-se também e fundamentalmente na «valorização dos recursos humanos».

Conforme as reivindicações aprovadas pela Conferência, a Interjovem lutará

para que o combate ao emprego precário se efectue «através da limitação dos contratos a prazo» e da fiscalização efectiva das condições contratuais por parte da Inspecção Geral do Trabalho.

As outras nove reivindicações da Interjovem ordenam-se como segue: «combate ao abandono prematuro da escola; ratificação por parte de Portugal da Convenção 138 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que

prevê a idade de ingresso no mercado do trabalho aos 16 anos; criação de um sistema transitório que permita ocupar as crianças e jovens que abandonem precocemente a escola; inclusão obrigatória da educação sexual nos programas escolares, com a divulgação dos métodos de planeamento familiar; aumento do apoio social aos desempregados; garantir o direito à segurança social dos jovens trabalhadores, independentemente do seu vínculo contratual, bem como aos

jovens em programas ocupacionais (OTJ e IJOVIP); melhoria do regime de atribuição do salário mínimo; proporcionar aos jovens condições que permitam o acesso à habitação; reconhecimento do duplo carácter da aprendizagem que impõe: a) bolsa de formação propriamente dita, a ser atribuída pelo organismo estatal competente, b) uma outra parte que deverá corresponder a uma parcela da remuneração que, na empresa, é atribuída à profissão «estabilizada».

Conselheiro Woody

Li não sei onde que Woody Allen, ainda adolescente, conseguia produzir 20 anedotas numa hora para uma cadeia de rádio, o que obrigava os seus patrões de então a fecharem os olhos às roupas anti-convencionais que o jovem teimava em usar, contra o gosto e as ordens vigentes. É que as anedotas eram todas boas...

Lembrei-me disto quando vi há pouco, nos jornais, a transcrição duma entrevista de Miguel Cadilhe à «Rádio Correio da Manhã» (ela própria a emitir em consequência de um concurso-anedota de Rádios Locais), onde o ministro das Finanças de Cavaco Silva produziu hilaridades de alto coturno.

Em primeiro lugar revelou que a economia portuguesa «ia a uma velocidade de 150 km, sofreu uma desaceleração para 120 mas não fez inversão de marcha».

Ótimo. Vai de carrinho. Quando ficar paradinha de todo não há acidente que lhe chegue — tem é de estacionar bem, por causa da multa.

Depois, a propósito das restrições ao crédito automóvel por ele próprio anunciadas recentemente, Cadilhe produziu o seguinte: «Asseguro, em nome do Governo, que o bem-estar das famílias portuguesas vai continuar».

É evidente que a pilhéria, aqui, está no truncado da frase. Trata-se de uma coisa inesperadamente subtil, à inglesa, onde cada um deverá descobrir como é que o bem-estar dos portugueses vai continuar: se a pé, às cavalitas, de cócoras, ao pé coxinho ou simplesmente de rastos, como de costume.

De qualquer modo o simples facto de continuar já tem um piadão. O ser o Governo a assegurá-lo, é de ir às lágrimas.

Manifestamente fascinado pela «boutade» rodoviária, o ministro ainda acrescentou, quanto às empresas de venda automóvel que andam para aí aflitas com as previsíveis quebras no negócio: «podem enfrentar sem receios a crise conjuntural» pois têm suficientes reservas resultantes da «enormidade de vendas registada em 1988».

São, portanto, assim uma espécie de camelos do ramo automóvel. Pois então não se descuidem, ou ainda lhes cai uma permuta ministerial em cima que os põe a correr no Paris-Dakar. E sem apoio da Guarda Fiscal, quanto mais da Brigada de Trânsito.

Com tudo isto «não houve variações negativas no crescimento», a produção continuará a crescer «à taxa ótima de 4 por cento» e a inflação «continua a ser hiperdimensionada». A graça está na mistura deliberada de ficção e realidade, com esta última correctamente representada pela «inflação hiperdimensionada». Se o domínio do português não é lá grande coisa neste encadeado economicista, em contrapartida o sarcasmo afigura-se soberbo.

Mas o melhor veio a seguir.

Em matéria de salários o ministro explicou que para se perceber os «aumentos reais» dos dois últimos anos (precisamente os do Governo maioritário de Cavaco Silva) é necessário ter em conta que «as empresas públicas rentáveis distribuíram lucros entre os seus trabalhadores, provocando aumentos que talvez só tenham paralelo no ano louco de 1975».

Daí resultará que o incrível surto de bem-estar que se apossou do País nestes últimos dois anos não tem, afinal, nada a ver com a apregoada acção do Executivo: deve-se apenas ao facto de sermos todos funcionários públicos e afins, com um Governo «gonçalvista» à frente a promover aumentos que nem um doido.

Quanto ao trabalho precário que agora existe ele é, segundo o ministro, «característico das economias modernas» enquanto boa parte do desemprego de longa duração «é falso ou voluntário». Aqui a piada tem barbas, mas não deixa de ser engraçado ouvir um governante jovem como Miguel Cadilhe chamar «moderno» ao trabalho precário, quando ele já era uma antiguidade no dia em que o ministro nasceu. O que, sem dúvida, faz da juventude política de Cadilhe uma velharia. Igualzinha à que apregoou até «ao ano louco de 1975» que, neste País sangrado durante décadas por uma emigração brutal, «só não trabalhava quem não queria».

Para terminar com modernidade Miguel Cadilhe ainda disse, a propósito de nós todos, portugueses, que acreditamos «em índices e metas que, em outros países, passam despercebidos se não forem cumpridos».

É por isso, se calhar, que quando julgamos ter um Woody Allen na mão nos aparece um Acácio a voar. À conselheiro, claro.

■ H.C.

Trabalhadores

Sumário sindical

Tudor — A massa salarial no seu todo fixou-se ligeiramente acima dos 11 por cento, na empresa de baterias Tudor, em relação aos salários do ano passado. Segundo o **Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI)**, o acordo de revisão foi conseguido depois de, unilateralmente, a administração da fábrica de Castanheira do Ribatejo ter mandado «processar 9,6 por cento de aumento», pretendendo assim acabar com as negociações. Ainda de acordo com o Sindicato, «uma greve de um mês às horas extraordinárias e uma paralisação de 24 horas em 24 de Fevereiro levaram ao reatamento das negociações e ao acordo agora verificado».

Motricidade — Um «amplo movimento de protesto» dos profissionais de educação física e da maioria dos docentes do ISEF contraria a iniciativa do presidente do conselho científico que pretende alterar a designação do Instituto para «Faculdade de Motricidade Humana». A direcção da **Sociedade Portuguesa de Educação Física** protestou contra essa iniciativa junto do ministro da Educação. Numa carta enviada a esse membro do Governo, a Sociedade recusa a alteração da legislação do Instituto Superior de Educação Física, pois «a designação proposta está longe de obter consenso dos meios científicos e profissionais», tanto dentro como fora do nosso país. A alteração proposta pelo presidente do conselho científico incluiria a deliberada intenção de «divorciar o ISEF do seu mais firme e representativo campo de trabalho: a educação física e o desporto», acrescenta a direcção da Sociedade Portuguesa de Educação Física na carta enviada ao ministro Roberto Carneiro.

Consumidor — A opinião pública deve ser informada e formada quanto às questões relacionadas com a defesa do consumidor, salienta a **GCTP**, que reclama a defesa dos respectivos direitos. Ao evocar o Dia do Consumidor, a central sindical recorda que a segurança de bens e serviços, está garantida pelo art.º 110.º da Constituição e pela Lei 29/81, mas impõe-se — acrescenta a central — «a necessidade de implementar os mecanismos de protecção eficaz», aplicando nomeadamente à legislação nacional a directiva da CEE sobre o assunto. Com o peso da sua representatividade, a **CGTP** contribuirá para «a informação e tomada de consciência dos direitos protegidos pela legislação» e actuará junto das entidades responsáveis para «a adopção das medidas recomendadas». Recorde-se que o Dia do Consumidor coincidiu praticamente com uma greve nos matadouros na semana passada.

Lisnave — A **Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval**, ao analisar recentemente a crise no sector (as empresas, na generalidade dos casos,

encontram-se numa «situação de ruptura financeira permanente»), aponta a situação da Lisnave que, «tendo atingido no ano de 1988 a posição de líder no mercado mundial», continua com salários em atraso no que respeita aos reformados. Reclamando o «saneamento financeiro das empresas», a Coordenadora aponta um conjunto de medidas em que se destaca o «reapetrechamento e desenvolvimento tecnológico dos estaleiros», bem como a «aplicação do programa **Renaval**, sobretudo para apoiar os trabalhadores despedidos».

Caducidade — Numa nota à Imprensa, a **CGTP** lembra que caducou o prazo para o Governo legislar sobre os despedimentos. Os 180 dias consignados na respectiva lei de autorização legislativa terminaram em 16 do corrente. «No ordenamento jurídico — salienta a central sindical — deixou de existir essa autorização da Assembleia da República». No entender da **CGTP**, «não pode ficar na mão do Governo a decisão de publicar o decreto-lei autorizado, no momento político que mais lhe aprofundar».

Preços — Num extenso comunicado recentemente distribuído sobre «Baixos salários/preços elevados», a **União dos Sindicatos de Lisboa** salienta que os «estudos confirmam as preocupações da USL». Pondo a tónica no «agravamento da situação social» e no aprofundar do fosso que separa uma minoria privilegiada da massa trabalhadora de Lisboa, a **USL/CGTP** cita estudos e indicadores de origens diferentes, designadamente da União dos Bancos Suíços, do Centro de Reflexão Cristã sobre a Pobreza e da CEE sobre a inflação. Para a **USL**, comprova-se que, em Lisboa, «os salários são extremamente baixos em relação aos preços; a pobreza alargou-se, cavando um fosso entre os muitos ricos e os pobres; e o Governo não controla os preços na cidade, produzindo cada vez maiores barreiras no acesso dos trabalhadores aos produtos alimentares e a uma habitação condigna».

Inspecção — Os trabalhadores da carreira inspeção da Direcção-Geral da Inspecção Económica deixaram de poder utilizar gratuitamente os transportes públicos. Protestando contra a medida do Governo, a comissão executiva do conselho nacional da Federação sindical do sector (**FNSTFP**) salienta que «a situação actual do parque automóvel daquele organismo é bem pior do que em 1976, quando, face à degradação então existente, se optou, através da publicação do Decreto-Lei 506/76 de 1 de Julho, por facilitar o transporte daqueles profissionais». A Federação exige várias medidas de reposição da mesma regalia, designadamente a exemplo do que se passa no Ministério da Justiça, e assinala que a privação do transporte gratuito em nada condiz «com as exigências que a integração no mercado único europeu nos coloca».

Greve nos matadouros O Governo foi avisado a tempo

O Governo, e mais exactamente o Ministério da Agricultura, conhecia as consequências da luta, mas nem sequer respondeu a uma carta dos sindicatos. O Governo é responsável pela greve, afirma a **FNSFP**

A greve nos matadouros públicos, que dependem do Instituto **IROMA**, poderia ter sido evitada, se o Governo mostrasse interesse em dialogar. Mas só não o fez, como nem sequer respondeu a uma carta de 14 do corrente (uma semana antes do início da paralisação de 4 dias) onde era alertado para as consequências da greve pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A **FNSFP**, que enviou cópias dessa carta ao ministro da Agricultura, ao secretário de Estado da Alimentação e ao presidente do **IROMA**, acrescenta que, alertado para «a gravidade da situação», o Governo «não só não mostrou interesse em dialogar como, neste caso, nem sequer deu resposta».

Recorde-se que a greve foi decretada por reivindicações apresentadas desde que o Instituto (**IROMA**) foi criado há pouco mais de dois anos e têm exclusivamente a ver com o vínculo dos seus trabalhadores à Função Pública, através de «uma lei orgânica que garanta, nomeadamente, a estabilidade de emprego».

A **FNSFP** garante que é

evidente a vontade dos trabalhadores, a sua disponibilidade e até esforço no sentido de iniciar o diálogo com o Governo numa «matéria tão importante para todos».

Mesmo assim e fazendo tábua rasa dos direitos do consumidor, o Governo não só não evitou como, afinal, estimulou até o recurso à greve num sector e numa altura em que ela se poderia revelar altamente perigosa.

Recorde-se que a adesão a essa forma de luta foi de 95 por cento e chegou a provocar reacções muito próximas da violência, que exigiram a intervenção das forças policiais.

A **FNSFP**, organização representativa dos sindicatos e da grande maioria dos trabalhadores do sector, repete que «o Governo é responsável pela greve e pelas suas consequências», pois tem ignorado sistematicamente a disponibilidade manifestada pelos trabalhadores para, através do diálogo, «encontrar as melhores soluções» para a indefinição em que se encontra aquele organismo, criado para a regulação dos mercados agrícolas e que permite, em mo-

mentos como o da semana passada, que possam surgir «situações ilegais e graves para a saúde pública».

A **FNSFP** recordava no segundo dia da greve (22.3) que poderia surgir — e surgiram — situações que levassem à «substituição dos trabalhadores grevistas por pessoas não qualificadas» para o trabalho a exercer.

Alertava ainda a mesma Federação para «a qualidade da carne obtida de matadouros clandestinos, sem

qualquer fiscalização da qualidade».

Sobre essa questão foi também avisada a Direcção-Geral da Fiscalização Económica.

Para resolver o conflito, realçam os sindicatos, o Governo deverá dar início ao diálogo com os representantes dos trabalhadores, tendo em conta as suas reivindicações que, aparentemente, nenhum óbice deveriam levantar.

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

vsevolod knijjinski

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL

63.10/300 pp./750\$00

Trabalhadores



Um êxito que se repercutirá certamente em todo o sector (manifestação de 6.2 em Lisboa)

12% no Sheraton Foi desnecessário o recurso à greve

Sem necessidade de efectuar a greve anunciada pela Federação sindical do sector (FESHOT) para quinta e sexta-feira da semana passada, os trabalhadores do Hotel Sheraton de Lisboa conseguiram que a proposta patronal de aumentos salariais passasse para os 12 por cento.

Ao desconvocar a greve de 48 horas, a FESHOT recorda que a primeira proposta da administração do hotel foi de

8 por cento, passando depois para os 9,6 e só atingindo os 12 por cento depois de anunciado o recurso à greve.

Além dos 12 por cento, a entidade patronal distribuirá mensalmente «um complemento salarial de mil escudos».

Assim, afirma a Federação, a administração do Sheraton «reuniu as condições que permitiram ultrapassar o conflito».

Depois de realçar «a grande unidade e determinação dos trabalhadores do Sheraton, que vergaram uma vez mais a vontade da poderosa multinacional», a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal considera que «este exemplo deve ser divulgado, pois é do interesse da opinião pública conhecê-lo», e deve merecer atenção muito especial dos trabalhadores de outras empresas hoteleiras.

Diploma sobre contratação Inconstitucional, inadequado, inoportuno, considera a CGTP

Numa nota à Imprensa datada de anteontem, a Comissão Executiva da CGTP afirma que vai diligenciar junto da Assembleia da República no sentido desta chamar a ratificação um diploma do Governo que «altera a legislação sobre a contratação colectiva».

Publicamos na íntegra a nota da CGTP:

«1. O Governo publicou no passado dia 23 de Março no "Diário da República" um decreto-lei que altera algumas disposições da legislação em vigor sobre a contratação colectiva.

«2. A CGTP-IN considera esta alteração inconstitucional, inadequada e inoportuna.

Inconstitucional, porque se trata de matéria de competência da Assembleia da República. O Governo apenas dispunha de autorização para legislar em matéria de despedimentos, contratos a prazo e suspensão do contrato e redução do horário de trabalho, e num prazo que, entre-

tanto, findou em 16 de Março.

Inadequada, porque o Governo não só mantém em vigor todas as limitações e obstáculos ao exercício do direito de contratação colectiva, constitucionalmente garantido, como introduz novas exigências, por exemplo, em matéria de depósito das convenções.

Inoportuna, porque foi apresentado na Assembleia da República um projecto de lei, da autoria do PS, que visa eliminar algumas restrições ao direito de contratação colectiva.

O Governo, ao legislar sobre matéria da competência da Assembleia, e quando nesta existem projectos sobre a revisão da legislação sobre a contratação colectiva, demonstrou absoluta falta de respeito sobre as normas constitucionais.

«3. Nestas condições, a CGTP-IN irá diligenciar junto dos grupos parlamentares da Assembleia da República para que seja requerida a ratificação do diploma agora publicado.»

Teatro sindical VI Festival em Coimbra tem início dia 1

Inicia-se depois de amanhã, sábado, o VI Festival de Teatro Amador. Promovida pela CGTP, esta importante iniciativa começa dia 1 em Coimbra, às nove e meia da noite com a apresentação pelo Grupo GAC «O Roles» da peça de Alice Vieira, «Graças e Desgraças da Corte d'El Rei Tadinho».

O departamento de tempos livres e culturais da União dos Sindicatos de Coimbra (USC/CGTP) divulgou o calendário completo do

Festival que se prolonga até 20 de Maio naquela cidade.

Esta iniciativa cultural da CGTP tem duas fases. Uma é de apuramento regional/distrital. A outra (final) decorrerá entre 7 e 16 de Junho, em Évora.

Os objectivos do Festival são, segundo a USC, «despertar e desenvolver o interesse potencial das classes trabalhadoras pelas actividades culturais, descentralizar a acção cultural e promover a criação de condições que permitam, de um modo geral,

o desenvolvimento cultural do povo português e, em particular, uma cada vez mais profunda colaboração entre pessoas e organizações em prol de uma verdadeira política cultural».

Na fase de apuramento de Coimbra participam cinco grupos amadores, de Montemor-o-Velho, Figueira da Foz (Vila Verde), Taveiro, Coimbra (dois grupos da cidade).

Um júri apreciará a qualidade dos espectáculos apresentados pelos grupos concorrentes, acrescenta a USC.

Modernizar o SEE Encontro em Lisboa

Marcada nova iniciativa, reivindicados direitos legais, repudiada a desfiguração da Lei Fundamental, defendidos os interesses legítimos do nosso país

Promovido pela comissão central de trabalhadores (CCT) da Petrogal e tendo aprovado uma moção de solidariedade com «os trabalhadores da Petroquímica, vítimas de um processo disciplinar por terem realizado plenários no local de trabalho», o Encontro de CTs para «debater os problemas do Sector Empresarial do Estado (SEE) manifestou a necessidade da sua modernização e, entre outras decisões relevantes, destacou a «promoção de um novo Encontro, tendo em conta a integração de Portugal na CEE e as implicações daí decorrentes». Participaram no Encontro de 22 do corrente, em Lisboa, 23 CTs e 2 Coordenadoras de CTs, organizações representadas por 52 elementos que, segundo um porta-voz

do Encontro, abrangem mais de 200 mil trabalhadores.

Intensificar a ligação

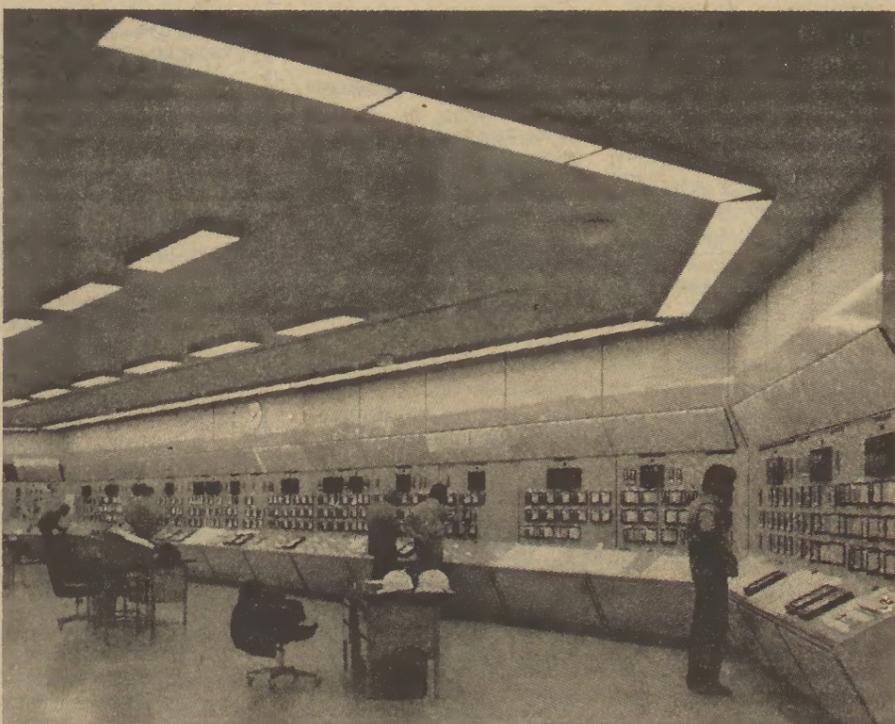
O Encontro sobre o SEE diz nas suas conclusões que é necessário «intensificar a ligação aos trabalhadores» por parte das CTs e Coordenadoras. Essa ligação deve ter eco junto da opinião pública, para que se evidenciem «as potencialidades do sector». A dinamização do SEE deve implicar reflexos no «progresso da economia portuguesa», no bem-estar das populações e na defesa da independência do nosso país.

Ainda de acordo com as conclusões do Encontro de 22, todas as CTs do SEE devem reclamar «a consignação nos estatutos das suas

empresas de três pontos fundamentais: os direitos e regalias dos trabalhadores (no activo e reformados); os direitos das respectivas organizações»; e a promoção no novo Encontro já referido.

Das conclusões do Encontro consta ainda a «condenação e repúdio» perante as tentativas para desfigurar a Constituição.

Foi constituída uma comissão do Encontro para «dar seguimento às conclusões aprovadas». A mesma comissão deverá ainda «alargar e aprofundar a luta por todos os objectivos apontados» no Encontro, onde foi decidido pedir audiências ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, à Comissão Eventual para a Revisão da Constituição e aos grupos parlamentares.



Petrogal. Uma das maiores unidades industriais do SEE

40 horas: objectivo imediato

As 40 horas de duração máxima do trabalho semanal é um objectivo imediato para o movimento sindical português. A redução desse período normal, que era de 48 horas, sendo a média neste momento de 42-43 horas na prática, foi alvo recentemente de um projecto do PCP e de outro do PS, ambos apresentados à Assembleia da República. O projecto do PCP defende a redução para 40 horas e o do PS para 44. Segundo a CGTP, a redução para as 40 horas «obteve o apoio massivo das organizações de trabalhadores».

Submetidos à Comissão Parlamentar do Trabalho da Assembleia da República, nenhum daqueles projectos tinha ainda sido votado no final da semana passada. Segundo a CGTP, o Governo manifestou também a intenção de apresentar um projec-

to sobre o assunto. O limite governamental seriam as 44 horas, mas sem especificar a data da entrada em vigor. Para aquela central sindical, à semelhança do sucedido com os projectos do PCP e do PS, o do Governo deve por sua vez ser submetido a discussão pública.

Objectivo central

Além do objectivo imediato das 40 horas, a CGTP, que emitiu uma nota sobre o assunto no último sábado, afirma que os trabalhadores e as suas organizações representativas continuarão a bater-se pelo «objectivo central», que é a **semana de 35 horas**, com vista à inserção desse objectivo «na acção do movimento sindical europeu».

Ao criticar a proposta do PS, que prevê a meta das 40 horas para 1993, a CGTP insiste na aplicação imediata

deste último horário de trabalho (duração máxima).

Para a central unitária, a semana de 40 horas não é um objectivo a longo prazo, «mas para já», pelo que a CGTP continuará a incluir na luta esse objectivo, como etapa para atingir reduções ainda maiores.

A CGTP acrescenta que, estando a «batalha longe da conclusão, o movimento sindical continuará a lutar por esses objectivos, através da negociação colectiva e de todos os meios que estiverem ao seu alcance».

A redução interessa e beneficia todos os trabalhadores, quer directamente (os que trabalham mais de 40 horas), conclui a CGTP, quer os que trabalham menos, pois também estes serão abrangidos pelas reduções — proporcionalmente, pelo que se depreende do texto da CGTP.

PCP

SETÚBAL

Uma Assembleia virada para as prioridades da hora presente

As eleições para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais, o desenvolvimento da luta social, a campanha de fundos para o Centro de Trabalho da DORS (em construção), a frente das autarquias, a frente sindical, a organização do Partido, o desenvolvimento regional, a comunicação social, a batalha ideológica e a informação e propaganda, as frentes dos intelectuais e quadros técnicos, da juventude e das mulheres — este o conjunto de **prioridade** do trabalho político do PCP no distrito de Setúbal no imediato e a curto prazo. Esta orientação consta do anteprojecto de **Resolução** da segunda Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP, marcada para o próximo dia **8 de Abril** (um sábado).

«Com o PCP, defender a democracia, desenvolver o distrito» é o lema desta Assembleia cuja fase preparatória atingirá no próximo fim-de-semana um momento destacado com a realização de importantes assembleias para debate do documento e eleição dos cerca de 750 delegados que representarão todos os concelhos da ORS no grande encontro do dia 8, na SFUAP, em Almada, a partir das 9.30 h.

Justificando a «selecção» das prioridades a que já nos referimos, o anteprojecto de Resolução esclarece a dado passo:

A Organização Regional de Setúbal, com uma forte estrutura, dinâmica e profundamente ligada aos trabalhadores e à população do distrito, tem uma intervenção indispensável e altamente construtiva em praticamente todos os aspectos da vida política, económica, social e cultural do distrito.

São, pois muitas e importantes as responsabilidades que à ORS incumbem, bem como múltiplas as tarefas que daí decorrem.

Tendo em conta que não é possível prestar a todas elas uma igual atenção, é necessário que se estabeleçam prioridades.

É exactamente porque só aborda as questões prioritárias, dado tratar-se de uma Assembleia de carácter extraordinário, que o documento-

-base em discussão nas organizações (o anteprojecto de Resolução) se resume apenas a 19 páginas, aliás de fácil leitura.

A propósito do desenvolvimento regional, os comunistas de Setúbal defendem, no quadro do **desenvolvimento integrado** do distrito, algumas orientações fundamentais, que resumem assim:

- Alargar e consolidar a iniciativa do PIDDS através da elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento e Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa, e de iniciativa análoga que abranja a área dos municípios do sul do distrito no quadro da sua inserção na região alentejana;

- Preservar o legado histórico-cultural e a sua fruição pelas populações, revitalizando as dinâmicas socioculturais com base em valores e capacidades criativas próprias;

- A reestruturação e o reequilíbrio da rede urbana, o desenvolvimento de um plano estratégico de habitação;

- A criação de uma rede de equipamentos de importância social e estratégica;

- O ordenamento do uso dos recursos naturais e da defesa do ambiente;

- A melhoria da acessibilidade intra-regional, inter-regional e internacional do distrito;

- A renovação dos recursos humanos através do en-

Objectivos centrais

1. O carácter extraordinário desta segunda Assembleia da ORS resulta das reais dificuldades de na presente situação — em que a organização está intensamente envolvida nas batalhas eleitorais — responder com o rigor, a profundidade e a extensão que o grande conjunto de problemas regionais a nós, comunistas, exige. Neste quadro, a DORS, ao decidir promover a realização da Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal do PCP considerou que a mesma terá como objectivos centrais:

- Contribuir para que a nível regional se avance de forma mais empenhada e eficaz, na concretização das resoluções aprovadas no XII Congresso do Partido;

- Ajudar a preparação e mobilização da ORS para as importantes tarefas políticas que se colocam em 1989, nomeadamente a luta social, a luta em defesa da Constituição, as eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais;

- Definir (com audácia, mas também com o necessário realismo), as prioridades para o trabalho partidário, nomeadamente a construção do CT da DORS, e propor as medidas orgânicas mais adequadas para a prossecução dessas prioridades;

- Eleger a nova DORS;

2. A 2.ª AORS será, certamente, uma contribuição bastante positiva para que a ORS possa estar à altura das exigências que o XII Congresso colocou — a todo o Partido e para responder eficazmente às importantes tarefas políticas e sociais do imediato.

Do ante projecto de Resolução em debate nas organizações

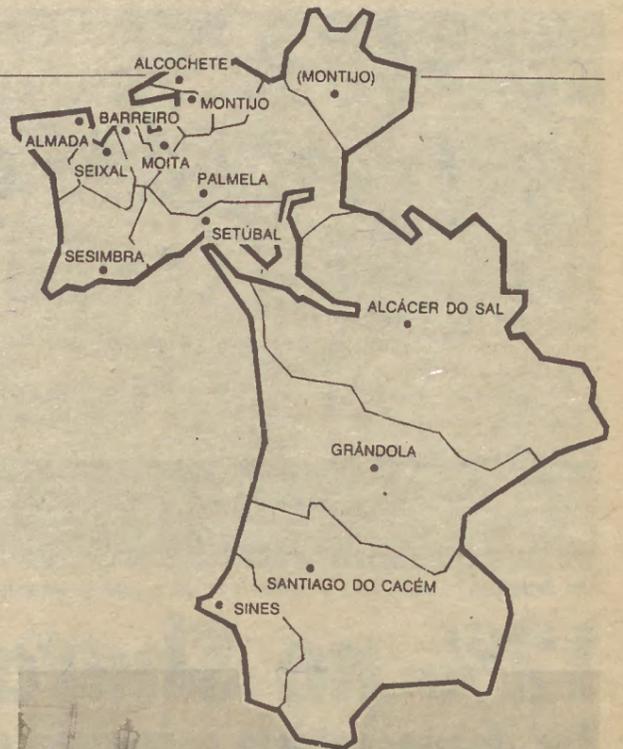
sino e formação profissional, particularmente nas áreas ligadas às actividades industriais e às acções de serviço ligados a produção material.

Cacilhas

Na sequência das conclusões do XII Congresso do PCP, realiza-se no próximo dia 1 de Abril de 1989, no Centro de Trabalho Alberto Araújo, Rua Capitão Leitão, em Almada, a partir das 15.00 h. a **1.ª Assembleia da Organização da freguesia de Cacilhas**.

Sob o lema «Organizar, Reforçar e Dinamizar», a Assembleia tem como objectivos principais:

1. Fazer o balanço ao trabalho realizado desde 1987 até à data, propor formas de ultrapassar as debilidades existentes, melhorar a intervenção individual e colectiva dos comunistas organizados naquela área de residência, tanto na área restrita do Partido, como na sua intervenção no trabalho da autarquia; caracterizar de forma aprofundada o que é hoje a composição social, económica e cultural da população residente, com seus anseios e



As eleições autárquicas de Dezembro estarão no centro dos debates da 2.ª Assembleia (extraordinária) dos comunistas do distrito de Setúbal. Na foto: a CM da capital do Sado, hoje à mercê de uma política de direita

necessidades mais prementes, e em simultâneo, assegurar as formas dinâmicas de ligação do Partido às massas, tendo em conta o ano de 1989 com eleições para o Parlamento Europeu e Autarquias, a revisão da Constituição e toda a luta que se está a travar contra a política anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva.

2. Aprovar a resolução política que consubstancia os objectivos para o trabalho futuro.

3. Eleger as Comissões Locais de Bairro — forma descentralizada da vida do Partido na freguesia —, a Comissão de Freguesia e os delegados à 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal.

Este dia de trabalho da organização de Cacilhas terminará com a projecção de um filme soviético («A Guerra das Estrelas»). Na sala contígua à Assembleia estará patente uma exposição política sobre a vida local do Partido e sobre a URSS hoje («Reestruturação, Transparência e Renovação»).

Haverá ainda uma banca para exposição e venda de vários artigos, entre os quais artesanato de países socialistas.

Sarilhos Grandes

No passado dia 23 os comunistas de Sarilhos Grandes realizaram uma assembleia plenária preparatória da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal do PCP.

Para além da abordagem do anteprojecto que a DORS apresenta aos militantes do distrito e da eleição dos delegados à 2.ª AORS, a reunião discutiu vivamente a actual situação política.

Outro aspecto que não poderia deixar de ser abordado foi o das próximas eleições para o Parlamento Europeu, procurando a organização da freguesia de Sarilhos Grandes do Partido promover desde já um conjunto de iniciativas que mobilizem a população para a necessidade de não desperdiçar votos, votando na CDU!

Porto: encontro PCP/UDP

Realizou-se um encontro entre delegações da Direcção da Organização Regional do Porto do PCP e do Conselho Regional do Porto da UDP.

Durante a reunião foram abordadas questões da situação política e social nacional e regional, com destaque para os problemas relativos à revisão da Constituição, às eleições autárquicas e às lutas sociais refere a nota conjunta datada de 24 de Março, que acrescenta:

Os dirigentes regionais dos dois partidos registaram uma larga coincidência na apreciação do processo de revisão constitucional, condenando o acordo PSD/PS e as graves cedências do PS no terreno das nacionalizações e da Reforma Agrária, da comunicação social, do sistema eleitoral, dos poderes de fiscalização da Assembleia da República, da saúde, da regionalização e muitos outros. As delegações concordaram na necessidade de continuar a dar combate ao acordo PS/PSD sobre a revisão constitucional, nomeadamente continuando a esclarecer, alertar e mobilizar os trabalhadores e o povo em defesa da Constituição e da democracia.

Em relação às eleições autárquicas, ambas as delegações

criticaram a posição hegemónica que a direcção do PS vem assumindo de inviabilizar o estabelecimento de coligações capazes de afastar o partido do Governo da presidência de autarquias em que as forças da oposição são maioritárias.

Na reunião foram expressos os pontos de vista próprios das delegações regionais do PCP e da UDP sobre a eventualidade de outras formas de cooperação ou coligação envolvendo os seus partidos e outras forças democráticas no quadro das eleições autárquicas.

As delegações constatarão a crescente amplitude e profundidade das lutas sociais contra a política antipopular do Governo e sublinharam o seu empenhamento para que as próximas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio constituam um ponto alto da luta em defesa do regime democrático consagrado na constituição e contra a política do Governo Cavaco Silva.

As delegações, que afirmaram mutuamente a disponibilidade para prosseguir contactos, foram compostas, pela parte do PCP, por Edgar Correia e Avelino Gonçalves e, pela UDP, por José Machado Castro, Rui Nóvoa e Eduardo Costa.

Camaradas Falecidos

João Emílio Moniz

Militante do Partido há 10 anos, faleceu recentemente o nosso camarada **João Emílio Martins Moniz**, natural do Carmulo (Tondela). Fotógrafo profissional, contava 57 anos.

Carlos Manuel Fernandes

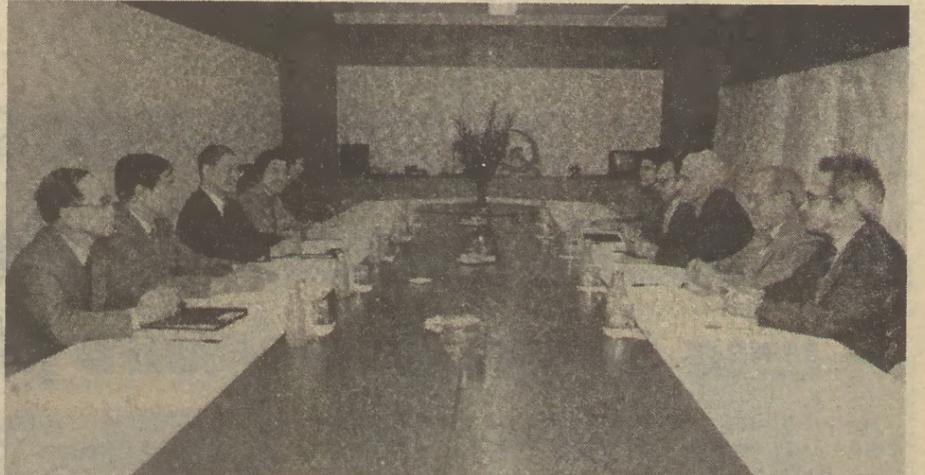
Vítima de um acidente com um tractor faleceu no passado dia 4 de Março o camarada **Carlos Manuel Fernandes**, de 26 anos, membro da Organização da Freguesia dos Cortiços (Macedo de Cavaleiros), no distrito de Bragança.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP



A delegação do Partido Comunista da China chegou no domingo passado e foi recebida no aeroporto, na sala dos «VIPs», por uma representação do CC do PCP integrando Domingos Abrantes e Albano Nunes



Momento da primeira sessão de conversações mantida na segunda-feira entre as delegações do Partido Comunista da China e o PCP, na sede do Comité Central, na Soeiro Pereira Gomes

A convite do PCP

Visita de delegação do Partido Comunista da China

A convite do CC do PCP, chegou no passado domingo a Lisboa uma delegação do Partido Comunista da China para uma visita ao nosso País, que terminará amanhã, sexta-feira. A representação dos camaradas chineses é chefiada por **Song Ping**, membro do Bureau Político do CC do PCCh, que veio acompanhado por **Li Shuzheng**, membro suplente do CC e vice-director do Depar-

tamento de Ligação Internacional do CC do PCCh, integrando-a também **Zhu Dacheng**, chefe da Secção dos Assuntos da Europa Ocidental do Departamento de Ligação Internacional, **Peng Qinghana**, secretário de Song Ping, e **Gu Honglin**, vice-chefe de Divisão do Departamento de Ligação Internacional.

A delegação chinesa era aguardada no aeroporto por

Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e **Albano Nunes**, suplente do Secretariado, tendo iniciado o programa da visita na segunda-feira com uma sessão de conversações na sede do Comité Central, na Soeiro Pereira Gomes, com uma delegação do PCP integrando **Álvaro Cunhal**, secretário-geral, **Domingos Abrantes**, **Carlos Costa**, da Comissão

Política e da Comissão Central de Controlo e Quadros, **Albano Nunes** e **Manuela Bernardino**, suplente do CC do PCP.

Na terça-feira os visitantes deslocaram-se à União de Cooperativas da Volta do Vale, no Concelho de Coruche, Distrito de Santarém (de que damos um apontamento de reportagem aqui ao lado), encontrando-se ainda, na

sede da Soeiro Pereira Gomes, com economistas para exposição sobre a situação e reforma económica na República Popular da China.

Amizade no Barreiro, nos «Penicheiros», de que falaremos mais desenvolvidamente no próximo número.

Para hoje está prevista uma sessão final de conversações com delegação do PCP, na sede do Comité Central, que encerra o programa oficial da visita. Os camaradas da delegação chinesa partirão amanhã, sexta-feira, do aeroporto da Portela.

Cooperativa da Volta do Vale

O contacto com a Reforma Agrária

Foi com tempo instável que a delegação chinesa visitou a União de Cooperativas da Volta do Vale, no Concelho de Coruche, Distrito de Santarém, na manhã da passada terça-feira, mas tal não impediu que os camaradas chineses tomassem contacto com a Reforma Agrária e um pouco quer da sua história, quer da sua realidade actual.

Os visitantes foram acompanhados por **Raimundo Cabral**, da Comissão Política e responsável da DORSA do PCP, e **Carlos Bernardino**,

do CC do PCP e ainda por **Diamantino Ramalho**, vereador e vice-presidente da CM de Coruche, aguardando-os na Cooperativa e o seu presidente, **António Aquiles Teles**, o encarregado das máquinas, **João Pedro Justino** e ainda um dirigente da FENCA, **Arquímio Mocinho**.

Num encontro preliminar realizado nas instalações da sede, a delegação chinesa foi informada do funcionamento global da Cooperativa, do seu sistema de direcção, política de investimentos, cultu-

ras exploradas, rentabilidade, etc., suscitando particular curiosidade à delegação os salários auferidos pelos diversos trabalhadores e as produtividades conseguidas.

Uma visita ao parque de máquinas e às oficinas iniciaram, digamos, a ilustração do que entretanto havia sido carreado em números. Mais tarde, na vacaria e na moderna unidade de produção leiteira, os camaradas chineses chamaram à conversa diversos referenciais de produção de carne e leite que haviam re-

gistado, interessando-se vivamente pelos pormenores que os responsáveis da Cooperativa iam desfiando.

A história da luta e capacidade de resistência dos trabalhadores à ofensiva que, entretanto, tem desmembrado e destruído muitas unidades colectivas, foi também surgindo na conversa, dando-se relevo às soluções imaginativas e combativas que os trabalhadores foram encontrando, nomeadamente através da compra e aluguer de terras e a união de várias

Unidades para melhor subsistirem, processo, aliás, de que a União de Cooperativas da Volta do Vale constitui um exemplo significativo.

Seguiu-se uma breve visita à barragem que os trabalhadores construíram com o apoio da Câmara Municipal de Coruche (a propósito, os anfitriões informaram os seus

pensavam os trabalhadores defender as suas conquistas (tendo-lhes sido respondido que a maneira é sempre a mesma — a luta e a organização de massas) e também visitar a casa de trabalhadores, pedido que foi satisfeito logo de seguida.

Finalmente a delegação do Partido Comunista da China



Quando se visitava a secção de recém-nascidos da vacaria o chefe da delegação chinesa, camarada Song Ping, não resistiu e estendeu a mão para acariciar um jovem vitelo; este não se fez rogado e acorreu de imediato, para a festinha!



Na sede da Cooperativa houve um encontro preliminar onde a delegação chinesa foi informada do funcionamento global da Cooperativa

convitados que «a Reforma Agrária e o Poder Local democrático são irmãos gémeos, na região»), com a qual se conquistaram vários hectares de regadio.

Manifestando sempre interesse, os camaradas chineses quiseram saber como

fez uma breve passagem pelas estufas da Cooperativa, onde lhes foi mostrado como os trabalhadores da Reforma Agrária souberam diversificar culturas, sendo inclusivamente pioneiros na introdução de algumas no nosso País, como o tabaco.

PCP

Santarém

Aplicar as conclusões da 2.ª Assembleia da ORSA — uma tarefa de primeiro plano

Reunido há dias na capital ribatejana, o Executivo da Direcção Regional de Santarém (DORSA) do PCP apreciou o trabalho já realizado e programado pelas organizações do PCP e pela CDU para as eleições do Parlamento Europeu, onde estão já definidos um vasto leque de iniciativas com o objectivo de divulgar as propostas do PCP para a região, através de um conjunto de debates, encontros sectoriais ou locais, e contactos directos com o eleitorado, com vista ao reforço da CDU como espaço unitário e aberto em benefício das populações do distrito.

Quanto às próximas eleições autárquicas, o Executivo da DORSA sublinhou a importância das direcções traçadas pela 2.ª Assembleia da ORSA, realçando o trabalho realizado e calendarizado para formação das listas CDU para os municípios do distrito.

Simultaneamente, julga oportuno reafirmar a importância da unidade das forças

à esquerda do PSD em alguns municípios do distrito.

Reforço do PCP e da CDU

O Executivo da DORSA manifesta preocupação perante sinais de que o PS se prepara para renovar as alianças ou coligações com o PSD para alguns municípios do distrito. Neste sentido o reforço do PCP e da CDU nas próximas batalhas eleitorais é factor determinante para a resolução dos problemas da região, da sua população, do seu desenvolvimento e para a criação duma alternativa democrática ao actual Governo.

Aquele organismo apreciou questões de direcção e distribuição de tarefas entre os seus membros, a situação social e a preparação das eleições para o Parlamento Europeu e autárquicas.

O Executivo da DORSA, ao fazer o balanço da recente 2.ª Assembleia, registou-se pela forma como decorreram os trabalhos,



O primeiro fim-de-semana de Março ficou assinalado para os comunistas da Organização Regional de Santarém (ORSA) pela realização da sua 2.ª Assembleia

pelo alto sentido de responsabilidade dos militantes comunistas e pela vontade de lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e população do distrito. Nesse sentido, o Executivo apela a todas as organizações do Partido no distrito para discutirem e aplicarem as decisões saídas da 2.ª Assembleia, questão fundamental para o reforço e influência do PCP, em prol do

distrito e das suas gentes.

O agravamento da situação social, segundo a análise do Executivo da Direcção da Organização de Santarém do PCP, é de inteira e única responsabilidade do Governo PSD/Cavaco Silva.

Os comunistas manifestam total solidariedade com todos os trabalhadores em luta pelos seus direitos e melhoria das condições de vida.

A demissão do secretário de Estado da Saúde

• Este e outros «casos» são apenas a pequena parte visível de um «iceberg»...

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou no passado dia 23 a seguinte nota:

1. A demissão do secretário de Estado da Saúde, ocorrendo no contexto que é conhecido, significa um novo golpe no Governo PSD/Cavaco Silva e representa um fac-

tor de acentuação do seu crescente desprestígio.

2. Relativamente a este e outros episódios recentes em que vem a público a legítima suspeição de comportamentos ilegais ou eticamente condenáveis por parte de membros do Governo, o que importa antes do mais sublinhar

é a óbvia responsabilidade política do Governo, do Primeiro-Ministro e do PSD, uns e outros incapazes sequer de fazer ideia do que possa e deva ser o exercício isento de funções de Estado, do que possa e deva ser o espírito e a ética do serviço público.

3. Uma política que tem como sua mais forte inspiração o favorecimento de interesses restritos e egoístas em deliberado sacrifício e prejuízo do interesse público acaba inevitavelmente por estimular e proteger ambições e comportamentos obscuros ou claramente violadores da legalidade democrática.

4. E pode ter-se como absolutamente certo que os «casos» mais conhecidos e mais referidos nos últimos tempos constituirão apenas a pequena parte visível de um grande iceberg em que se combinam desde a utilização indevida de instrumentos e recursos do Estado até à ampla e generosa satisfação das ávidas e extensas clientelas do PSD, passando pelo arrivismo e pela falta de escrúpulos.

5. Na sociedade portuguesa cresce justamente a desconfiança e a oposição em relação à política agressiva e antipopular do Governo PSD/Cavaco Silva e faz o seu caminho a aspiração a uma nova política e a uma alternativa democrática.

Nova política e alternativa democrática que são necessárias e indispensáveis a numerosos títulos, incluindo, como é patente e notório, para dotar a governação do País da isenção, da transparência, da honestidade e do rigor moral de que hoje, com o Governo PSD/Cavaco Silva, está clamorosamente desprovida.

«O Couço conta»

Uma jornada inesquecível no 68.º aniversário do PCP

Na noite do passado dia 18 de Março, na acolhedora Casa do Povo do Couço, decorreu a apresentação da peça «O Couço conta» (História da Vida e Luta do PCP) original de Francisco Viana, integrada nas comemorações do 68.º aniversário do PCP.

Enquadrados no característico cenário do pintor Guilherme Casquinho, representando a «Praça da Jorna», desfilaram os intérpretes (narradores Artur Matias, Rosalina Pinho, Florentino Minhós) e os fadistas Chico Machado, Zé Rodrigues, Lena Lemos, Luís Oliveira, Olímpio Lopes, Vítor Lemos, Nelson Melo e António Soeiro, estes últimos à viola e guitarra, perante o caloroso aplauso do povo do Couço, que num crescendo de emoção reviveu a sua luta.

Magnífico o apoio de som e luz, a cargo dos camaradas Carmona, Carlos Gafanis e Vasco.

Ao longo do texto são lembrados os nomes do prof. Dinis Caiado, Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira e José Gomes Ferreira, utilizando como mote o último verso do seu lindo poema — **Uma certa maneira de cantar** — numa significativa homenagem e apoio à Reforma Agrária.

No final, em cena aberta, com a presença de todo o elenco, foi transmitida a mensagem do autor — ausente por motivo de doença súbita — e prestada homenagem pelos seus 50 anos de militante do PCP a Francisco Viana, através do camarada João Camilo, da Comissão pró-novo CT no Couço, com toda a assistência de pé.

Foi, sem dúvida, um belo espectáculo de fado e poesia que teve a colaboração da SIP/DORL do PCP.

BEJA

Os êxitos exigem trabalho!

O Governo, com a nova lei do latifúndio, procura destruir a Reforma Agrária tendo em curso cerca de 30 novos pedidos de reservas abrangendo cerca de 12 000 hectares. Pretende acabar com o IROMA e entregar o matadouro industrial de Beja à iniciativa privada pondo em risco os postos de trabalho. Aumenta o desemprego, a precariedade de trabalho, cria sérias dificuldades no acesso à habitação; deteriora o acesso à saúde e ensino. Aumenta a tendência para a desertificação do distrito, não promove e não cria condições para o desenvolvimento, como é exemplo o Plano de Desenvolvimento Regional que o Governo entregou na CEE sem o discutir previamente com as forças políticas e sociais do distrito, o qual não inclui os grandes projectos essenciais ao desenvolvimento (caso de Alqueva e Metalurgia do Cobre) e não prevê até 1993 a criação de postos de trabalho no distrito.

A acusação, devidamente fundamentada, é feita pela Comissão Distrital de Beja do PCP, que esteve reunida no passado dia 23. As tarefas do Partido nas batalhas eleitorais que se avizinham e a análise da situação política e social estiveram no centro do debate realizado pela Distrital do PCP, que, entretanto, divulgou uma nota de Imprensa com as conclusões essenciais dessa reunião.

As eleições de Junho para o PE, as autárquicas de Dezembro, a situação política e social e a actividade do Partido no distrito são os temas desenvolvidos no telex divulgados aos profissionais da Comunicação Social.

Eleições

A propósito dos actos eleitorais deste ano, a Comissão Distrital de Beja sublinha, entre outros aspectos:

O reforço da votação na CDU para o Parlamento Europeu será a garantia de que os deputados a eleger continuarão a defender com firmeza a independência e soberania nacionais, promovendo e apoiando iniciativas solidariamente com os trabalhadores e as forças democráticas, por uma dimensão social de progresso, visando acautelar os legítimos interesses de Portugal e dos portugueses no espaço comunitário.

Os eleitos da CDU nos autarquias têm razões bastantes para se orgulharem do esforço empreendido em benefício das populações. Eles contribuíram para melhorar a qualidade de vida, abrir caminhos ao desenvolvimento de concelhos e freguesias, promover a cultura, preservar a memória histórica, incrementar as actividades desportivas e culturais, resolver os problemas das populações. A gestão autárquica da CDU no distrito de Beja é o exemplo claro desta nossa afirmação, realidade esta que nos faz encarar com confiança as próximas eleições autárquicas.

Dá serem objectivos da CDU nestas próximas eleições manter a maioria em todos os órgãos em que actualmente a detemos e aumentar a votação percentual, ganhar as Câmaras de Alvíto e Ourique e subir a votação no concelho de Almodôvar.

A Comissão Distrital de Beja do PCP reafirma que só as alianças do Partido Socialista com o PSD permitiram que a direita detenha a presidência das Câmaras de Alvíto e Ourique, concelhos onde a CDU é força maioritária.

A vitória nestes concelhos é uma meta que está ao nosso alcance. Há que lançar mãos à obra e trabalhar para que estas metas se alcancem.

A constituição das listas a apresentar a sufrágio para os diversos órgãos do Poder Local está a avançar a bom ritmo, sendo nosso objectivo apresentar todos os cabeças-de-lista até meados de Junho.

A título de exemplo, lembramos que Guido Pires será o candidato à presidência da Câmara Municipal de Alvíto, e que estão já marcados diversos encontros da CDU, nomeadamente, em Cuba e Ourique em 15 de Abril próximo.

Cada voto na CDU será o protesto mais coerente contra a desastrosa política do Governo PSD/Cavaco Silva que tem desperdiçado os fundos da CEE e abdicado dos interesses nacionais a favor dos grandes países da Comunidade.

PCP

PCP em acção!

Deiras e as eleições autárquicas

No concelho de Oeiras (mais de 150 mil eleitores), para além de ter uma presidência de Junta nas quatro freguesias existentes, a CDU é a segunda força política mais votada, tendo inclusive mais de 1200 votos do que o PS e o PRD juntos. Perante esta situação, a CDU é a única alternativa à direita em Oeiras — sublinhou a recente Assembleia da organização do Partido.

Num documento exclusivamente dedicado às batalhas eleitorais deste ano, os comunistas daquele concelho chamam a atenção para estes aspectos:

«Sem dúvida que as eleições para as autarquias são um facto importante no desenvolvimento da luta, mas antes destas há a realização em 18 de Junho das eleições para o Parlamento Europeu. Todos os nossos esforços e direcções de trabalho para as autarquias devem ter em conta esta primeira grande prioridade que são as eleições para o PE. Daí que se proponha para a primeira semana de Junho a realização de um encontro CDU para unir esforços e fazer o ponto da situação e perspectivas de trabalho com vista às eleições autárquicas de Dezembro.

Os objectivos para as eleições das autarquias, que o Partido proporá, no âmbito da CDU, para aprovação, serão:

- 1.º — Alcançar a maioria absoluta em **Barcarena**, onde estamos a 8 votos de o conseguir;
- 2.º — Ganhar a freguesia de **Carnaxide**;
- 3.º — Ganhar a **Câmara**;
- 4.º — Ganhar a freguesia de **Oeiras**;
- 5.º — Retirar a maioria absoluta à direita em **Paço d'Arcos**, aumentando o eleitorado da CDU.

Estes objectivos são difíceis, mas realistas. Para que seja possível alcançá-los é necessário que o Partido, desde já, defina linhas de acção para o trabalho pré-eleitoral e eleitoral a desenvolver. A 3.ª Assembleia da organização deu já um significativo avanço nesse sentido.

Assembleia extraordinária em Viseu

A eleição de uma Comissão Distrital renovada que leve por diante as novas tarefas e a aprovação de um plano de actividades para 1989 onde avulta com especial destaque a definição das prioridades para as eleições (Parlamento Europeu e autarquias locais), estes os dois objectivos essenciais da 2.ª Assembleia da Organização Distrital de Viseu do PCP, marcada para o próximo dia 9 de Abril.

O projecto do plano de actividades para 89, entretanto divulgado ao «Avante!» pela Distrital do Partido, sintetiza assim os objectivos da CDU nas eleições autárquicas de Dezembro:

- Ganhar a Câmara Municipal de **Tarouca**;
- Eleger vereadores no maior número de Câmaras Municipais;

• Manter as Juntas de Freguesia CDU (Santar, Carvalhal Redondo, Avões, Ucanha, Mondim e Armamar) e ganhar novas Juntas;

• Aumentar o número de eleitos em Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia.

No tempo que falta para o fim do mandato em curso devem apontar-se como orientações:

- Intensificar a divulgação das posições da CDU sobre problemas que afectam as populações;
- Divulgar a actividade dos eleitos da CDU no Distrito de Viseu;

• Definir nas organizações concelhias as metas eleitorais e iniciar a elaboração das listas, concorrendo a todas as Câmaras e Assembleias Municipais e ao maior número de Assembleias de Freguesia.

Entretanto, devem considerar-se como medidas orgânicas:

- Constituir um organismo de coordenação distrital desta frente;
- Responsabilizar camaradas nas Comissões Concelhias para acompanhar a frente;
- Melhorar, no tempo que falta para o fim do mandato, o acompanhamento colectivo aos nossos eleitos com prioridade para os vereadores e membros das JFs da CDU.

Um olhar sobre o distrito de Aveiro

«Mais de seis milhões de contos do Fundo Social Europeu (FSE) foram gastos no distrito de Aveiro nos anos de 1986, 87, 88, em acções de formação profissional, abrangendo cerca de 30 mil formandos. É um facto que para muitos foi o primeiro «salário». No entanto, na maioria dos casos, a acção formativa foi ineficaz, desarticulada e à revelia do ensino e das necessidades da região, estimulando a corrupção e a fraude» — lembrou Sérgio Teixeira, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, durante um convívio realizado recentemente em São João da Madeira por ocasião do 68.º aniversário do Partido.

Abordando as questões do Parlamento Europeu, Sérgio Teixeira referiu: «Pelas iniciativas e debates que realizámos no distrito, pelo contacto que tivemos com organizações locais, sociais, económicas e científicas do distrito, pelas propostas que apresentámos, mostrámos ser um Partido responsável, que tem propostas concretas, e propostas estas que contam com o apoio de diversas organizações económicas e sociais e que correspondem aos interesses da região. Por isso partimos para este trabalho eleitoral confiantes».

«Uma forte votação na CDU para o Parlamento Europeu é a melhor contribuição para a defesa dos interesses nacionais naquele órgão da CEE e para a criação das condições que permitam a Portugal enfrentar a criação do Mercado Interno Único», declarou o camarada Sérgio Teixeira.

Referindo-se às autarquias locais, observaria: «Em S. João da Madeira é particularmente significativa a ingerência e pressões por parte do Poder Central e do PSD, procurando assim esconder as responsabilidades dos seus vereadores nas graves irregularidades da Câmara Municipal.

«O CDS, como força maioritária e com a presidência, e as alianças PSD/PS mostraram como são incapazes de resolver os principais problemas de S. João da Madeira; por isso se torna necessária a presença desejada da CDU, como garantia do diálogo, da seriedade e empenhamento na resolução concreta dos problemas.»

Comissões Sectoriais da CDU/Açores

Concluir a análise do Plano de Médio Prazo 1988-92 e canalizar os materiais elaborados como apoio à acção da representação parlamentar do PCP, eleita em Outubro passado em lista da CDU, foram os objectivos do 1.º Encontro das Comissões Sectoriais da CDU/Açores, efectuado na Assembleia Regional, na cidade da Horta.

Os 43 membros dessas sete comissões de trabalho, provenientes de todas as ilhas da Região, participaram em duas sessões — uma de abertura com discussão na generalidade e outra de encerramento para apuramento das conclusões.

Presidido pelo deputado Paulo Valadão, o 1.º Encontro aprovou um documento geral de conclusões sobre o Plano de Médio Prazo 88-92, no qual se afirma que tal plano não dá as respostas necessárias que a economia regional exige. Cada uma das secções elaborou um relatório sectorial pormenorizando propostas de alteração de vários tipos.

O encontro aprovou também, em plenário, um documento sobre as eleições para o Parlamento Europeu, que inclui diversas recomendações visando o aprofundamento de temas regionais específicos no quadro da preparação do acto eleitoral de Junho próximo.

Algumas medidas apontadas ao desenvolvimento futuro do trabalho das comissões sectoriais foram aprovadas no encontro da Horta, que nomeou um núcleo dinamizador regional e coordenadores regionais para as diferentes áreas.

As actuais comissões sectoriais da CDU, criadas em Novembro do ano passado, abarcam as seguintes áreas: **Orçamento e questões económicas; Agro-pecuária; Questões laborais e sociais; Juventude; Educação, desporto, cultura e comunicação social; Saúde; Administração regional e local; Habitação, urbanismo e ambiente.**

A juventude do distrito de Lisboa

Existem boas possibilidades para a apresentação de programas eleitorais para as autárquicas com propostas novas e interessantes para os jovens, significando um novo avanço neste sector — considera o grupo de trabalho para o sector da juventude junto da Direcção Regional de Lisboa (DORL) do PCP. Reunido há dias, aquele organismo analisou a situação da juventude no distrito de Lisboa e a acção dos pelouros da juventude nas Câmaras Municipais com maioria CDU.

«Continua a verificar-se uma situação preocupante para a juventude portuguesa, com o agravamento dos seus principais problemas e novas dificuldades resultantes da política desenvolvida pelo Governo, nomeadamente as novas restrições no acesso ao ensino superior. Entretanto, o mesmo Governo continua a promover uma autêntica campanha de «demagogia jovem», procurando tapar com a publicidade nos grandes meios de informação a falta de solidez e inexistência de propostas para resolver os problemas dos jovens», refere o telex com as conclusões do mencionado grupo de trabalho, que acrescenta:

«Em contraste com esta política, assume extrema importância o trabalho sistemático, sólido e dinâmico que as autarquias de maioria CDU desenvolvem no distrito de Lisboa, com a existência de pelouros de juventude organizados, funcionamento de centros de atendimento juvenil, casas de juventude e da cultura e grande reforço do movimento associativo juvenil nestes concelhos.

«O grupo de trabalho fez um balanço da actividade realizada em 1988 pelas Câmaras da Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira, concluindo ser francamente positivo, tendo-se realizado centenas de actividades culturais, desportivas e recreativas para os jovens, com envolvimento destes na sua preparação. É também muito positiva a ligação dos jovens com as autarquias destes concelhos.

«Na avaliação das iniciativas previstas para o mês de Março, verifica-se o elevado grau atingido na dinamização do movimento juvenil nos concelhos, com a realização de inúmeras actividades, festivais de juventude, etc. Considera-se importante a participação destas Câmaras na organização do Festival «Amar o Tejo, Viver a Paz», cuja fase final se realizará nos dias 7, 8 e 9 de Abril em Vila Franca de Xira.»

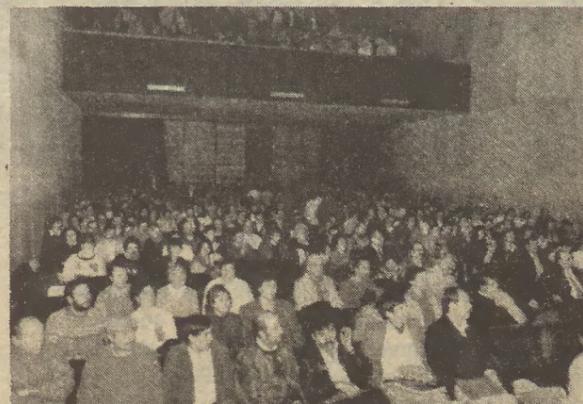
Sector Público da ORL: assembleia no dia 8

O organismo de direcção do Sector Público da ORL (Lisboa) do PCP marcou para o próximo dia 8 de Abril, no Centro de Trabalho Vitória, a segunda Assembleia da Organização do Sector, com vista a aprofundar e debater a situação actual das empresas do sector público e eleger um novo organismo de direcção.

Segundo a convocatória, naquelas empresas «o processo de recuperação capitalista desenvolve-se em paralelo com a tentativa e nalguns casos a concretização da retirada de direitos e regalias. As alterações provocadas na base económica repercutem-se no plano laboral, fazendo modificar as mais das vezes o conteúdo das reivindicações e a própria forma de



De todas as regiões do País chegam ao Avante! notícias sobre a intensa actividade do PCP



intervirmos. Tudo isto aliado à divisão orgânica do movimento sindical (realidade negativa) e que tem graves consequências no plano organizativo, capacidade de luta e de resistência dos trabalhadores, implica uma definição muito rigorosa das orientações orgânicas e na estratégia reivindicativa».

Esta Assembleia procurará igualmente apresentar propostas concretas, com vista aos próximos actos eleitorais para o Parlamento Europeu e autarquias.

O PS e as «alianças» — um esclarecimento da Concelhia de Torres Novas do PCP

Com a aproximação das eleições para os órgãos do Poder Local, a realizar em finais deste ano, assume uma importância especial a questão da política de alianças. Dado que, no domínio público, corre a ideia da existência duma coligação para as autarquias locais entre a CDU e o PS, ideia essa que se reforçou com as declarações de um dirigente local do PS ao jornal «O Riachense», achou a C. Concelhia do PCP conveniente esclarecer o seguinte:

Dentro da política persistentemente defendida pelo PCP, de unidade dos democratas na luta contra a política de direita, em defesa dos interesses do povo e do País, enviámos (carta de 4 de Julho/88) um convite ao Secretariado Local do Partido Socialista, para um encontro de análise à situação política local e as próximas eleições autárquicas. Apenas em Setembro, passados quase três meses, obtivemos resposta ao convite que havíamos feito, realizando-se então no final desse mês um encontro entre delegações dos dois partidos.

Nesse encontro manifestámos a inteira disponibilidade do PCP para aprofundar a discussão com vista ao estabelecimento de uma coligação interpartidária concorrente às próximas eleições, constituindo assim uma alternativa à actual gestão autárquica de direita. Nessa reunião a delegação do PS local invocou a necessidade de consultar a sua direcção política para no mais curto espaço de tempo prosseguir as conversações.

Passaram entretanto cerca de quatro meses sem que nos fosse dada qualquer resposta. Endereçámos nova carta (23 de Janeiro/89) a solicitar uma resposta urgente tanto mais que na referida entrevista a «O Riachense» de 10/11/88, se afirmava que: «não estava posta de parte a hipótese de entendimento com a CDU» e também se dizia que nos seria dada resposta em meados de Dezembro.

A resposta urgente veio em carta do PS de 6 de Março, passados mais de 40 dias. E que resposta nos dá o PS?

Sim ao diálogo!!!! Não a aliança! Convida-nos a integrar as suas listas... mas sem que isso envolva qualquer tipo de coligação.

Reduzir a uma resposta destas os objectivos de alternativa, nos órgãos autárquicos locais, com os quais e no plano dos princípios estavam de acordo, traduz uma postura velha e antiquada e uma absurda pretensão hegemónica que é absolutamente inaceitável. Onde está o respeito pelo direito à afirmação da diferença de opinião e à unidade dos democratas?

Com a resposta do PS de recusar a unidade e o entendimento para derrotar a direita nas próximas eleições, verifica-se que o PS, ao contrário do que diz, não quer ser alternativa séria e real ao PSD, antes acentua a sua inclinação à direita e é cada vez mais evidente a sua contradição entre as palavras e os actos.

Neste quadro mais se acentua o papel decisivo da CDU, como única alternativa política à actual gestão camarária e destaca a CDU como o espaço unitário de esquerda, aberto, amplo, dinâmico, capaz de ser uma alternativa com credibilidade e em que os democratas do nosso concelho confiam.

É tendo como referência a necessidade de dotar o nosso concelho de órgãos autárquicos dinâmicos, progressistas, capazes de desenvolver e modernizar o concelho, fazendo uma gestão democrática, com o objectivo de melhorar efectivamente a qualidade de vida das populações, que a Comissão Concelhia de Torres Novas do PCP reafirma o seu empenhamento em contribuir sempre para o progresso da nossa terra.

Terra

Plenário regional das UCPs/Cooperativas

Resistir em todas as frentes à camisa de forças e ao bando de malfeitores

As UCPs/Cooperativas estão a ser metidas pelo Governo numa autêntica camisa de forças legislativa, enquanto o Ministério da Agricultura esconde um verdadeiro bando de malfeitores que nem as leis do seu Governo respeita no saque à reforma agrária — acusou Lino de Carvalho na sessão de abertura do plenário regional que reuniu cerca de 900 pessoas na passada quinta-feira, em Évora, por iniciativa da Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas (FENCA), dos secretariados das UCPs/Cooperativas e dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas.

No entanto, o Governo e os agrários, cujos interesses se confundem ao máximo em organismos estatais como a Direcção Regional da Agricultura do Alentejo, estão inquietos: deparam com uma resistência diversificada, serena e firme, que conseguiu manter na posse das UCPs/Cooperativas 75 por cento da área que o MAP queria entregar.

Essa vontade firme de resistir marcou também o plenário, que no fim da manhã decidiu por unanimidade deslocar-se à Quinta da Malagueira, onde funciona a Direcção Regional da Agricultura. E não foi em vão que meteram pés ao caminho: havia meses que aguardavam resposta da DRAA a um pedido de audiência, que assim ficou marcada para terça-feira, dia 28.

Isto levou a que de tarde, enquanto apresentava uma moção de protesto pela ausência da RTP no Rossio de São Brás («a televisão que esteve cá de manhã foi a soviética»), um dos participantes não resistiu a lançar a proposta: «Talvez um dia destes tenhamos que ir de surpresa à RTP, que insiste em não nos querer ver.»

Tal como a moção relativa à RTP, foi aprovada no ple-

nário por unanimidade uma moção de solidariedade para com a população de Veiga de Lila «na luta contra a eucaliptização de solos aptos para a agricultura, protestando contra a violência exercida pela GNR, de novo requisitada para dar cobertura a actividades ilegítimas de grandes interesses privados», e reclamando «do Governo e da Assembleia da República que seja posto termo à desenfreada e indisciplinada expansão do eucalipto e que seja elaborado urgentemente um plano de ordenamento florestal do País».

«É o regabofe completo!»

Lino de Carvalho, na intervenção de abertura, além de expor as ideias principais que constam da resolução que publicamos na íntegra nestas páginas, fez acusações ao Governo, ao MAP e à Direcção Regional da Agricultura.

Ainda tentámos, no local, ouvir o comentário do responsável da administração da DRAA que reuniu durante alguns minutos com uma delegação do plenário na sequência da deslocação à Quinta da Malagueira. Mas o esforço foi inútil. Talvez com pressa de gozar o feriado, talvez com receio de se comprometer,

o certo é que empurrou qualquer resposta para o director, eng.º Gama Pinheiro, que estaria ali na segunda-feira.

Só se perdeu o comentário: mas registamos aqui as afirmações de Lino de Carvalho no plenário de dia 23.

«O Governo de Cavaco Silva e o MAP de Álvaro Barreto não hesitam em cometer novas ilegalidades e em tripudiar até mesmo as leis que eles próprios ainda há tão pouco tempo elaboraram.

«Enviam as notificações para a entrega de reservas pela calada da noite, nas vésperas de feriados, por telegrama, com 24 horas ou menos de antecedência, para evitarem que as UCPs/Cooperativas queiram a suspensão provisória e, por consequência, para impedir que o Supremo Tribunal Administrativo possa suspender com efeitos úteis a entrega ilegal das reservas. É um comportamento típico do autêntico bando de malfeitores que se esconde no MAP e que não hesita em delatar para a valeta o tão apregoado Estado de Direito.

«Entregam aos agrários milhares de contos de frutos pendentes, sementes pelos trabalhadores e contra o que diz a própria lei 109/88.

«Falsificam datas e processos.

«Alteram pontuações sem se preocuparem sequer em explicar os critérios.

«Pressionam e expulsam cooperativas e agricultores das terras, mesmo tendo contratos de uso da terra.

«Fundem-se totalmente

os interesses e a actuação do ministro Álvaro Barreto e de altos funcionários do MAP (com destaque para o director regional da Agricultura do Alentejo, eng.º Gama Pinheiro, e o eng.º Alberto Costa, responsável do Gabinete de Gestão Fundiária da DRAA) com os interesses e procedimentos dos agrários. São inclusivamente antigos funcionários do gabinete jurídico do MAP, suspensos e afastados por suspeita de corrupção, como o dr. Manuel de Oliveira Porta, que fazem os cálculos das pontuações dos processos e os entregam já prontos nos serviços do MAP.

«Até aos nossos ouvidos chegaram inclusivamente queixas de agrários, que protestam contra o facto dos funcionários do MAP encarregados de dar pareceres estarem a exigir qualquer coisa como 200 escudos por cada hectare que homologassem (parece até que vão aumentar para 250 escudos, deve ser por causa da inflação!) nos processos de reservas. Isto é, 200 contos por cada mil hectares! Não é pois de estranhar os luxuosos carros que vários funcionários têm vindo a comprar!

«É o regabofe completo, que certamente val mais acima destes funcionários da DRAA.»

O projecto de Cavaco e dos agrários

Lino de Carvalho refutou as afirmações que têm surgido defendendo que a reconstituição do latifúndio não é possível no quadro da CEE porque não seria uma opção rentável para os agrários.

«Quem diz isso, ou parte de análises de gabinete e modelos teóricos desinseridos da realidade, ou quer escamotear a realidade, porque a realidade e a vida aí estão a confirmar o que temos vindo a dizer. É uma questão de se fazerem contas: um agrário com mil hectares, com um subsídio para retirar as terras de produção (set-aside) que pode ascender a qualquer coisa como 80 mil contos, mais umas centenas de hectares com eucaliptos ou outra espécie florestal (que não é incompatível com o set-aside), pecuária em regime extensivo, caça — e temos aí, seguramente, mais de 100 mil contos de rendimento líquido por ano.

«Este é o projecto que Cavaco Silva e o PSD têm para o Alentejo e o Ribatejo. Exceptuando algumas áreas regadas nas zonas



Por decisão unânime os participantes no plenário deslocaram-se do Rossio de São Brás à Quinta da Malagueira, onde encontraram os portões fechados e o Director Regional da Agricultura do Alentejo ausente. No entanto, uma delegação reuniu com um responsável da administração da DRAA e conseguiu-se que fosse marcada para daí a cinco dias uma audiência pedida havia meses



mais férteis, no Vale do Sorraia, porventura nos barros de Beja e pouco mais, Cavaco Silva, o PSD e os agrários preparam-se — se os deixarmos — para fazer da nossa zona uma imensa zona votada à florestação, à caça, em suma, aos sistemas extensivos de produção no quadro da recomposição do latifúndio.

«De tal modo isto é verdade, que o Plano de Desenvolvimento Regional que o Governo acabou de apresentar à CEE prevê que em 1992 o Alentejo tenha menos dez mil habitantes que actualmente e que aqui não tenha sido criado um único posto de trabalho.»

Sobre o PDR e o desenvolvimento do Alentejo, a DORA do PCP realizou, também no dia 23, uma conferência de imprensa que no próximo número do «Avante!» trataremos pormenorizadamente.

Organizar e resistir

«A bandeira mais sagrada é a organização» — lembrou um trabalhador da Junção das Cooperativas de Odemira. Esta foi uma ideia comum a praticamente todas as intervenções, e que teve lugar de destaque na intervenção de Neves Borges sobre o tema.

Numa intervenção viva e acutilante, aquele dirigente lembrou que a vida democrática das UCP/Cooperati-

vas tem sido a coisa mais importante para a resistência à ofensiva feroz dos últimos doze anos. Mas — constatou — há ainda cooperativas onde não se dá a devida importância a actos importantes dessa vida democrática, como as eleições regulares dos corpos gerentes.

Por todas estas razões, Neves Borges salientou que tem que se levar à prática o que tem sido aprovado em todas as conferências e encontros da Reforma Agrária, o que está nos estatutos das cooperativas. Os acordos para o arrendamento de terras aos agrários têm que ser feitos da forma mais clara possível,

com o conhecimento e o apoio de todos os trabalhadores, de forma a evitar a mínima desconfiança.

Importante é também a vitalidade económica: Estamos na CEE, não é por nossa vontade, mas estamos lá, e vamos também aí à luta, vamos ao desafio, vamos aumentar os meios técnicos e humanos, vamos aumentar a competitividade das cooperativas. Temos capacidade, basta lutar, podemos competir a par e passo com os agrários, as cooperativas têm que ser uma fortaleza da agricultura desenvolvida que nós pretendemos.

Bons resultados na produção de trigo e na criação de

gado foi o que levou ao plenário da reforma agrária Albi- no Aleixo, da UCP «Cravo Vermelho». Falou dos bons resultados, mas terminou apontando ao futuro, dizendo que mesmo assim «não estamos satisfeitos» e estão a trabalhar para obter ainda melhores frutos.

Os agrários também sabem dar valor à organização dos trabalhadores da reforma agrária. José Brejo, da União das Cooperativas de Alcácer do Sal, contou que «um dia destes velo um senhor oferecer-me 150 contos para ir tomar conta da herdade dele. Não era para ir trabalhar a terra, era mas era para deixar as estruturas de que faço parte. O tal se-

nhor ficou com o dinheiro, e José Brejo com a reforma agrária.

Solidariedade

Perante a ofensiva e as dificuldades sérias que ela coloca, a intensificação da solidariedade para com os trabalhadores da reforma agrária é uma tarefa premente.

A solidariedade chegou ao plenário de Évora em muitas saudações, sobretudo de sindicatos, na presença de sindicalistas, autarcas, juristas e outros convidados — entre os quais José Soeiro, da Comissão Política do CC do PCP — e em intervenções como as de José Figueira (da União dos Sindicatos do Distrito de Aveiro), Abílio Fer-

nandes (presidente da Câmara Municipal de Évora) e Álvaro Rana (da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN).

Entretanto, a CRARA — Associação de Apoio à Reforma Agrária, incluiu na ordem de trabalhos da sua assembleia geral, marcada para 6 de Abril na Casa do Alentejo, um debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária, que se seguirá à apreciação e votação do relatório e contas de 1988 e à eleição dos órgãos sociais para 1989-90 e contará com a participação de Aquilino Mochinho e Manuel Vitorino, dos secretariados das UCPs/Cooperativas de Santarém e Portalegre, respectivamente.

A Reforma Agrária é necessária à agricultura

A Reforma Agrária exige

O Plenário Regional da Reforma Agrária, realizado em Évora a 23/3/89, reclama que seja posto fim a este processo e exige:

- O respeito pela Reforma Agrária e as UCPs/Cooperativas;
- O respeito pela legalidade, onde se inclui o processo de notificação às UCPs/Cooperativas, de fornecimento dos critérios de pontuação e de todos os elementos constantes dos processos de «reservas»;
- A garantia da colheita dos frutos pendentes sementeados e a correspondente revogação do Dec. Lei 44/88;
- O respeito pelos bens e investimentos feitos pelos trabalhadores;
- A abertura de um processo de diálogo com as estruturas representativas da Reforma Agrária e dos trabalhadores.
- A revogação do despacho do Director Regional da Agricultura que proíbe a circulação de gado das UCPs/Cooperativas.

Legalidade, revisão constitucional e solidariedade

O Plenário denuncia o facto do Conselho Regional Agrário da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, que deveria ter sido constituído e instalado até 13 de Abril de 1988, ainda não existir, e exige a sua rápida constituição com a participação dos sindicatos, das cooperativas e das autarquias.

O Plenário dirige-se ao Tribunal Constitucional apelando a que seja acelerada a análise dos pedidos de inconstitucionalidade da Lei 109/88, promovidos pela Assembleia da República, e do Art.º 50.º da mesma Lei, promovido pelo STA.

O Plenário dirige-se à Assembleia da República e aos partidos nela representados para que, no processo de revisão constitucional, a Constituição de Abril não seja descaracterizada e se mantenham os princípios que consagram a Reforma Agrária e a eliminação dos latifúndios, condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura e componente essencial da democracia criada com Abril.

O Plenário não pode deixar de responsabilizar aqueles que, por actos ou omissão, contribuíam para a subversão dos princípios essenciais da Constituição de Abril e para a retirada da Reforma Agrária do respectivo texto.

O Plenário apela aos órgãos de soberania responsáveis pela legalidade dos actos da Administração e pela defesa da Constituição para que intervenha pondo termo ao processo de destruição da Reforma Agrária e de ilegalidade e abusos de poder que estão a ser cometidos pelo MAP.

O Plenário apela ao reforço da solidariedade activa do movimento sindical, do movimento operário, dos trabalhadores, técnicos, democratas e forças democráticas, no apoio à Reforma Agrária, ao desenvolvimento da agricultura, à luta dos trabalhadores.

Objectivos imediatos

O Plenário apoia a proposta da FENCA, dos Secretariados e Unões e dos Sindicatos Agrícolas, no sentido de se realizar em 30 de Setembro e 1 de Outubro a 12.ª Conferência da Reforma Agrária, sob o lema: «Com a Reforma Agrária, aprofundar a democracia, desenvolver a agricultura, enfrentar o Mercado Único».

O Plenário chama todos os trabalhadores da Reforma Agrária ao reforço da luta e da resistência tendo em conta os seguintes objectivos imediatos:

- Manter a máxima área possível na posse das UCPs/Cooperativas e dos trabalhadores;
- Defender os investimentos, os bens existentes e os frutos pendentes;
- Manter o máximo possível de UCPs a funcionar;
- Defender a unidade dos trabalhadores e as suas condições de vida;
- Lutar pelo emprego e contra o desemprego, pelo aproveitamento das terras e contra o seu abandono e subaproveitamento;
- Manter a perspectiva de que a Reforma Agrária é solução para o futuro dos trabalhadores e dos agricultores, para o desenvolvimento da agricultura e da região.



Encontrar para cada caso concreto as formas de acção mais adequadas: acções de massas, negociações, lutas no campo jurídico, intervenção no plano institucional constituem diversas formas de resistência na fase actual, nuns casos umas, noutros casos outras, noutros ainda a conjugação de várias delas.

Pequenas ou grandes concentrações, vigílias, abaixo-assinados, mobilização de máquinas e gados, novas marchas para defesa dos trabalhadores e da Reforma Agrária, são formas de luta a prosseguir.

O Plenário mandata as estruturas representativas da Reforma Agrária e dos trabalhadores para que sejam estudadas as possibilidades jurídicas de promoção de processos-crime contra o ministro Barreto e os funcionários do MAP, responsáveis pelos atropelos à legalidade e por atitudes de abuso de poder.

O Plenário mandata as estruturas da Reforma Agrária para promoverem as acções que forem consideradas adequadas à defesa da Reforma Agrária e no momento que for considerado oportuno.

O Plenário chama a atenção das UCPs/Cooperativas e dos trabalhadores para a necessidade de se continuar a semente e a produzir e de melhorar a vida colectiva, a gestão, os métodos de trabalho, a formação profissional, a introdução de novas técnicas e de novos cultivares, o reordenamento e a reconversão de culturas, o aumento da produção e produtividade, a intensificação da agricultura, a defesa dos objectivos sociais que animam e distinguem a Reforma Agrária, o cumprimento dos acordos de trabalho e a defesa das condições de vida de cooperantes e trabalhadores.

O Plenário entende que é vital investir em áreas que estão seguras e contratar técnicos e gestores que ajudem as direcções das cooperativas a rentabilizar sobretudo essas áreas.

O Plenário firma que para pleno aproveitamento dos recursos da região e das potencialidades da Reforma Agrária é necessário promover o aproveitamento dos perímetros de rega, realizar as obras do Vale do Sorraia, construir Alqueva.

O Plenário apela ao reforço da unidade de todos os trabalhadores e à necessidade de serem os plenários das cooperativas a decidirem face às questões concretas que a lei da reconstituição do latifúndio lhes coloque pela frente.

O Plenário mandata as estruturas representativas da Reforma Agrária e dos trabalhadores para solicitarem audiências com o Presidente da República, Governo, MAP e Direcções Regionais de Agricultura, Assembleia da República, Tribunal Constitucional, autarquias e Associação Nacional dos Municípios Portugueses, partidos e forças democráticas, Comissão Nacional de Justiça e Paz, Comissão Executiva da CGTP-IN, para a entrega desta Resolução.

O Plenário reafirma a necessidade e a função insubstituível da Reforma Agrária no processo de desenvolvimento da agricultura e da região, na correcção das assimetrias, no aproveitamento dos recursos, na fixação das populações e melhoria das condições de vida dos trabalhadores e agricultores e manifesta a sua confiança de que a Reforma Agrária prosseguirá.

Resolução aprovada por unanimidade e aclamação no plenário regional de UCPs/Cooperativas (subtítulos da responsabilidade da Redacção)



No plenário de dia 23 participaram 846 pessoas dos distritos abrangidos pela zona de intervenção da Reforma Agrária

Assembleia da República

Revisão constitucional

PS estende ao PSD tábua de salvação?

Tema de excepcional importância sobre o qual têm recaído crescentemente as atenções gerais, a revisão constitucional voltou a ocupar um lugar de destaque na sessão plenária de terça-feira. Estava-se no período antes da ordem do dia e tudo começou com uma intervenção do deputado comunista José Magalhães. Uma intervenção que constituiu uma proposta de reflexão à Câmara sobre aquela que tem sido a postura de oposição em «part-time» assumida pelo PS e sobre os riscos que as soluções preconizadas no acordo estabelecido entre este e o PSD podem trazer para o regime democrático tal qual está configurado.

Na linha de transparência que desde o início tem pautado a actuação do PCP, tratou-se assim de aclarar alguns aspectos do processo de revisão que, segundo as palavras de José Magalhães, têm andado envolvidos em «névoas, confusões, mistérios ou inverdades».

Esclarecer, por exemplo, desde logo, o próprio papel desempenhado pelo PCP, papel que alguns procuram retratar como «artífice da obstrução» mas que, afinal, se tem revelado como «indivisível de garante da democraticidade do debate, da transparência e da participação popular na defesa activa da Constituição».

Triplo pacto

E na última terça-feira uma vez mais isso ficou demonstrado ao ser chamado para primeiro plano do debate o «triplo pacto» firmado entre o PS e o PSD contra o qual os deputados comunistas têm exercido um firme combate no decorrer dos trabalhos da Comissão de Revisão Constitucional.

A este «triplo pacto» se referiu pormenorizadamente José Magalhães, pondo sobretudo em relevo, para além do «contrato-promessa de desfiguração do texto constitucional rubricado por Vítor Constâncio e Cavaco Silva», o verdadeiro «pacto de silêncio» e o «acordo de aceleração dos trabalhos segundo um calendário secreto» também firmado entre o PS e o PSD (ver caixa).

Neste contexto, dois aspectos merecem nota de realce, qualquer deles indiciador de que a revisão que se anuncia é «globalmente negativa». Este é pelo menos a convicção profunda dos parlamentares do PCP, de resto partilhada por muitos outros democratas, como é o caso do engenheiro Tito de Morais, destacada figura do PS.

Trata-se da obtenção em aspectos essenciais de instrumentos de reforço do processo de concentração de poder por parte do PSD, por um lado, e, por outro, do silêncio do PS «às vezes que o criticam por aceder a esse projecto que reforça o Estado laranja».

«A poucos anos do Mercado Único Europeu, Portugal enfrenta perigos sérios», salientou a propósito José Magalhães, citando nomeadamente o «canibalismo empresarial, a desnacionalização e estrangeirização do sector público, o reforço das desigualdades sociais e regionais, a partilha do mercado português pelos gigantes da comunicação

social dos países mais fortes».

As companhias do PS

Ora não deixa de ser interessante que nenhuma destas questões concretas tenha sido objecto de reparo por parte do deputado socialista Jorge Lacão, quando interveio na réplica a José Magalhães, optando mais uma vez, como já o havia feito uma semana antes, para gáudio da bancada do PSD, por uma prosápia divagatória. «O que está em causa para o PCP é o fantasma dos seus mitos e dogmas ideológicos», declarou Jorge Lacão, não sem antes ter opinado que as acusações do PCP continuam a ser referências meramente ideológicas, sem substância constitucional objectiva».

Mas de ideologia falaria também, curiosamente, o deputado do PSD, Carlos Encarnação, ao garantir que a «grande diferença entre o PCP e o PS está na renovação ideológica», coisa que no seu entender os comunistas pelos vistos ainda não fizeram, o que muito lamentou, pois, imagine-se a sua preocupação, sem tal renovação, «não há esquerda credível».

Com o debate a aquecer, a resposta de José Magalhães não se fez esperar. Interpretou como «coisa bizarra» a preocupação de «robustecimento» da oposição revelada pelo deputado da maioria e em resposta a Jorge Lacão, numa alusão ao alegado «isolamento ideológico do PCP», aconselhou-o e ao seu partido a estarem preocupados, isso sim, «com algumas companhias».

Face à inexistência de uma estratégia nacional para enfrentar 1992, seria ainda em torno dos riscos que comporta uma «revisão favorável à debilitação do controlo democrático e nacional da riqueza do País» que José Magalhães ocuparia uma boa parte do seu discurso.

Riscos em relação aos quais, lembrou, se têm levantado inúmeras vezes que

«não se conformam com tal desfecho do processo de revisão». Factos recentes, observou, ainda, tomam mais visível a justeza destas vozes.

Ciclo do cavaquismo aflito

«Nos meses que decorreram desde Outubro de 1988 foram passando os tempos do PSD inchado. Abriu-se o ciclo do cavaquismo aflito — asseverou com ironia — em que altos dirigentes confessam a vontade da reforma, o PM ameaça ir para casa se for punido eleitoralmente, o condómino das Amoreiras anuncia à gargalhada sacrifícios cadilhantes da paciência popular. O «milagre económico» cavaquista desabou logo que as vacas gordas da conjuntura externa entraram em dieta! Incapaz de se remodelar porque tem um chefe infalível, o Governo vai apodrecendo e caindo à peça, à medida que membros seus prosperam no mundo dos negócios imobiliários (e outros) onde buscam o «caroço» a que se sentem com direito».

Ora é também à luz destes reveses sociais e políticos que se torna inaceitável



que o processo de revisão possa servir, como fez questão de sublinhar José Magalhães, de «transfusão de sangue e tábua de salvação a um PSD anemizado».

Daí a razão das severas críticas que a bancada comunista não tem deixado de dirigir ao PS pela forma como este tem conduzido o processo de revisão, críticas que José Magalhães voltou a enumerar, chamando designadamente a atenção para as questões centrais em que o PS, «decaído das suas posições originárias, aceitou o inaceitável».

Estão neste caso, sumariou, a definição do futuro modelo de comunicação social, a desnacionalização de empresa e sectores, a redução dos direitos dos agricultores e a supressão à refe-

rência constitucional expressa da Reforma Agrária, as maiores dificuldades no acesso à Saúde, a redução do número de deputados, a diminuição do papel fiscalizador da Assembleia da República e o bloqueamento à criação das regiões administrativas.

«Não se pode negociar de manhã, estar à tarde na oposição e entrar de férias à noite», afirmou ainda José Magalhães numa referência ao comportamento do PS, partido a quem dirigiu ainda o apelo para que reconsidere a sua posição — «a fase de reconsiderar é agora», as palavras são suas —, por forma a evitar que o PSD, que «faz tudo para ocupar o País», venha também a «ocupar a Lei Fundamental».

Em causa o modo de elaboração do PDR

Governo organiza simulacro de consulta

A forma como o Governo elaborou o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), envolvendo-o no mais completo secretismo e arredando da sua preparação a Assembleia da República e as forças económicas e sociais nele interessadas, foi objecto na última semana de duras críticas por parte de todos os partidos da oposição.

A adicionar a este comportamento do Executivo considerado «altamente lesivo dos princípios democráticos e do regular funcionamento das instituições», há ainda que referir a circunstância do referido PDR ter sido entregue em Bruxelas sem que os partidos da oposição tenham sido previamente consultados sobre o seu conteúdo.

Apesar das afirmações em contrário do ministro do Planeamento e Administração do Território, a verdade é que a dita participação dos partidos da oposição na elaboração do documento não passou de um «simulacro de consulta» — assim o afirmam os partidos da oposição num documento assinado conjuntamente —, uma vez que dele tiveram conhecimento de um dia útil para o outro, sem qualquer «possibilidade prática de o estudarem».

PDR: papel decisivo no futuro

Para os partidos da oposição — como fizeram questão de sublinhar na conferência de imprensa que deram na semana finda —, em causa está, pois, o desrespeito pela «essência do estatuto da Oposição» e a violação de regras democráticas que, do seu ponto de vista, são indispensáveis sempre que se trata de obter o necessário con-

consensualmente apontado como sendo decisivo para «ganhar ou perder as condições necessárias ao aumento do nível de vida a que os portugueses justamente aspiram».

Será ainda com base no PDR, conforme salienta o documento assinado pelos partidos da oposição, que decorrerão as negociações com a Comissão Europeia para a definição do quadro comunitário de apoio, a partir do qual serão fixadas as obrigações contratuais do Estado português e da CEE, designadamente quanto aos financiamentos a fazer até 1993 através dos Fundos Estruturais e dos Orçamentos do Estado.

Governo não deu cavaco a ninguém

Ora são estas obrigações contratuais, que «conforma-

rão de maneira decisiva os interesses de toda a população portuguesa», que o Governo entendeu negociar como quis e lhe apeteceu, «sem dar satisfações a ninguém», optando mais uma vez por «pôr de lado os direitos elementares de informação, consulta e participação».

A manter-se este «secretismo burocrático» totalmente «contrário ao interesse nacional» e que teima em negar à população, às forças políticas e sociais «uma prática de real e ampla participação», alertam os partidos da oposição, «não pode haver real mobilização nacional para a realização de um Plano com esta envergadura e com esta duração».

Para obviar a isso e no sentido do reforço da base negociada de Portugal e da respectiva posição, reforço para o qual se manifestaram disponíveis, os partidos da oposição informaram os jornalistas de que apresentarão na Mesa da Assembleia da República um projecto de deliberação com vista a que este órgão de soberania organize com prioridade e urgência um processo de apreciação do PDR, com «ampla audiência das autarquias, dos parceiros sociais e dos representantes das associações cívicas com interesse no PDR».

Opção pelas clientelas

Entretanto, no encontro com os jornalistas, António



Na última semana, em conferência de imprensa, Ivo de Pinho, Carlos Brito, António Guterres, Maria Santos e Narana Coissoró, lavram o seu protesto pelo «secretismo burocrático» que envolveu a elaboração do PDR, arredando da sua preparação a Assembleia da República, as forças políticas, económicas e sociais

Guterres, definindo a posição do PS sobre este processo, qualificou a postura do Executivo como uma «farsa», sublinhando de seguida não ser «tolerável» que este «continue a considerar o processo de integração como se se tratasse da integração do PSD na CEE».

Carlos Brito, em nome do PCP, chamou a atenção, por seu turno, para a «conduta inaceitável do Governo numa sociedade democrática», frisando a dado passo que as grandes opções do Governo de Cavaco Silva «não são as grandes opções do País, mas sim as das clientelas do PSD».

Para Ivo de Pinho, do PRD, a forma como este processo foi conduzido constitui, por seu lado, «mais uma prova de que o Estatuto da Oposição é, provavelmente, a própria Assembleia da República, é, para o Governo, quando muito, um mal necessário».

Narana Coissoró (CDS) aludiu ao facto da vigência do PDR ser maior que a da existência do actual Governo, motivo que obrigaria, no seu entender, a um maior envolvimento do País e das suas instituições nesta matéria.

Igualmente crítica foi também Maria Santos, de Os Verdes, ao pôr o acento tónico no modo incorrecto seguido pelo Governo para a elaboração do PDR, designadamente no estilo que reputou de «arrogante», fazendo «tábua rasa dos anseios das populações».

Nacional

Para não comprometer o futuro

Urge inverter a política florestal

O grupo parlamentar do PCP tomou a iniciativa de apresentar na Assembleia da República um projecto de lei sobre «Condicionamento de plantações de eucaliptos», em Novembro de 1987. Então, tal como agora em que foi possível realizar o seu debate na generalidade, tínhamos a convicção de que o eucalipto não é um inimigo público e muito menos uma praga que urge exterminar.

Erguer o eucalipto como inimigo é desconhecer ou ignorar e desculpabilizar os verdadeiros inimigos e a origem e causa dos problemas.

O eucalipto não selecciona os lugares para se instalar. O eucalipto não arranca oliveiras para tomar o seu lugar. O eucalipto não se instala nas pastagens nem tão-pouco nas zonas críticas das bacias hidrográficas.

O eucalipto não se planta a si próprio. O eucalipto é plantado!

A responsabilidade das celulosas

Os grandes inimigos das populações rurais e das suas economias regionais e locais, da preservação e do uso e gestão racionais dos nossos recursos são os que pretendem impor, e vêm impondo, uma florestação arbitrária e desordenada, particularmente o eucalipto, mas não só, em sistemas de produção intensiva e de largas manchas estretas, sem atender, ponderar e respeitar as condições ecológicas e económico-sociais do meio e da região.

E aqui, as celulosas e o Governo têm as grandes responsabilidades. Responsabilidades acrescidas para o Governo ao desenvolver uma política florestal e assumir uma postura, permissivas e coniventes com a crescente tendência para a monopolização e sobre-exploração dos recursos naturais e florestais pela indústria das celulosas.

Não somos alarmistas ao afirmar que se não tomarmos rapidamente medidas cautelares corremos o risco de ver a nossa floresta e a nossa economia agro-florestal serem devoradas pelos interesses estratégico-económicos da Europa desenvolvida.

Em 1970 o Mercado Europeu registava já um acentuado défice de material lenhoso, importando então o equivalente a 40-50 milhões de m³ de lenho em toros. As previsões da FAO apontam para necessidades de impor-

tação superiores a 100 milhões de m³ no ano 2000.

No quadro da CEE, que no seu conjunto (sem incluir Portugal e Espanha) consome mais de 50% dos produtos lenhosos consumidos pelo Mercado Europeu e não produz sequer 25% da produção global europeia, a aptidão florestal de boa parte do território português desperta a apetência e desencadeia fortes e crescentes pressões de interesses que procuram satisfação em situações de sobre-exploração dos recursos, numa perspectiva da sua gestão e «esgotamento» no curto/médio prazos.

A floresta pobre

Entre 1957 e 1985 a nossa área florestal global cresceu cerca de 311 mil hectares, enquanto a área de eucalipto, no mesmo período, aumentou 347 mil ha, 70% dos quais entre 1972 e 1985.

Entre 1978 e 1985 a evolução da área florestal regista quebras anuais médias de 6 mil hectares para o pinhal e 7 mil ha para o montado de sobro e azinho; enquanto o eucalipto tem um crescimento médio anual superior a 27 mil hectares. Ou seja, neste período de 7 anos o pinhal diminuiu 41 mil ha, o montado reduziu-se em mais de 50 mil ha e o eucalipto aumentou mais de 190 mil hectares.

Vem ganhando rapidamente terreno a floresta «pobre» de uso exclusivamente industrial e/ou exportador de matéria-prima sem valor incorpo-



rado. Tenha-se a este propósito presente que, por exemplo, no período de 1975/78 para importar 1 t de produtos florestais precisávamos de exportar apenas 0,83 t deste tipo de produtos.

Em 1983/86, para importarmos a mesma tonelada de produtos florestais precisamos já de exportar 1,2 toneladas.

Está-se implantando um sistema de produção-industrialização e/ou exportação de matéria-prima florestal que proporciona, no imediato, elevados rendimentos. De tal forma que graças à exportação de produtos florestais se consegue um relativo equilíbrio da balança comercial agrícola, escondendo o nosso elevado e crescente défice agro-alimentar. Mas as perspectivas atraentes geradas no curto prazo podem conduzir rapidamente ao colapso do próprio sistema, esgotando recursos e deixando a desertificação humana em vastas áreas do interior do País.

Não se tenham ilusões, a «floresta industrial» de crescimento rápido (e não só o eucalipto) instalada em grandes manchas contínuas de monocultura, sem ser ordenada em uso múltiplo por compartimentos, é uma floresta pobre, esgotante, vulnerável do ponto de vista fitossanitário, com efeitos redutores sobre as economias locais e regionais e no aproveitamento e valorização dos recursos.

Política socialmente injusta

Este é o problema que estamos a enfrentar. Um processo de florestação que não assenta, antes entra em conflito com o uso e gestão racionais dos recursos, que não respeita a variedade das situações mesológicas dos recursos, que não respeita a variedade das situações mesológicas do País, que agride interesses e direitos legítimos das populações.

Não é mais possível ignorar que a política florestal que vem sendo desenvolvida é contrária aos interesses nacionais, é socialmente injusta, é corruptora, é inaceitável.

— Alicia e coloca técnicos dos serviços oficiais ao serviço das celulosas;

— Transforma funcionários do MAPA em agentes imobiliários e intermediários das celulosas;

— Alimenta-se e desenvolve-se à custa de uma política que tem amarrado as regiões interiores do País ao subdesenvolvimento económico-social, que tem arruinado a agricultura familiar e envelhecido as populações rurais;

— Agride os povos serranos, ameaça as suas economias, destroi-lhes as pastagens e os povoamentos florestais de uso múltiplo, tenta roubar-lhes os baldios;

— Concentra, por via da compra e do arrendamento, enormes extensões de solo e

um enorme potencial de recursos florestais nas empresas da celulose e no capital estrangeiro, possibilitando-lhes um forte domínio sobre a produção interna e a sua orientação estratégico-económico;

— Despreza centenas de milhares de hectares de incultos porque não propiciam rendimentos directos e rápidos, e invade e ocupa áreas de uso agrícola e de culturas permanentes;

— Manifestamente agressiva, gera o descontentamento e a resistência das populações de norte a sul do País — «populações arrancam eucaliptos», «populações manifestam-se», «populações impedem o plantio do eucalipto». Tem sido assim no Alentejo, no Ribatejo, nas Beiras, em Trás-os-Montes. Aboboreira e Água de Reves serão os casos mais recentes, e são exemplares. O que neste momento de passa em Valpaços evidencia, além de tudo o mais, que esta política florestal só é possível de prosseguir contra as populações e com o recurso à força repressiva.

É possível outra política

Esta política compromete o futuro, condena o património florestal.

A política florestal do Governo PSD/Cavaco Silva e do ministro Álvaro Barreto tem de ser contida e invertida.

O projecto de lei do PCP procura responder a esta necessidade. Não substituindo nem dispensando o ordenamento agro-florestal do País, numa perspectiva de aproveitamento integrado dos recursos, de correcção das assimetrias económico-sociais e de redução dos nossos elevados défices agro-alimentares, o projecto de lei do PCP tem por objecto a defesa do ambiente, a preservação e melhoria dos recursos, o uso múltiplo da floresta, a dinamização, diversificação e desenvolvimento das economias locais e regionais e das suas populações.

Neste sentido propomos: medidas de ordenamento dos povoamentos florestais; medidas de protecção das áreas e solos de uso agrícola; medidas de preservação dos recursos hídricos, nomeadamente dos cursos de água, das zonas de infiltração e das áreas de alagamentos de lagoas e albufeiras; medidas de protecção contra a erosão superficial dos solos. Propomos ainda uma maior eficácia à participação e intervenção das autarquias na adopção, incentivo e fiscalização das medidas legais e da gestão racional dos recursos.

É necessário construir uma nova política florestal e uma indústria de produtos florestais viável para o futuro.

É imperioso estabelecer e fazer cumprir normas de racionalidade técnica, económica e social para a exploração florestal.

É preciso e é urgente derrotar a política florestal do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses ilegítimos que ela vem servindo.

O crescimento da nossa produção florestal e da sua industrialização tem de servir o desenvolvimento económico-social do País e assegurar para o futuro a preservação e renovação dos nossos recursos.

É possível que a floresta cresça e seja sentida como um bem necessário e desejável.

■ Rogério de Brito



«Mal da economia não se trata»

• Crítica do PCP à situação na economia e na agricultura

A situação actual da economia e da agricultura portuguesa foi o tema da conferência de imprensa promovida pelo PCP, antonem, na sede da Soeiro Pereira Gomes.

Na ocasião foram distribuídos dois documentos sobre a matéria em análise, que publicamos na íntegra, cabendo a sua apresentação aos camaradas Carlos Carvalhas, membro da Comissão Política do PCP, deputado, responsável pela Comissão junto do CC para os Assuntos Económicos; Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, responsável pelas Comissões junto do CC para os problemas dos pequenos e médios agricultores e das pescas; Octávio Teixeira, do Comité Central, deputado, membro da Comissão junto do CC para os Assuntos Económicos e Carlos Amaro, membro da Comissão junto do CC para os problemas dos pequenos e médios agricultores.

No encontro com a imprensa, onde foi notória a ausência da RTP, aqueles camaradas referiram a evolução negativa da economia portuguesa, considerando Carlos Carvalhas

ser mais do que tempo do Governo deixar de lado o slogan da «modernização», vazio de conteúdo e passar efectivamente a dar resposta às preocupações e problemas nacionais, tarefa que exige a participação de todos os agentes económicos e sociais.

Na ocasião, foi lembrado que o PCP já havia alertado para o facto de o crescimento da economia nos últimos três anos se dever a factores favoráveis externos e que, uma vez atenuados, a economia voltaria a ter uma evolução negativa por não se terem tomado, atempadamente, as necessárias medidas para o evitar.

Nesse contexto, as recentes medidas anunciadas pelo ministro Miguel Cadilhe foram classificadas como uma «aspirina», que não só não trata o mal como em certos casos o vai agravar.

Também a política agrícola do Governo é fortemente contestada no documento apresentado à imprensa, considerando os comunistas que é contrária aos interesses do País.



Os camaradas Carlos Carvalhas, Agostinho Lopes, Octávio Teixeira e Carlos Amaro, na conferência de imprensa sobre a situação na economia e na agricultura em Portugal

A situação económica e a preparação para 1992

1. Os últimos dados sobre a economia portuguesa e as recentes medidas do Governo, não só confirmam o falhanço da política governamental, como revelam uma situação preocupante, a exigir medidas correctivas dirigidas à estrutura da economia. Estas medidas tornam-se ainda mais urgentes em face da necessidade de se preparar a economia para o embate de 1992.

Entre os dados mais salientes da situação económica destacam-se:

- O forte agravamento do défice comercial;
- a aceleração da inflação;
- a redução sucessiva do crédito interno para o sector produtivo e o aumento das taxas de juro;
- a acentuação das desigualdades e a injustiça social: diminuição do emprego, aumento do desemprego e do emprego precário, evolução negativa dos salários reais, agravamento da fiscalidade e da repartição do Rendimento Nacional, encarecimento dos serviços de saúde, degradação da habitação e diminuição da protecção social.

2. Na verdade, continua a agravar-se o défice da balança comercial, o qual, e ao contrário do até há pouco propagandeado pelo Governo, nada tem de «virtuoso», antes se mostra cada vez mais insustentável.

Para o período Janeiro/Novembro de 1988, os primeiros dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentam um défice de 755 milhões de contos, mais 25% que em igual período de 1987. Mas esse agravamento do défice deverá ser ainda maior já que, por razões ainda não explicadas, os dados preliminares das estatísticas do comércio externo publicados pelo INE têm vindo a sofrer aumentos substanciais (por exemplo, as importações do 1.º semestre de 1988, que inicialmente foram computadas em 1027 milhões de contos, já vão actualmente em 1125 milhões de contos).

Acresce que o agravamento do défice comercial é consequência não só do forte aumento das importações, mas ainda da perda de quotas de mercado das exportações portuguesas. Este último facto decorre, em grande parte, da ausência de uma política de conquista de mercados exteriores à CEE, aproveitando, designadamente, compensações de comércio com países de onde importamos valores elevados.

Quanto à inflação a situação é igualmente clara e preocupante: as metas governamentais para 1989, desde o início irrealistas, estão já completa e irreversivelmente ultrapassadas. Regressamos à inflação a «dois dígitos», e a única dúvida que legitimamente se pode colocar é se a inflação ultrapassará ou não os 12% de média anual.

A aceleração da inflação tem efeitos negativos já bem visíveis sobre o nível de vida dos trabalhadores e outras camadas populares (designadamente os reformados e pensionistas), bem como sobre a capacidade competitiva das exportações portuguesas.

No que respeita à política monetária, a evolução caracteriza-se pela sucessiva redução do crédito interno à actividade produtiva e pelo aumento do seu custo. Note-se que de Novembro de 1988 a Fevereiro de 1989, os limites do crédito bancário sofreram uma diminuição nominal da ordem dos 160 milhões de contos, e as taxas de juro aumentaram cerca de dois pontos percentuais. Esta evolução negativa para a economia portuguesa reflecte-se, nomeadamente, sobre as peque-

nas e médias empresas (sem fontes alternativas de financiamento), o sector da habitação e o investimento produtivo.

A acentuação das desigualdades e da injustiça na sociedade portuguesa é, igualmente, um facto indelével e, só por si, caracterizador da natureza da política do Governo Cavaco Silva e dos objectivos que prossegue.

Tal como o PCP pública e atempadamente denunciou, as irrealistas metas de inflação apresentadas pelo Governo (6,5%) apenas visavam impor tectos salariais para as negociações colectivas que conduzem à diminuição dos salários reais dos trabalhadores portugueses.

Os últimos dados do INE relativos ao emprego (referentes ao 4.º trimestre de 1988), apontam para o aumento do desemprego e o decréscimo do emprego, diminuindo o número de trabalhadores por conta de outrem com contratos permanentes e aumentando o peso relativo dos contratos a prazo e outras formas de trabalho precário.

O acesso à habitação tem vindo a ser drasticamente dificultado, quer através da diminuição do crédito à aquisição de habitação própria e do seu encarecimento, quer pela ausência de uma política de construção de habitação social e de fomento do mercado de arrendamento.

O aumento da injustiça social é igualmente patente na Reforma Fiscal elaborada e aprovada pelo Governo e pelo PSD, que apenas visa beneficiar os rendimentos e ganhos de capital — fundamentalmente os rendimentos financeiros e os ganhos especulativos — em detrimento dos «rendimentos do trabalho» que continuam a ser fortemente penalizados. Acresce que as «Tabelas Práticas» do Governo para o IRS estão a impor uma retenção na fonte aos rendimentos salariais superiores ao imposto efectivamente devido, consubstanciando um autêntico empréstimo forçado administrativamente imposto pelo Governo aos trabalhadores portugueses.

3. A situação da economia portuguesa não se compadece com medidas pontuais e conjunturais.

A evolução económica põe em evidência as debilidades estruturais do aparelho produtivo e a necessidade de se lhe dar resposta.

Perderam-se três anos de uma conjuntura externa extremamente favorável para o fazer. Na verdade:

a) Tem-se acentuado uma especialização produtiva desvalorizada com a agravante de nos últimos tempos ter diminuído a competitividade externa da economia e a perda de quotas de mercado das exportações portuguesas.

b) O padrão das exportações está altamente concentrado em produtos de baixo valor acrescentado e com um elevado conteúdo importado, não permitindo assegurar a prazo ganhos seguros e sustentados nos termos de troca.

c) Não se atenuaram os défices estruturais da economia — alimentar, energético, bens de equipamento.

d) A modernização da economia portuguesa continua a ser um mero «slogan» na boca do Governo, que não apresenta uma estratégia de especialização produtiva, nem promove a reestruturação adequada dos inflacionistas canais de distribuição e comercialização.

Por outro lado, é cada vez mais claro que:

a) A modernização da agricultura portuguesa não passa pela descapitalização do sector, nem pelo regresso ao latifúndio, nem pela eucaliptização indiscriminada.

b) A modernização do aparelho produtivo não passa pela utilização dos Fundos Estruturais e pela utilização do PEDAP e do PEDIP ao sabor das pressões e conveniências das clientelas governamentais.

c) A melhoria do padrão de especialização não passa por ficar à mercê da estratégia das multinacionais.

d) A defesa do poder de decisão nacional e das alavancas fundamentais da economia portuguesa não passa pelas privatizações, mas sim pela estruturação e dinamização do Sector Empresarial do Estado.

4. As medidas que o Governo agora anunciou não são de molde a dar solução aos graves problemas estruturais que afectam a economia nacional, antes sendo certo que algumas delas e muitos dos seus efeitos tenderão a agravar a situação existente, ao afectarem negativamente o investimento e a produção nacional, com reflexos no emprego e no nível de vida dos portugueses.

A evolução da economia portuguesa a médio prazo, nomeadamente no horizonte 1989/1992 tem de ter em conta o seu posicionamento na divisão internacional do trabalho, o seu perfil de especialização e a sua evolução gradativa e os processos de adaptação e ajustamento do conjunto dos países da CEE.

As características do nosso perfil de especialização e a natureza da nossa inserção no mercado mundial, condicionam fortemente a nossa margem de manobra.

Ora em relação ao mercado mundial há que ter em conta:

a) As mutações tecnológicas em curso e as suas incidências na realocação produtiva alterando a geografia da produção.

b) A adaptação do padrão de produtos exportados à dinâmica do processo mundial — quer em relação aos produtos do sector exportador tradicional quer em relação a novos ramos.

O PCP entende que o Governo não pode continuar a refugiar-se em «slogans» propagandísticos do tipo «vamos vencer o desafio de 1992». O Governo tem obrigação de explicitar com clareza as consequências do chamado desafio do «Mercado Único» e as medidas para lhe fazer frente.

Que indústria e agricultura? Que padrão de especialização? Que consequências para os principais ramos e sectores de actividade? Como potenciar os trunfos da economia portuguesa e atenuar as suas debilidades? Como assegurar o poder de decisão nacional? Que tipo de crescimento e a favor de quem?

Só com uma resposta clara a estas questões fundamentais é que podem combater-se as debilidades estruturais da economia portuguesa e as suas manifestações conjunturais.

Nesta perspectiva, é inadmissível que o Governo — e contrariamente ao que tem sido feito noutros países comunitários, à partida com menos razões para o fazer que Portugal — não tenha ainda elaborado estudos globais e sectoriais sobre as consequências do «Mercado Único» nem sobre as medidas necessárias para lhe fazer face.

O PCP, pela sua parte, tem apresentado propostas concretas, globais e sectoriais, e uma política alternativa com vista à modernização do aparelho produtivo, à preparação da economia para o chamado desafio de 1992, ao desenvolvimento económico e social, à defesa da independência nacional.

PCP

com aspirinas»

A situação na agricultura

O Governo prossegue uma política agrícola contrária aos interesses do País e de confronto com importantes camadas de agricultores portugueses, não atenuando o défice agro-alimentar, desvalorizando a produção nacional, desbaratando os recursos nacionais (solo, água), encharcando o nosso mercado com produtos agro-pecuários estrangeiros e não preparando a agricultura para 1992 e o fim dos períodos de transição.

Não está a ser feita a modernização da agricultura portuguesa.

Alguns traços mais significativos dessa política:

1. Destruição da Reforma Agrária e da Lei dos Baldios

A aceleração da ofensiva contra a Reforma Agrária, com a destruição e o saque das UCP/Cooperativas, unidades agrícolas que podem ter um papel determinante no aumento de produções estratégicas (cereais, oleaginosas, carne). Nesta ofensiva ganha também relevo a tentativa de retirada de terras aos agricultores, a quem o Governo AD, pela mão de Sá Carneiro, em plena campanha eleitoral, sob o lema «vamos fazer a verdadeira reforma agrária», tinha entregue terra das UCP/Cooperativas.

Outro facto a reter é a aprovação pela maioria PSD/CDS na Assembleia da República, e ao fim de 13 tentativas e 13 anos, de um projecto de lei para a destruição da Lei dos Baldios, procurando afastar os compartes da posse útil e gestão democrática desses bens comunitários garantidos pela Constituição da República.

2. A Invasão do mercado português pela produção horto-frutícola espanhola

Continua o crescimento da importação (e também contrabando) de produtos agro-pecuários espanhóis (e de outros) — frutas, hortícolas, carne. O Governo desarma direitos aduaneiros e niveladores (bovino baixa de 36,4%; suíno, 100%; vinho, 100%), elimina contingência (vinho, suíno), fixa baixos preços de entrada (batata, o mesmo de 1988 — 18\$/50kg).

O Governo prepara-se para, em Abril, passar para uma situação de transição clássica o arroz, o bovino, o suíno, ovos e aves, que beneficiavam de uma transição por etapas.

Com este conjunto de medidas, o Governo acelera **escusadamente** a aproximação dos preços agrícolas portugueses aos comunitários à custa dos rendimentos dos produtores. O caso mais flagrante é o do leite em que o Governo fez em dois anos o que tinha para fazer em cinco.

3. Uma aplicação dos fundos comunitários durante 1986/87/88 que agrava os desequilíbrios da agricultura portuguesa e as assimetrias regionais

Na aplicação do Regulamento (CEE) 797 — melhoria da eficácia das explorações agrícolas — verifica-se uma concentração desses investimentos nas grandes explorações agrícolas e nas regiões do Ribatejo e Oeste e Alentejo (49% dos projectos e 55% dos investimentos), marginalizando a pequena e média lavoura e excluindo as UCP/Cooperativas; uma elevada percentagem de projectos recusados (26%), com relevo para Trás-os-Montes e Alto Douro com 44%, Entre-Douro e Minho com 37% e Beira Litoral 27% de recusas.

Verificam-se ritmos manifestamente insuficientes de primeira instalação de jovens agricultores (2926) e do número de explorações agrícolas abrangidas.

No PEDAP verifica-se a absorção do grosso dos investimentos pelo Programa de Acção Florestal, que somente com 12% dos projectos gastou 30% dos investimentos aprovados.

Na aplicação do Regulamento (CEE) 355 — melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas — verifica-se uma clara concentração dos investimentos no sector privado (66%) em desfavor do cooperativo (27%) e nas regiões do Oeste e Ribatejo (40,7% do total).

Nos prémios à produção vigoram as situações escandalosas. Assim, milhares de produtores de ovino e caprino não receberam os seus prémios por causa, segundo o Ministério da Agricultura, de declarações mal preenchidas (de quem será a culpa?). Segundo o mesmo Ministério, a nível do País, ficaram por pagar 1,14 milhões de contos a 5948 agricultores.

Nos prémios aos produtores de azeite, devido à burocracia que começou na falta de impressos e acabou na incompetência dos serviços, os produtores ainda não receberam os prémios a que tinham direito, referentes às campanhas de 1987 e 1988.

Relativamente às indemnizações compensatórias, importantes fundos para sustentar rendimentos agrícolas de regiões desfavorecidas, afectadas pela concorrência acrescida do mercado, o Governo, contraditoriamente e ao inverso da dita duplicação dos fundos estruturais, reduziu o seu valor, para 1988, em quase 50%, para lá de excluir 44% das explorações agrícolas por ausência de área.

4. Demagogia, incompetência e falta de vontade política para resolver os prejuízos da agricultura

decorrentes da chuva de Maio/Junho/Julho de 88 e a consequente baixa da produção agrícola

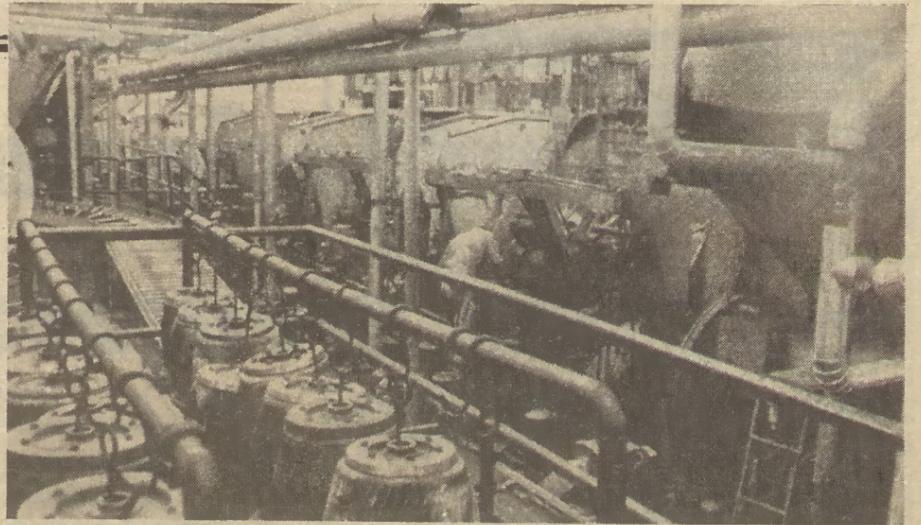
O Governo não fez um levantamento sério dos prejuízos verificados e chegou até a contestar a gravidade da situação. Só números estatísticos fazendo de 1987/88 um dos piores anos agrícolas do último meio século o fazem calar.

O Governo só tardiamente lançou uma linha de crédito, que não responde minimamente aos problemas. O Governo fala de 20 milhões de contos e 6 mil concorrentes à linha de crédito.

Mas o levantamento feito exploração a exploração, com o apoio das Juntas de Freguesia, aponta para 10 300 agricultores em Viana do Castelo, 9963 em Braga, 8355 em Santarém, etc.

O Governo sabe que os créditos não servem o pequeno e médio agricultor, que tendo já dificuldades em assegurar rendimentos para aguentar a exploração e alimentar a família nada lhe sobra em anos normais para pagar juros e amortizações. Ele necessita do subsídio a fundo perdido, quer para os investimentos da presente campanha, quer para alimentar, vestir e educar até ao próximo S. Miguel os seus filhos!!!

A incompetência governamental levou mesmo a aceitar que a distribuição dos 20 milhões de ECU (cerca de 3,76 milhões de contos) aprovados pela Comissão e Ministros da Agricultura da CEE para minorar os prejuízos de 1988, fosse feita como complemento das indemnizações compensatórias a pagar em 1989. O que vai significar esta tremenda injustiça: agri-



A política do Governo PSD não defende os interesses nacionais nem desenvolve a indústria nem a agricultura

cultores que tiveram grandes prejuízos mas que não têm direito às indemnizações compensatórias (ou porque exploram menos de um hectare, ou porque não são agricultores a tempo inteiro, ou muito simplesmente porque as suas explorações se localizam em zonas sem direito a esse tipo de indemnizações — caso de grande parte do distrito de Santarém, de Braga, etc.) nada recebem; pelo contrário um agricultor pode não ter tido qualquer prejuízo, mas porque tem direito à indemnização compensatória, vai receber um subsídio para os prejuízos que não teve...

5. O País corre o risco de se transformar num vasto eucaliptal

Com o Ministério da Agricultura transformado em promotor público do eucalipto e o ministro da Agricultura anunciado como futuro administrador de uma importante empresa de celulose, eis que as multinacionais de pasta de papel — Celbi, Soporcel, etc. — viram chegado o seu reinado.

Depois das medidas legislativas, o apoio financeiro e a ajuda técnica, resta a plantação. Disso se encarregam as empresas.

Medidas legislativas — a tentativa de liquidação da Lei dos Baldios, a Lei do Arrendamento; tentativa de retirar às autarquias o seu poder de controlo sobre o revestimento vegetal.

Apoio financeiro — os fundos do PAF, Programa de Acção Florestal, que só à sua conta arrecadou durante 1986/87/88 30% das verbas do PEDAP, em financiamentos



tos de 50%/60% (e mais) a fundo perdido.

Apoio técnico — as celuloses contratam conhecidos e experientes técnicos superiores dos Serviços Florestais do Ministério da Agricultura.

O País cobre-se de eucaliptais de Norte a Sul. No Alentejo, em milhares de hectares retirados à Reforma Agrária. No distrito do Porto (atentado ecológico da Serra da Aboboreira) e em Viana do Castelo.

Em Trás-os-Montes, arrancam as oliveiras (Valpaços) e fazem-se plantações em dezenas de quintas adquiridas pelas celuloses; em Mirandela; no Douro Superior; no Vale de Vilaça, em terras de regadio, mesmo junto à Barragem da Burga; em Abrantes; na Beira Interior (Covilhã, Seia, Manteigas e Penedono); no Douro Sul (S. João da Pesqueira, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa).

É necessário inverter esta tendência.

Na base do reconhecimento da sua especificidade, a agricultura portuguesa exige:

— Uma política para a defesa e o crescimento da produção agro-pecuária nacional, sobretudo das produções estratégicas e daquelas nas quais temos potencialidade para a exportação.

— A permanente negociação com a CEE, dos preços, derrogações e ritmos, que permitam uma «aterragem suave» da nossa agricultura no Mercado Único, sem a destruição das explorações agrícolas familiares ou a redução dos rendimentos dos agricultores.

— Uma política que privilegie as formações económicas nucleares, numa estratégia de progresso e modernização da nossa agricultura, as pequenas e médias explorações agrícolas e as UCP/Cooperativas.

Barros Moura em Vila Real

Deputados europeus dos principais grupos políticos e países membros da CEE vão ser convidados, após as próximas eleições para o Parlamento Europeu, a efectuar uma visita ao distrito de Vila Real para contactar com as realidades e potencialidades da região, a fim de mobilizar apoios da Comunidade para o seu desenvolvimento.

A proposta foi feita pelo camarada Barros Moura durante um encontro com a Nervir (núcleo empresarial de Vila Real), no âmbito de uma visita de trabalho do eurodeputado comunista àquele distrito, na semana passada. Esta iniciativa foi aceite pelos empresários, devendo agora Barros Moura estabelecer os necessários contactos com os representantes dos outros partidos portugueses no Parlamento Europeu a fim de permitir que, desde o início, se associem a esta iniciativa.

A visita de Barros Moura ao distrito de Vila Real inseriu-se no âmbito da campanha

de informação do PCP sobre a CEE, tendo também como objectivo o contacto com as realidades socioeconómicas e com as forças vivas da região.

Foi neste contexto que o deputado Barros Moura efectuou uma reunião de trabalho com a Nervir, representada ao mais alto nível, que terminou num almoço oferecido pelos empresários.

Acompanhado pelos camaradas Virgílio Alves, da DORT do PCP e Vasco Pavia, do CC do PCP, Barros Moura constatou, no encontro com os empresários, existir um largo consenso quanto às

medidas prioritárias para vencer estrangulamentos ao desenvolvimento da região, nomeadamente a falta de vias de comunicação e de telecomunicações, os preços e cortes de energia, as carências de formação profissional, etc. Verificou-se igualmente larga convergência de opiniões sobre questões como a necessidade de regionalização administrativa para obstar à dependência do Poder Local e de um planeamento participado pelas forças económicas e sociais, a fim de conseguir que o interior deixe de ser prejudicado relativamente ao litoral.

Na região, o camarada Barros Moura visitou ainda a «Veiga de Lila», onde contactou com a população, com o presidente da Junta de Freguesia, o presidente da Cooperativa Agrícola e dezenas de habitantes das freguesias afectadas pela tentativa

de Soporcel de plantio de eucaliptos na Quinta do Ermeiro, no concelho de Valpaços.

Único parlamentar europeu a visitar a população depois da sua acção de arranque dos eucaliptos e da violenta intervenção da GNR, o camarada Barros Moura anunciou que vai dirigir um requerimento à comissão da CEE sobre esta matéria.

A visita incluiu ainda um encontro com a União de Sindicatos de Vila Real e com os trabalhadores da empresa «Polo» de produtos ópticos, onde uma vez mais as questões sobre emprego e desenvolvimento foram abordadas.

De registar que durante a visita ao distrito foram constantes as críticas à actuação do Governo PSD/Cavaco Silva e à política de abandono a que tem sido sistematicamente votada a região de Vila Real.

Internacional

Independência da Namíbia mobiliza atenções mundiais

O representante do secretário-geral das Nações Unidas para a Namíbia, Marthi Ahtisaari, é esperado depois de amanhã em Windhoek para dar início ao processo de transição daquele território para a independência. A importância histórica deste acontecimento, que culmina décadas de luta do povo namibiano e da comunidade internacional contra a ocupação sul-africana da Namíbia, está a mobilizar a atenção de todo o mundo, multiplicando-se os esforços no envio de observadores que fiscalizem e garantam a democraticidade do processo.

Ainda na semana passada, segundo informações da Angop, o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, aceitou o estabelecimento de um comité de ligação dos Países da Linha da Frente, encarregue de observar o processo eleitoral na Namíbia.

Naquele comité estão representados os seis Estados da Linha da Frente, a nível de embaixadores, ficando repartidas as responsabilidades nos domínios político, económico-financeiro, militar, segurança, informação e esfera jurídica. O organismo será chefiado pela Zâmbia, na qualidade de presidente em exercício da Linha da Frente.

Cabe salientar que as despesas decorrentes da instalação e do cumprimento do mandato do comité de ligação serão da responsabilidade dos próprios países da Linha da Frente, de acordo com o decidido na última cimeira da organização, realizada em Gaborone, no Botswana.

Também a Organização de Unidade Africana (OUA), está a seguir atentamente os acontecimentos na Namíbia. A cimeira do comité «ad-hoc» da OUA sobre a África Austral, que reuniu em Harare na semana passada os líderes dos seis Estados da Linha da Frente e ainda da Nigéria, Argélia, Etiópia, Congo, Cabo Verde, Senegal e Mali, aprovou recomendações para acelerar a luta do povo da Namíbia para a conquista de independência e do povo da

África do Sul para a erradicação do sistema do *apartheid*.

Na ocasião, o presidente do MPLA-PT e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, foi felicitado pelo seu engajamento pessoal e perseverança que conduziram à assinatura dos acordos de Nova Iorque, plataforma para o incremento da resolução 435/78 da ONU sobre a independência da Namíbia. Numa moção aprovada por unanimidade, felicitou-se igualmente o povo e o governo de Angola, e realçou-se o papel exercido pelas Forças Armadas angolanas, cujas vitórias contribuíram para destruir o mito da invencibilidade do exército sul-africano.

No comunicado final, os participantes na cimeira não deixam de exprimir a sua preocupação pela contínua ajuda prestada pelo governo norte-americano aos bandidos da Unita e fazem um apelo à administração Bush para cessar esse apoio de forma a permitir ao povo angolano prosseguir o processo de harmonização, sem qualquer interferência estrangeira.

O documento apela igualmente aos países africanos para que garantam que o seu território não seja utilizado como bases logísticas e rotas de trânsito da Unita, estendendo o seu apelo à África do Sul para que respeite o acordo de Nova Iorque e o protocolo de Brazzaville, a fim de evitar futuras violações da integridade territorial e so-

berania de Angola, como aconteceu a oito de Fevereiro último.

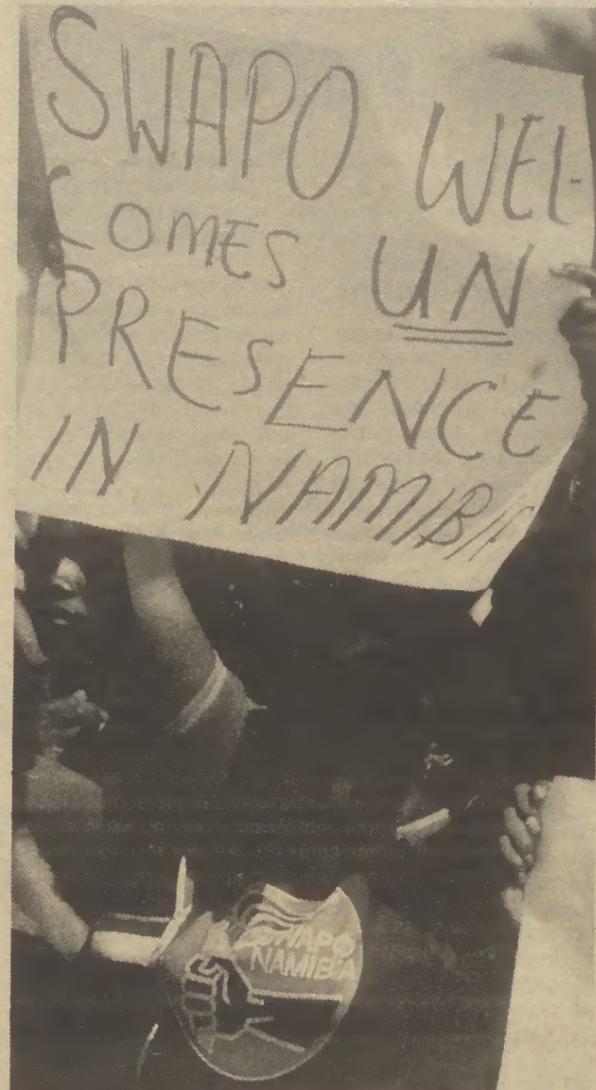
Depois de considerar o acordo de paz para a África do Sudoeste de crucial importância para a paz e a segurança na África Austral, o comunicado condena as manobras orquestradas pelo regime de Pretória em torno das eleições de Novembro na Namíbia, que visam impedir a vitória da SWAPO.

Neste âmbito, o comité «ad-hoc» da OUA exorta o secretário-geral das Nações Unidas a garantir a existência de condições para a realização de eleições livres e democráticas naquele território, com segurança para todas as partes envolvidas no processo, e sublinha a necessidade do apoio à SWAPO e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, a fim de garantir o rápido repatriamento de todos os refugiados namibianos de forma a permitir a sua participação nas eleições.

Perigos para a independência

As preocupações manifestadas têm toda a razão de ser, dado que boa parte do processo de independência da Namíbia depende das autoridades sul-africanas, designadamente a organização das eleições, incluindo um dos seus aspectos mais cruciais, o recenseamento eleitoral.

Apesar de competir às Nações Unidas a fiscalização de todo o processo eleitoral, não se pode subestimar o facto de Pretória manter a administração (ilegal) do território durante o período de transição, cabendo-lhe, por exemplo, a concessão de vistos de entrada no país. Acresce, por outro lado, que é também a África do Sul quem controla a rádio e a televisão, e que é notória a



hostilidade da maior parte da imprensa namibiana ao plano da ONU para as eleições.

Como se isto não fosse bastante, há a salientar o facto de a África do Sul estar disposta a manter a sua força militar local, a «South West Africa Territory Force (SWAFT)» durante o período de transição, apesar das exigências das Nações Unidas para a completa desmobilização e desmantelamento da estrutura de comando daquela força. Entretanto, o sector

fundamental da presença militar sul-africana na Namíbia, a «Koevoet», responsável pela tortura e morte de inúmeros namibianos nos últimos anos, tem vindo a ser progressivamente mascarada de força policial, de modo a poder manter-se mobilizada durante o período de transição.

Também a manutenção em actividade das estruturas coloniais, incluindo a chamada «Assembleia Nacional» deixa prever que, apesar de



ter aceite o princípio da sua dissolução, Pretória está longe de aceitar a imparcialidade exigida pelo processo de independência.

O regresso dos refugiados namibianos, na sua maioria membros e simpatizantes da SWAPO, constitui outro motivo de preocupações. Como ainda recentemente referia o subsecretário-geral das Nações Unidas para os assuntos políticos, Marrack Goulding, cabe à polícia namibiana, formada pela África do Sul, criar as condições de protecção dos refugiados. Os oficiais das forças das Nações Unidas (UNTAG), têm a responsabilidade de observar se a protecção dos refugiados que regressam ao país está a ser cumprida.

Este um dos aspectos da delicada tarefa da UNTAG que se ressentem com a redução do número de efectivos decidido pelo Conselho de Segurança e que levou vários Estados, designadamente os da «Linha da Frente», a enviar observadores para a Namíbia, o que mereceu o apoio expresso de Marrack Goulding.

Todas estas questões poderão não pôr em causa o processo formal de independência da Namíbia, mas podem certamente desvirtuar a democraticidade das eleições previstas para Novembro próximo, abrindo caminho para uma «solução» neocolonial para a Namíbia, o que agradaria particularmente ao regime de Pretória.

De 1 de Abril até Novembro muitos serão os interesses em jogo na Namíbia. A exigir, mais do que nunca, a vigilância da comunidade internacional, única forma de garantir o legítimo direito do povo namibiano a escolher livremente o seu futuro na Namíbia independente.

Igreja salvadorenha apela ao diálogo

A Igreja de El Salvador exortou no passado domingo o governo da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), partido que ganhou as conturbadas eleições de 19 de Março, a reiniciar o diálogo com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

O apelo foi feito pelo arcebispo de San Salvador, Arturo Rivera y Damas, que declarou que o povo espera negociações pacíficas com a FMLN, sublinhando ser esta a única via para pôr termo à prolongada guerra civil, cujas vítimas se estimam em mais de 70 mil mortos.

Na sua homília, o arcebispo lembrou o assassinato de três jornalistas pelas forças armadas, durante as últimas eleições, e manifestou a sua preocupação com as violações dos direitos humanos por parte dos militares. Rivera y Damas exigiu que o comando militar realize um inquérito sobre os acontecimentos, com o objectivo de impedir a repetição de incidentes trágicos semelhantes no futuro.

Recorde-se, a propósito, que o partido ARENA é acusado de incentivar as acções dos tenebrosos «esquadrões da morte», responsáveis entre outros pelo assassinato de monsenhor Oscar Romero.

Shamir nos Estados Unidos

O primeiro-ministro israelita, que na semana passada efectuou uma visita oficial aos EUA, propôs a realização de eleições municipais nos territórios árabes ocupados.

De acordo com o jornal independente Haaretz, de Israel, esta proposta deverá ser rejeitada pela OLP, uma vez que não permite a livre expressão dos habitantes palestinos e exclui a participação de importantes personalidades.

Recordar-se que esta proposta de Israel já havia sido feita anteriormente e tem como objectivo escolher as personagens que participarão nas negociações para a elaboração de «um estatuto provisório» para os territórios ocupados que prevê uma «autonomia total».

O «estatuto definitivo» seria negociado depois de um período para pôr à prova o «estatuto provisório». Tudo, evidentemente, supervisionado pelo exército de ocupação israelita.

De referir que nem os EUA concordam com este plano. Entretanto, nos territórios ocupados, paralisados desde domingo por uma greve geral, o exército feriu mais oito palestinianos. A greve geral foi decretada pela direcção unificada do levantamento popular (Intifada), para marcar o «regresso à pátria».

O exército de ocupação voltou a impor o recolher obrigatório na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Ex-major da Unita denuncia práticas de Savimbi

O ex-major da Unita, Marcolino Ndovala Faustino, que recentemente se entregou às autoridades angolanas, declarou no sábado em Luanda que Jonas Savimbi está a desenvolver todos os esforços para combater os efeitos da lei de amnistia decretada pelo governo angolano.

Segundo Marcolino Ndovala, Savimbi, preocupado com o descontentamento reinante no seio do grupo, motivado pelas barbaridades que comete, as más condições de vida e particularmente a entrada em vigor da lei da amnistia, propaga que todos aqueles que se apresentarem ao MPLA serão presos e posteriormente mortos. Com este método

Savimbi tenta conter a fuga dos elementos da Unita que têm intenções de aproveitar as possibilidades de reintegração abertas pela referida legislação, em vigor desde 4 de Fevereiro último.

Falando em conferência de imprensa, Marcolino Ndovala declarou ter trabalhado «com muitos elementos que beneficiaram da lei da amnistia, entre os quais os capitães Lameira e Zeca» e ter tido oportunidade de conversar com eles, «provando assim que o que Savimbi diz é mentira».

Ndovala afirmou ainda haver muitos quadros da Unita interessados em apresentar-se às autoridades, mas «só não o fazem devido à política genocida de Savimbi», que continua a recorrer à força para levar jovens para as suas fileiras. «Lá (na Jamba) eles são forçados a obedecer, são dirigidos e devem mostrar-se satisfeitos», disse.

Após ter declarado ter presenciado o fuzilamento de oficiais da Unita como Chindondo, Sangumba e Vakulukuta, acusados de conspiração, bem como o assassinato de populares acusados de bruxos, Ndovala afirmou que Savimbi tem poucas hipóteses de conseguir os seus intentos, apesar do apoio que recebe dos EUA e da África do Sul, devido à nova consciência surgida nos quadros da Unita que consideram esta guerra «sem fundamento».

Pacto de cooperação entre Iraque e Arábia Saudita

A Arábia Saudita e o Iraque assinaram um acordo de cooperação que garante a resolução pacífica das questões entre os dois países e a não intervenção mútua nos respectivos assuntos internos. O pacto foi assinado no final de uma visita do rei Fahd ao Iraque, sendo classificado como «um gesto de boa vontade e uma prova de boas intenções».

Internacional

Turquia

Ozal derrotado nega derrota

Nas eleições para as assembleias provinciais, agora realizadas na Turquia, o partido do actual primeiro-ministro, Turgut Ozal, Partido da Mãe Pátria, registou uma esmagadora derrota. Concretamente, segundo os resultados conhecidos, o Partido Social-Democrata obteve 28% dos votos, conquistando 28 das 50 capitais provinciais apuradas, o Partido Nacionalista (extrema-direita), 26% dos votos e 14 capitais provinciais, e o partido de Ozal, 22% dos votos e apenas 3 capitais. As maiores cidades da Turquia — Istambul, Ankara e Esmirna — passaram a ser controladas pelos sociais-democratas.



Soldados nas ruas. A repressão é uma presença constante

Estes resultados não impedem o primeiro-ministro de afirmar que «as eleições gerais antecipadas estão fora de questão», muito embora antes da divulgação dos resultados Ozal ter admitido a hipótese de se demitir caso a oposição viesse a triunfar.

Não se trata de uma posição nova. Em Setembro de 1988, no referendo então realizado, registaram-se 64,66% de «não» e apenas 35,33% de «sim». As declarações de Ozal foram verdadeiramente surpreendentes, mesmo tendo em conta o que é a realidade da Turquia hoje. «Manter-nos-emos no poder mais quatro anos porque os resultados do referendo são bastante satisfatórios para nós», disse Ozal, e ainda «o povo escolheu o desenvolvimento e a estabilidade económica, mantendo a sua escolha em nós, apesar das dificuldades».

De desenvolvimento económico, falam os factos por si. O actual regime turco tem vindo a aplicar uma política inflacionista, que atingiu os 78% em 1988. Política que promete prosseguir, tomando «medidas adicionais» para «baixar o custo de vida».

Do conteúdo «democrático» da política de Ankara, temos exemplos de sobra no que se refere a estas eleições, como ao referendo de 88.

Esta cínica interpretação dos resultados eleitorais, de profundo desprezo pela vontade popular, reflecte e é componente de uma política abertamente repressiva.

A violação sistemática dos direitos do homem

Nos primeiros dias de Janeiro deste ano, a Amnistia Internacional divulgou um relatório sobre a violação quotidiana dos mais elementares direitos humanos na Turquia.

A Amnistia estabeleceu uma lista de duzentos e vinte e nove nomes de homens e mulheres assassinados directamente pela polícia nestes últimos anos.

A tortura é prática quotidiana. «Quase ninguém lhe escapa. Velhos, doentes, jovens, ninguém é poupado... Os pais são torturados diante dos filhos. Torturam-se as mulheres presas como reféns no lugar do seu marido».

O relatório lembra ainda que as prisões se sucedem a um ritmo acelerado: jornalistas, sindicalistas, estudantes, pessoas que pertencem a partidos proibidos mas que pediram a sua legalização,

A este relatório, a resposta de Ozal foi que a Turquia assinou e ratificou a convenção europeia pela prevenção da tortura em Fevereiro de 1988 e a das Nações Unidas em Agosto.

Uma resposta ao nível das afirmações proferidas na sequência das claras derrotas eleitorais.

Parte do esforço de pincelar uma pseudo-imagem democrática que poderia servir para abrir as portas da CEE.

Mas não serve nem para o povo turco, nem para as forças democráticas no mundo.



Kutlu e Sargin

«Este processo não é apenas o da legalização do Partido Comunista da Turquia, mas o da democracia». É a opinião expressa por Ersen Sansal, advogado de Ankara, que coordena o colectivo de advogados que se inscreveram para assegurar a defesa dos dirigentes comunistas turcos Haydar Kutlu e Nihat Sargin, que a 22 de Fevereiro compareceram pela 16.ª vez perante o Tribunal de segurança de Ankara.

São palavras significativas, como significativa foi a inscrição massiva de advogados neste processo — setecentos, de diferentes opções políticas, 5% de comunistas (de lembrar entretanto que na Turquia ser comunista dá «direito» à prisão, à tortura, e por vezes mesmo à morte), uma maioria de sociais-democratas, mas também de outras opções políticas, ideológicas e religiosas, de liberais e islâmicos.

Kutlu e Sargin — e nunca é demais lembrá-los — foram presos a 16 de Novembro de 1987, em circunstâncias muito particulares.

Os dois dirigentes comunistas regressavam voluntariamente ao seu país, acompanhados de um grande grupo de personalidades a nível internacional, nomeadamente deputados do Parlamento europeu. O objectivo: forçar a legalização do novo Partido comunista, fruto da fusão dos dois de que são dirigentes. Pôr em causa os limites da chamada abertura democrática no seu país, naturalmente confiantes de que assim nomeadamente se poderia contribuir para o próprio reforço das forças democráticas na Turquia.

Kutlu e Sargin foram presos em pleno aeroporto e brutalmente torturados. Na sua defesa em tribunal, que de facto se traduz numa acusação ao governo, Kutlu afirmou que «o acusado neste processo, é o marxismo». Poder-se-ia acrescentar a estas justas palavras que o acusado é a própria democracia, pois os mais elementares direitos democráticos continuam a ser negados ao povo turco.

A exigência de democracia é aliás um dos pontos importantes do programa dos comunistas turcos.

No projecto de programa para o novo Partido unificado, claramente se afirma: «No nosso projecto, a ideia de democracia tem um papel-chave... O nosso objectivo é tornar desde hoje o povo artesão da democracia, democratizar todas as esferas da vida, construir um regime político democrático em que todo o povo participará. Trabalhamos para ampliar ao máximo, desde hoje, a cultura democrática do socialismo que é o nosso objectivo fundamental».

O Afeganistão resiste

«Porque é que a oposição e outros círculos não querem dialogar com o governo de Kabul? A resposta é simples: esperavam resolver depressa o problema afegão por via armada. Mas não o conseguiram. É certo que a guerra traz êxitos ora a uma, ora a outra parte, mas os combates nos arredores de Jalalabad vieram demonstrar que o povo afegão, o PDPA e os governantes com o presidente Najibullah à cabeça, baseando-se na política de reconciliação nacional, podem unir-se para fazer frente à ingerência do Paquistão». Um curto extracto da entrevista de Chevardnadze ao «Pravda» (a que de seguida voltaremos) que sublinha dois factos importantes da realidade actual no Afeganistão. A ingerência externa, como factor determinante de guerra. E a capacidade demonstrada pelo PDPA de fazer frente a essa ingerência, numa situação embora muito difícil..

Os bandos armados afegãos estão a utilizar tanques e veículos blindados na actual ofensiva contra a cidade de Jalalabad. Mais de 12 mil rockets e projectéis foram lançados sobre os bairros residenciais da cidade, provocando a morte de 20 civis, vítimas preferenciais dos bandos.

Nos ataques contra Jalalabad participam instrutores militares paquistaneses e sauditas.

Entretanto, a força aérea e a artilharia das FFAA afegãs têm vindo a bombardear as concentrações, posições de fogo e colunas dos bandos armados, tendo destruído nomeadamente 24 complexos de mísseis, dois tanques e 16 camiões militares.

Na complexa situação hoje existente no país, foi possível um acordo entre o governo afegão e os grupos armados para permitir a passagem de comboios de reabastecimento

através de uma parte da estrada de Salang, que liga Kabul à fronteira com a URSS. Em contrapartida o exército afegão não desenvolve actividade militares na zona.

São notícias de guerra, guerra particularmente sangrenta até na medida em que a imposição de uma situação de terror é tática utilizada pelos bandos de oposição.

Guerra que prossegue porque os acordos de Genebra não estão a ser cumpridos por todas as partes.

Cumprir Genebra

«A situação no Afeganistão e em torno daquele país, se continua a ser alarmante não é porque os acordos não são eficazes, mas porque estes não são cumpridos» — diz Chevardnadze, na entrevista que vimos referindo.

«Já não há nenhum militar soviético no Afeganistão, mas a guerra fratricida continua e até se tem agravado. Para compreender porque tal acontece, vale a pena rere-

os acordos de Genebra. O Paquistão despreza o principal dos quatro documentos subscritos em Abril de 1988: o acordo que prescreve o fim de toda e qualquer intromissão nos assuntos afegãos.

«O segundo artigo deste acordo exige respeitar a soberania, a independência política, a integridade territorial, a unidade nacional, a segurança e o direito dos povos à livre escolha de estruturas políticas, económicas e sociais; exclui o recurso à força, sob qualquer forma, no intuito de subverter a ordem política, social e económica vigente nos países signatários; estabelece o princípio do não aproveitamento do território destes países para minar a estabilidade política, económica e social de outras nações; formula o compromisso de não recorrer à intervenção armada, subversão e qualquer ingerência militar, política ou económica, de não autorizar no seu território treino, equipamento, financiamento e recrutamento de mercenários para praticarem actos hostis contra a outra

parte, de impedir a infiltração de mercenários no país vizinho. São igualmente proibidas a propaganda hostil, a presença nos países signatários de bases e abrigos de grupos terroristas e de sabotadores que operam contra a outra parte, assim como o treino, equipamento e financiamento desses grupos».

Basta ler esta breve exposição, para concluir do total desrespeito dos acordos, em particular por parte do Paquistão.

Solidariedade

Os acordos são violados. A guerra continua. Que perspectivas se abrem para o povo afegão?

É fora de dúvida que o futuro do país, dos diferentes povos que o compõem, a defesa das conquistas da revolução — estão antes do mais nas mãos dos próprios afegãos. Na verdade não apenas na sua capacidade de encontrar respostas políticas para tantos e tão complexos pro-

blemas. Mas também na sua capacidade militar.

De fora vêm as armas da ingerência, a imposição dos massacres da guerra. Mas também a solidariedade.

Na entrevista ao «Pravda», diz Chevardnadze: «A cooperação afegano-soviética está longe de se limitar à nossa presença militar no Afeganistão, que findou em Fevereiro de 1989. Continuaremos a ajudar os afegãos a restabelecer a paz na sua terra. Este é o objectivo do auxílio económico e sociocultural que prestamos ao povo afegão durante a permanência das tropas soviéticas e depois da retirada destas. Facultamos esse auxílio aproveitando as possibilidades de todas as nossas repúblicas federadas, de numerosas regiões, grandes centros industriais, ministérios e empresas.

«Se for imposta uma guerra prolongada ao povo afegão, ajudá-lo-emos a defender a liberdade e a independência da ingerência externa. Repito, entretanto, que somos a favor da via pacífica».

Internacional

Eleições na URSS

Na via da «perestroika»

«Não temos que temer as coisas inéditas do nosso tempo, os fenómenos da vida. Apenas estamos a começar, sem dúvida, a compreender verdadeiramente que a *perestroika* é um processo realmente revolucionário». São palavras de Gorbachov quando do plenário do Comité Central do PCUS que tomou as decisões práticas necessárias à concretização das decisões da 19.ª Conferência nacional do PCUS.

É nesses meses, entre Junho e Agosto de 88, que se debate, e se tomam as medidas práticas respectivas, a questão central da reforma do sistema político, retomando, revitalizando, essa forma de poder popular, leninista, que são os Soviéticos.

Relembramos aqui esses factos, para melhor realçar o significado das eleições de domingo na URSS. Eleições que, nas palavras de Gorbachov, são um grande avanço no caminho da democratização da sociedade, no caminho da revelação das potencialidades do sistema socialista. Eleições que são componente intrínseca da *perestroika*, pela sua própria realização, e porque com elas é criado o novo órgão de poder máximo na URSS, o Congresso de Deputados do Povo, que deverá estar apto a solucionar as complexas e inovadoras tarefas actuais da *perestroika*.

No centro de toda esta evolução, como mola motora, está o PCUS. Um facto que entretanto vai sendo deliberadamente escamoteado.

As eleições

Mil e quinhentos deputados do Congresso do Povo foram eleitos nas eleições de domingo, de entre os 2895

concorrentes, salvo os casos em que se impõe uma segunda volta ou uma repetição da votação.

Destes mil e quinhentos, 750 foram eleitos nas circunscrições territoriais, representando cada uma 257 300 eleitores. Outros 750 foram eleitos nas circunscrições étnico-territoriais. No âmbito destas, cada República federada tem direito a 32 lugares, as Repúblicas autónomas a 11, as regiões autónomas a 5 e os territórios autónomos, a 1.

As organizações sociais (incluindo o PCUS), a que foram atribuídos 750 lugares no Congresso, já tinham elegido os respectivos deputados nas duas semanas anteriores.

Os 2250 congressistas elegerão depois, entre si, por sufrágio secreto, o Soviete Supremo da URSS, que vai funcionar permanentemente durante todo o ano.

De entre os resultados já conhecidos, tem sido particularmente realçada a eleição



de Boris Eltsin, ex-secretário do Partido em Moscovo e actual ministro e primeiro vice-presidente do Comité estatal para a Construção. Eltsin foi eleito por 89% dos votos, contra Evgueni Brakov, director-geral da fábrica de camiões «Zil».

Nalgumas das circunscrições deverá realizar-se mais uma volta na votação. Nas circunscrições em que há apenas um candidato, não eleito, a comissão central terá de realizar novas

eleições dentro de dois meses.

Os resultados eleitorais, como o próprio processo, serão naturalmente estudados pelo PCUS. Admite-se mesmo a possibilidade de uma revisão da lei eleitoral, tendo em conta críticas entretanto feitas. E haverá diferentes factos a aprofundar, como é o caso, entre outros, da fraca representação das mulheres entre os candidatos — 16%. E mesmo dos operários — 25%.

Nada é simples neste

grande processo revolucionário que se vive na URSS. «Mas as coisas estão a avançar», como diz Gorbachov. Em comentário aos resultados das eleições, Anatoli Lukianov, membro suplente do Bureau Político do PCUS, sublinha que o PCUS se sujeita conscientemente a um sistema mais eficaz de fiscalização da sua actividade pela população soviética. Porque só com a participação empenhada de todos a *perestroika* avança e garante a sua própria irreversibilidade.

O papel do PCUS

Relembrando a Conferência Nacional

«Como aprofundar e tornar irreversível a reestruturação revolucionária que, por iniciativa e sob a direcção do Partido, foi desencadeada no nosso país — eis a **questão fundamental** que se coloca perante nós, delegados à XIX Conferência Nacional do PCUS.» São estas as primeiras linhas do relatório de Gorbachov, na Conferência nacional realizada em Junho de 88, em que foram tomadas as decisões que estão na base do actual processo eleitoral. Palavras que contêm duas realidades fundamentais, que não será demais sublinhar. O objectivo — tornar irreversível a *perestroika*, aprofundando-a. O papel dirigente do Partido em todo este processo revolucionário.

A realização das eleições no domingo passado, torna particularmente oportuno, e útil para a compreensão do que se está a passar, relembrar a Conferência do PCUS, transcrevendo nas nossas páginas algumas partes significativas do relatório então apresentado por Gorbachov.

O papel do PCUS

«A própria vida se encarregou de colocar esta questão (de aprofundar e tornar irreversível a *perestroika*), que está a ser amplamente debatida pelo Partido e pelo povo. Devemos dar-lhe uma resposta adequada se quisermos que o Partido esteja em condições de assumir o papel de vanguarda política

na nova etapa de desenvolvimento da sociedade soviética.

«Os três últimos anos da vida do nosso país podem, com toda a razão, ser considerados como **anos de viragem**. Graças aos esforços do Partido e dos trabalhadores, foi possível travar o contínuo deslizar do nosso país para uma crise nos domínios económico, social e espiritual. Agora, a sociedade começa a compreender melhor o seu passado, o presente e o futuro. A política da «*perestroika*», desenvolvida em programas socio-económicos concretos, está a tornar-se obra de milhões de pessoas. É esta, no essencial, a situação política no país. É visível o entusiasmo que se apoderou

da sociedade. A vida intelectual do país tornou-se mais diversificada, interessante e rica. Muitas ideias de Marx e Lenine, que até há pouco tempo eram interpretadas de uma maneira parcial ou de todo silenciadas, têm uma nova leitura. Na luta contra o dogmatismo, renasce o princípio criador do socialismo científico e humanista (...)

«Enfrentamos hoje muitas questões complexas. Mas qual delas é a **questão-chave**? O CC do PCUS considera que é a **reforma do nosso sistema político**».

A reforma radical do sistema político

«É preciso ter a coragem de reconhecer que, se o sistema político permanecer imóvel e inalterado, não levaremos a bom termo as tarefas da «*perestroika*».

«Ao colocar a questão da reforma radical do sistema político, é necessário, antes do mais, ter uma noção clara de quais as virtudes deste sistema que passaram a prova do tempo e nos são indispensáveis actualmente e quais, pelo contrário, deve-

mos reduzir ao mínimo ou abandonar definitivamente.

«Julgamos que deve ser encontrada solução para os seguintes problemas principais.

«Primeiro. Fazer tudo para **que milhões e milhões de trabalhadores sejam incorporados na direcção do país**, não em palavras mas na prática.

«Segundo. Garantir as maiores possibilidades aos processos de autoregulação e autogestão da sociedade, **criar condições para o pleno desenvolvimento da iniciativa dos cidadãos**, dos órgãos representativos do poder, das organizações partidárias e sociais e colectivos de trabalhadores.

«Terceiro. Afinar o mecanismo da **livre formação e revelação dos interesses e da vontade de todas as classes e grupos sociais**, um mecanismo que garanta a sua coordenação e materialização na política interna e externa do Estado Soviético.

«Quarto. Assegurar as condições para o **livre desenvolvimento de cada nação e povo**, para a consolidação da sua amizade e cooperação em pé de igualdade de direitos, com base

nos princípios do internacionalismo.

«Quinto. Consolidar de modo radical a **legalidade e a justiça socialista**, tendo em vista excluir a possibilidade da usurpação e abusos do poder. Combater eficazmente a burocracia e o formalismo, fornecer garantias seguras para a defesa dos direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos, e bem assim, assegurar o cumprimento dos deveres dos cidadãos para com a sociedade e o Estado.

«Sexto. Delimitar claramente as **funções dos organismos do Partido e do Estado** em conformidade com a concepção leninista do papel do Partido Comunista como vanguarda política da sociedade e do papel do Estado Soviético como instrumento do poder popular.

«Sétimo e último. Criar um mecanismo capaz de assegurar a auto-renovação oportuna do sistema político, **tendo em conta as condições internas e internacionais em permanente mutação. Este sistema deve estar apto a desenvolver cada vez mais activamente e a introduzir princípios de democracia e da autogestão socialista em todas as esferas da vida**».

«Magnífica vitória dos pescadores dos arrastões de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz! Ao fim de 22 dias de greve os valentes pescadores dos arrastões obtiveram a garantia de que a partir de 1 de Abril ganharão de acordo com o que reivindicaram, isto é, 1500\$00 de ordenado mensal (tinham 850\$00), 35\$00 por cada dia de mar (tinham 30\$00), 1,5% sobre o produto de venda do peixe, descanso semanal ao domingo (não havia descanso semanal), 12 dias de férias pagas por ano e caldeirada de 2 quilos de peixe por dia de mar (recebiam 1 quilo). (...)»

A luta e a vitória dos pescadores dos arrastões não deixarão de constituir um incentivo para que os pescadores das traineiras se organizem, discutam entre si as reivindicações mais sentidas e se preparem e lancem na luta em torno delas.»

«Os operários da Cometa conseguem a semana de 45 horas, depois de uma paralisação de trabalho. A seguir à vitória dos operários da Sorefame foram agora os da Cometa que ao fim de algum tempo de luta, culminada com uma paralisação de trabalho, viram satisfeita esta reivindicação, que começa a generalizar-se aos trabalhadores de muitas empresas.»

(«A classe operária em luta contra a exploração» — «Avante!», VI Série, n.º 451, Março 1973)



«Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório eram, e são, o ponto de encontro e coordenação das aspirações e reivindicações dos professores. As suas reuniões à escala regional ou nacional, os colóquios e os documentos ou as iniciativas levadas a cabo foram importante factor de mobilização, contando-se por milhares os docentes que nele participam.

Justamente preocupados com a desqualificação da profissão, com os magros vencimentos incompatíveis com o aumento do custo de vida, foi recentemente lançado um abaixo-assinado nacional reivindicativo, ao mesmo tempo que dezenas de telegramas eram enviados de diferentes estabelecimentos de ensino reclamando aumentos, tal como os haviam obtido os militares.

Este abaixo-assinado foi entregue em fins de Fevereiro com 8300 assinaturas de professores.

Marcelo Caetano fez um discurso ameaçador, seguido dos ecos de Veiga Simão. Depois, as circulares para todos os estabelecimentos ilegalizando a «associação secreta e subversiva» (todos os documentos dos GE eram assinados por centenas de professores!) e tornando os professores sujeitos a penas de expulsão e prisão nunca inferiores a 8 meses. E, ao mesmo tempo, circulares confidenciais convidando reitores e directores à denúncia.

(...)

Três semanas depois da circular pidesca do MEN, foi entregue um abaixo-assinado com 1500 assinaturas de professores, defendendo a legitimidade dos Grupos de Estudo e a sua acção em defesa do ensino e dos professores, numa clara recusa de medida repressiva que os veio atingir.»

(«Nem demagogia nem repressão fazem recuar os professores» — «Avante!», VI Série, n.º 463, Março 1974)



Lisboa, 1.º de Maio de 1988

A unidade e a luta nos transportes de Lisboa



Nas empresas de transportes decorre uma luta renhida contra a política de direita e contra os prejuízos que acarreta para os trabalhadores, para os transportadores do sector empresarial do Estado e para a população utente.

À unidade e firme disposição de luta dos homens e mulheres que trabalham neste sector responde o Governo com a repressão, a instabilidade, uma maior degradação dos serviços e das condições de trabalho, quer com as suas leis e a sua prática, quer através dos conselhos de gerência por ele nomeados, quer ainda fomentando como pode o divisionismo entre os trabalhadores.

Na redacção do «Avante!» conversámos sobre tudo isto com **Paula Henriques** e **Lucínio Falé** (do executivo do organismo de transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP), **Arménio Carlos** (dirigente do TUL/Sindicato dos Transportes Colectivos de Lisboa e membro daquele executivo, da DORL e do Comité Central do Partido) e **Mário Ribeiro** (que faz igualmente parte do executivo do organismo de transportes da ORL e é dirigente do Sindicato dos Ferroviários do Centro).

A mesa-redonda prolongou-se por quase duas horas. Deixamos aqui o que pensamos ser o mais interessante e o mais actual, afirmações e opiniões que porventura suscitarão interrogações e alguma polémica, que denunciam firmemente situações particularmente escandalosas e que marcam com clareza posições de princípio que continuam válidas.



■ **DM** Paula Henriques, Lucínio Falé, Arménio Carlos e Mário Ribeiro na redacção do «Avante!»

Divisionismo e UGT nos transportes

Histórias verídicas com moral

Mais do que os inflamados discursos sobre quem defende ou não defende os interesses dos trabalhadores, mais do que inflamados manifestos sobre quem é ou não é pela unidade, mais do que imagens brancas ou negras criadas a toque de caixa na comunicação social — mais que tudo isto, é a luta concreta do dia-a-dia que mostra como funcionam os divisionistas, os seus objectivos, os interesses que defendem e os maus resultados que trazem a quem vive do trabalho e tem como força maior a unidade de classe.

No resultado da mesa-redonda com Mário Ribeiro, Arménio Carlos, Lucínio Falé e Paula Henriques, contam-se de seguida alguns casos concretos da actuação dos sindicatos divisionistas no sector de transportes de Lisboa.

1. Na Carris

Arménio Carlos:

— Na Carris, no ano passado, as negociações com a administração decorreram em separado. Isto serviu de desculpa para que os sindicatos da UGT viessem dizer aos trabalhadores que, como não sabiam o que se estava a discutir na outra mesa, nem em que ponto estavam as negociações com a Comissão Negociadora Sindical da CGTP, assinavam os acordos para facilitar as coisas e porque não queriam assinar só depois dos outros sindicatos.

Este ano a desculpa caiu por terra. Havia uma mesa única, onde estava, cada parte com as suas propostas, os sindicatos da CGTP, os da UGT e a administração da Carris. À mesa das negociações acabaram por vingar as posições unitárias, reclamando aumentos salariais justos.

De cada vez que se marcava uma acção, mobilizando os trabalhadores, a administração cedia mais um pouco. No dia 31 de Janeiro, entretanto, verificou-se isto: à hora da reunião habitual com os representantes dos trabalhadores a administração disse que não havia razões para reunir, não tinha nada a acrescentar nas suas propostas, mas fazia um apelo a cada sindicato para, individualmente, trocar impressões informais com os responsáveis da empresa. A Festru recusou tal hipótese, que dava a entender que a administração, afinal, teria mais qualquer coisa a dizer. Ora, se havia algo de novo, então que colocasse isso ali, à frente de todos os sindicatos.

Os outros sindicatos foram para as salas, para as tais reuniões separadas, e foi lá que se cozinhou o aumento dos 8,7 por cento.

No dia 3 de Fevereiro, durante a greve, realizou-se um plenário geral onde os trabalhadores discutiram e aprovaram por unanimidade e aclamação uma proposta de greve para o dia 24. Toda a gente aprovou, inclusivamente dirigentes desses sindicatos, que participaram no plenário, intervieram, manifestaram o seu apoio à luta e o seu compromisso.

No dia 16 ou 17, contudo, sai um cartaz do Sitra dizendo que lutavam «para vencer» e que não aderiam à greve de dia 24, propunham em contrapartida uma greve para 10 de Março, que devia, segundo eles, ser uma greve geral. Mas como é que podia ser? Então se eles não aderiam à luta de dia 24 sabiam de antemão que já não iam fazer a luta de dia 10! Como é que iam explicar aos trabalhadores que a 10 de Março nunca se poderia realizar uma greve geral, pelo menos marcada pela CGTP-IN e a UGT como eles propunham, porque o Torres Couto já tinha dito que não a fazia nesse dia?

O que eles queriam era desvincular-se, sair da luta.

2. A coordenadora geral

Lucínio Falé:

— Outro elemento para a caracterização da forma como actuam os divisionistas no sector dos transportes

foi o que se passou com a chamada coordenadora geral do sector. Diziam eles a dada altura que não se marcavam lutas conjuntas porque os sindicatos unitários não participavam nas reuniões dessa tal coordenadora geral, da UGT, que eles convocavam para decidirem formas de luta. Só participando nestas reuniões é que era possível que fôssemos todos juntos para a luta. Numa dessas reuniões, com sindicatos unitários, foi apresentada uma proposta de teor idêntico à aprovada no plenário de trabalhadores da Carris, com a força que lhe vinha de ter já a aprovação de todos os trabalhadores da empresa, e nomeadamente dos dirigentes do Sitra.

E o que é que fizeram? De 8 de Fevereiro, passaram a discussão da proposta na coordenadora para dia 16. Não se discutia dia 8 as formas de luta, estavam a pensar numa greve geral, mas isso só se discutia mais tarde. No dia 16 voltou-se a discutir isto, estiveram lá também sindicatos unitários, e nesta altura a tal greve geral que os da UGT queriam para dia 10 de Março, já só podia realizar-se, segundo eles, lá para o fim do mês.

É evidente que, com a unidade e a forte disposição de luta que havia entre os trabalhadores dos transportes, só era possível desmobilizá-los propondo uma forma de luta superior.

3. Pacote e acordos

Mário Ribeiro:

— Os dirigentes, em geral, desses sindicatos ligados à UGT, de forma clara, têm mostrado que não defendem os trabalhadores. No ano passado o Torres Couto assinou, em nome da UGT, o acordo de rendimentos no Conselho de Concertação Social e deu assim ao Governo uma base para impor os tectos salariais em todas as empresas do sector de transportes e a muitos outros trabalhadores em todo o País. Nessa mesma altura a UGT, primeiro pelo seu secretário-geral e depois pelos sindicatos filiados, veio para a

rua dizer que o Governo tinha que repor a diferença entre os aumentos e a inflação... mas só no final do ano, quando viram que era impossível esconder aos trabalhadores o prejuízo que estes tiveram. Mas em termos concretos, de luta, de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, a UGT não assumiu essa palavra de ordem e no princípio deste ano, no acordo que Torres Couto fez com Cavaco Silva, novamente para impor tectos salariais para 1989, esqueceu pura e simplesmente a reposição do poder de compra perdido — que eu digo «roubado aos trabalhadores com o acordo da UGT» — em 1988.

Em relação ao pacote laboral, provou-se que em 1988, quando a UGT anunciou a greve geral, não pensava fazê-la, já que este ano, face à aprovação outra vez do pacote e o seu envio ao PR para promulgação, a UGT nunca teve uma posição de força contra essa legislação, pelo contrário: estamos recordados que o próprio Torres Couto afirmou no conselho geral da UGT que era necessário que os trabalhadores se mobilizassem para lutar contra a aplicação arbitrária do pacote laboral, e não contra o pacote laboral, um monstro que dá todos os poderes ao patronato, particularmente no que respeita aos despedimentos.

4. A moral da história

Arménio Carlos:

— Tudo isto vem demonstrar que a unidade não passa, no fundamental por se fazerem ou não fazerem mesas conjuntas, nem por haver ou não haver entendimentos entre os diferentes sindicatos. A unidade passa pelo entendimento dos trabalhadores na base, na acção, não passa pelos acordos de gabinete.

De qualquer forma, é bom não confundir os trabalhadores que estão ainda filiados nos sindicatos divisionistas e os dirigentes desses sindicatos. Está provado que os dirigentes, de uma forma geral, estão ali para cumprir objectivos que nada têm a ver com os interesses dos trabalhadores; os trabalhadores, naturalmente, pensam que estão bem sindicalizados.

O trabalho que tem que se prosseguir e intensificar é esclarecer esses trabalhadores, com dados concretos, que hoje não deixam dúvidas, dizer-lhes que, uma vez que defendem os mesmos objectivos que nós, é do nosso lado que estão bem.

Paula Henriques:

— O que se verifica é que o movimento sindical unitário defende consequentemente os interesses dos trabalhadores, mobiliza as pessoas para a luta, e os sindicatos divisionistas acompanham a luta enquanto se sentem obrigados a isso, por pressão das bases, e depois acabam por vir ao de cima e predominar na sua acção os compromissos que têm com o Governo e o patronato.

Neste momento, face a essa actuação dos divisionistas — designadamente por altura da jornada de dia 24 de Fevereiro — muitos trabalhadores viram mais claramente qual o papel destas organizações e têm vindo a filiar-se nos sindicatos do movimento sindical unitário. A Carris é um bom exemplo disso, mas o mesmo tem sucedido no Metropolitano. Na Carris as novas sindicalizações (desde Janeiro) atingem já a

centena, e destes trabalhadores cerca de metade estavam filiados nos sindicatos divisionistas.

Lucínio Falé:

— Estas questões todas não estão desligadas da actuação do Partido Socialista, que em teoria é de esquerda, mas na prática actua de forma diferente. E as questões que têm a ver com o PS têm de ser vistas de mão dada com as que têm a ver com Torres Couto. Torres Couto faz o acordo com o Governo, cria problemas complicados no seio da UGT, reúne o conselho geral da UGT, tem outra vez força na mão e a seguir estes sindicatos dos transportes dizem que a greve deve ser geral, mas, passado pouco tempo, dizem — o Sitra e os outros — que a greve deve ser só às horas extraordinárias.

Estamos, como se nota, a lidar com gente que, sabendo o que os trabalhadores querem e conhecendo a força do descontentamento, não podem dizer que não querem as lutas, têm que arranjar uma saída pela porta grande que permita encantar os trabalhadores ou iludir alguns. Por isso é que vieram com a greve geral. No fundo, o que lhes interessava era evitar que se fizesse alguma luta antes da promulgação do pacote laboral, mas de forma a poderem depois dizer que a razão foi a falta de unidade, que a culpa seria dos sindicatos unitários.

Não nos podemos esquecer de que a UGT foi criada para dividir os trabalhadores, o que explica muitas das coisas que estão hoje a acontecer e as formas diferentes de actuação dos divisionistas, conforme as situações. ■



A importância da unidade

Mário Ribeiro:

— Os trabalhadores dos transportes, ao longo destes últimos anos, têm demonstrado na luta contra a política de direita possuir uma consciência muito forte da importância da sua unidade. E têm-no demonstrado, quer na luta em torno de problemas económicos e reivindicativos imediatos — caso dos acordos de empresa e da defesa dos direitos conquistados —, quer na luta em defesa das empresas para melhor servir a população utente dos transportes — que é o caso da CP, da Carris, do Metro, da RN, etc.

É um facto que a ofensiva da direita tem sido muito forte nestas duas direcções, a luta tem sido renhida e os trabalhadores têm reforçado a sua consciência com base na experiência concreta e dura da luta dia-a-dia.

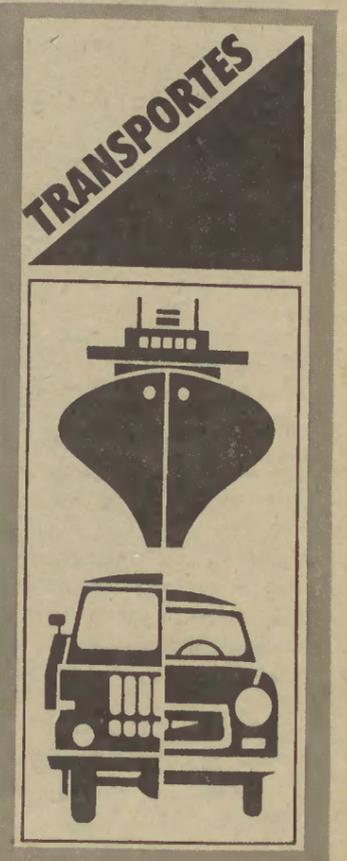
Os sindicatos da CGTP não modificaram a sua posição de princípio, mas reforçaram o seu papel de vanguarda e o trabalho de massas, dinamizando — nomeadamente através nas empresas — plenários onde os dirigentes sindicais participam como qual-

quer trabalhador e não como representantes do sindicato A, B ou C.

A discussão faz-se assim com todos os trabalhadores das empresas, em pé de igualdade, e aí é que são aprovadas as formas de luta e os seus objectivos. Isto é que tem conseguido manter e reforçar a unidade e a consciência dos trabalhadores, que vêem depois na prática quais são os sindicatos que defendem aquilo que foi decidido nos locais de trabalho. É neste sentido que têm trabalhado e vão continuar a trabalhar os militantes comunistas nas empresas e nos sindicatos.

Arménio Carlos:

— E registre-se que muitos trabalhadores que até votaram no PSD estão também nesta luta e estão dispostos a continuar nela até onde for necessário. O problema é que lhes prometeram muita coisa, mas agora a política do PSD está a prejudicá-los e a realidade não tem a ver com as promessas que lhes fizeram. ■



Cinco boas razões



Nas notícias ou nas conversas vêm frequentemente à baila as lutas dos trabalhadores das empresas de transportes. Refere-se um ou outro pormenor mais ou menos folclórico, fala-se deste ou daquele motivo, desta ou daquela injustiça que está na base do

descontentamento.

Na mesa-redonda começou-se por fazer uma tentativa de sistematização precisamente das razões que levam à luta os trabalhadores dos transportes. Feitas as contas, definiram-se cinco eixos fundamentais das motivações laborais no sector, expostos pelo camarada Arménio Carlos.

— A primeira grande luta é pelo pagamento do diferencial entre os aumentos salariais que foram aplicados por acto de gestão em todas as empresas no ano passado com base na inflação esperada e a inflação que se veio a verificar; o prejuízo dos trabalhadores é da ordem dos 3,3 a 3,5 por cento, conforme as empresas.

Outra grande questão tem a ver com o aumento salarial para este ano. O que estão a tentar fazer nas empresas, na Carris, na RN, no Metro, na CP, é aplicar uma média de 8,7% na tabela salarial, o que significará um aumento médio, na massa salarial, de 8,4% — como é o caso da Carris, de 8% — como no Metro, extremamente insuficiente face à inflação que já se verificou em Janeiro, da ordem dos 10%, e à que se perspectiva para este ano, que poderá mesmo atingir os 12.

Relacionado com a massa salarial, surge outro problema que leva os trabalhadores dos transportes à luta: o agravamento dos impostos, nomeadamente o aparecimento do IRS. Os casos concretos variam muito, conforme os salários e os subsídios que cada trabalhador tem. Mas o que é certo é que os trabalhadores chegam ao fim do ano a ganhar não os 8,7% de aumento de que se fala, mas muito menos.

Além do IRS há ainda o pagamento do imposto complementar. Um grande número de trabalhadores do sector não vai ficar livre de pagar este ano o imposto referente a 1988, o que irá agravar ainda mais a situação de perda de possibilidades económicas.

Tudo isto parece-nos extremamente lesivo do poder de compra dos trabalhadores, tanto mais que, na distribuição do rendimento nacio-

nal bruto, em vez de crescer a percentagem de quem vive do trabalho ela vai é diminuir.

A redução do horário máximo de trabalho para 40 horas semanais é um terceiro motivo de luta comum aos trabalhadores de todas as empresas de transportes, surgindo alguns casos assombrosos. Na Carris, por exemplo, não há nesta altura nenhum trabalhador que tenha um horário de 45 horas: os administrativos fazem menos de 40 horas, no tráfego faz-se em média as 40 horas, nas oficinas não se ultrapassa as 41 horas e 40 minutos, com as tolerâncias.

Então qual era aqui o problema de reduzir no papel o horário de trabalho? Naturalmente que o problema é de origem política, é só a questão de cumprir uma política que quer prejudicar os trabalhadores, mais nada. Se se reduzisse o horário na Carris podia-se dar um passo significativo na resolução do conflito que neste momento existe. Não quer dizer que fosse o único, mas dava-se um passo.

É curioso que, enquanto o PCP, nesta matéria, propõe na Assembleia da República a redução do horário de trabalho para 40 horas, o PS propõe essa redução... mas para 1993. Contrariando muitos sindicatos da UGT que diziam querer lutar pelas 40 horas este ano, o que é

certo é que o Torres Couto assinou com o Primeiro-Ministro a redução para as 44 horas e o próprio Partido Socialista vem agora dar suporte a esse acordo, acertar as agulhas para que a redução só se dê em 1993.

A quarta questão tem a ver com o pacote laboral que, nos transportes, como entre os trabalhadores de uma forma geral, é extremamente mal aceite, nomeadamente a promulgação da lei dos despedimentos e do restante pacote pelo Presidente da República. Houve a greve geral

no ano passado e tudo indicava para este ano que o pacote laboral também não avançasse.

Mas o que é que se verifica? O Governo faz uma operação de cosmética, e o PR, perante o mesmo documento, age de forma diferente e, desta vez, assina-o.

Os trabalhadores, é claro, não aceitam isto. Esta situação, na nossa opinião, deve ser criticada, e pensamos que os trabalhadores continuam disponíveis para prosseguir as suas acções face a esta situação.

Por fim, a Lei de Bases dos transportes, que surge como a conclusão de toda uma ofensiva devidamente elaborada, estruturada, planificada, de há uma série de anos a esta parte — começou na marinha mercante, passa neste momento pela CP, pela RN, há a questão da TAP, agrava-se com a tentativa de municipalizar a Carris e o Metropolitano, completa-se com a falta de pagamento das indemnizações compensatórias e com a degradação premeditada dos serviços que estas empresas prestam, nomeadamente à população.

A administração da Carris fez ainda há bem pouco tempo uma grande operação de marketing anunciando que ia haver mais carreiras a funcionar. Não houve nada, isso é mentira, é falso. O que houve foi o corte de carreiras, nalguns casos, e o acerto de outras. Mas em termos gerais não houve aumento de carreiras. Podemos dizer que em geral os utentes de Lisboa não beneficiaram nada, absolutamente nada.

No Metropolitano houve a inauguração de mais 4 estações. Mas não só a segurança continua muito má, com estações abertas a determinadas horas sem nenhum funcionário, como agora o tempo de espera aumentou de forma muito significativa.

Com esta degradação da imagem das empresas junto do público o que o Governo pretende é criar as condições para amanhã justificar que há que acabar com elas. Para um prazo mais curto até já se fala em entregar algumas das carreiras mais rentáveis de Lisboa a empresas privadas, ficando a Carris com o resto.

Ou seja, os trabalhadores dos transportes, tal como os trabalhadores a nível nacional, estão a ser vítimas de uma ofensiva do Governo contra os seus interesses, que não são só os seus interesses como trabalhadores das empresas, mas também os interesses dos utentes, que também são prejudicados. É bom lembrar que Lisboa é das cidades da Europa onde os utentes pagam uma maior percentagem dos custos dos transportes. ■



A abertura das novas estações do Metropolitano (Colégio Militar, na foto) não foi acompanhada pelo aumento das composições em circulação, o que implica um tempo de espera ainda maior

Ilegalidades... a Metro

A atitude prepotente do Governo no Metropolitano, ao decretar ilegalmente a requisição civil dos trabalhadores apenas para impedir que eles exercessem o direito à greve constitucionalmente consagrado, já foi levado pela Festru ao Supremo Tribunal Administrativo. Na mesa-redonda foi firmemente denunciada pelos camaradas do organismo de transportes da ORL.

Sublinharam que não é por acaso que a requisição civil é aplicada, já pela segunda vez, no Metro: «Na CP não era possível, porque os sindicatos da UGT também tinham apresentado pré-aviso de greve para dia 24. Na Carris já havia a disponibilidade dos dirigentes do Sitra e do Sima para furarem a greve convocada pela Festru. O Metro é aquele local onde há mais força dos sindicatos unitários, onde os divisionistas retiraram previamente o seu pré-aviso de greve, e onde nestes últimos tempos tem sido possível aos sindicatos unitários fazer paralisações com níveis de adesão muito fortes e grande impacto na opinião pública. Sem a requisição civil o Metro

teria parado por completo no dia 24. Mas note-se que os trabalhadores do Metro não se deixaram intimidar pela requisição.»

Outra monstruosa ilegalidade tem a ver com o chamado «sétimo dia», um regime de trabalho que leva a que trabalhadores do Metro, que têm uma semana de trabalho de 40 horas, façam 56. Isto viola a lei, viola o AE, a empresa inclusivamente já perdeu um processo em tribunal e foi obrigada a indemnizar o trabalhador.

Devido a esta situação já deram entrada em tribunal 500 processos. «Eles admitem que vão perder, já começaram a fazer acordos para pagarem a dívida a alguns trabalhadores a valores irrisórios em relação às horas por pagar, já assumiram numa reunião com os sindicatos o compromisso de pagar uma parte substancial do dinheiro que devem aos trabalhadores por essas horas em excesso, mas continuam a não querer pagar» — os camaradas que participaram nesta mesa-redonda denunciam assim o comportamento da administração do Metropolitano. ■

LISBOA Poder Local situação da cidade e eleições autárquicas

• Aqui se fala dos 127 470 cidadãos mal alojados e não só...

As eleições autárquicas de Dezembro próximo foram um dos muitos temas abordados com realismo e objectividade na recente 2.ª Assembleia da Organização Local de Lisboa (OLL) do PCP, que reuniu na JF de Alcântara 273 delegados em representação dos diversos organismos e frentes de trabalho do PCP na capital. A realidade urbana dos dias de hoje, a influência e o prestígio do PCP entre a população, o trabalho e as responsabilidades das comissões de freguesia do Partido, as perspectivas com que se avança na preparação das autárquicas e os objectivos essenciais que os comunistas colocam para esta importante batalha eleitoral foram questões passadas «a pente fino» na Assembleia da OLL, iniciativa de especial significado na actualidade política e que a RTP pura e simplesmente omitiu, o que motivou uma moção de protesto enviada à respectiva Direcção de Informação. Saiente-se, a propósito, o idêntico comportamento da RTP face às **Jornadas de Reflexão e Debate sobre Lisboa** promovidas recentemente pela CDU.

Da vasta documentação da Assembleia (intervenção, textos de apoio, etc) extraímos algumas notas de informação e comentário sobre a realidade autárquica e as eleições de Dezembro. Como salienta a OLL do PCP, **em Lisboa as eleições para o Município e freguesias são decisivas para travar e inverter a política que compromete a vida de quem aqui vive e trabalha. As forças democráticas assumem grandes responsabilidades perante a população da cidade. Impõe-se, pois, lutar por uma nova política e uma nova gestão que recupere a cidade, resolva os principais problemas da população e adopte uma política harmoniosa de desenvolvimento que, com respeito pela sua estrutura económica, social, natureza histórica e cultural, a transforme numa cidade adequada à vida moderna. Urge que as forças democráticas façam convergir esforços sérios para uma ampla unidade democrática que afaste a direita que, apesar de minoritária, detém a presidência de dezenas de freguesias e da CML. A Organização Local de Lisboa do PCP reafirma a sua disponibilidade para, sem prejuízo das posições da CDU, concretizar a unidade a que legitimamente aspiram largos sectores da população e os democratas da cidade de Lisboa.**

■ JPO

Poder Local é sem dúvida um importante factor e instrumento da satisfação das necessidades e anseios de amplas camadas da população, da solução de problemas, da dinamização cívica, democrática e cultural, de desenvolvimento económico. Atestam-no as realidades que inúmeros municípios e freguesias do nosso país. Sem dúvida que são expressão mais elevada desta realidade as autárquias onde os comunistas e seus aliados têm responsabilidades determinantes na gestão.

As dinâmicas geradas a nível do Poder Local preocupam a direita, os seus governantes e os beneficiários da sua política. Percebe-se porquê! O estímulo à intervenção dinâmica das populações, à consciencialização colectiva dos problemas e das suas causas, à organização das respostas que contêm os interesses da comunidade, potenciam a intervenção cada vez mais esclarecida, mais exigente, mais culta dos cidadãos.

Uma história que se repete...

É, pois, sem dúvida, uma ameaça aos interesses dos que incentivam a desmobilização das populações, dos inimigos da descentralização administrativa e política, dos que lucram com a elaboração de planos e projectos tratados e definidos na intimidade e recato dos gabinetes. Por isso, como dizem alguns, o segredo é a alma do negócio. E há alguns

damental importância, tem sido gerida em estreito alinhamento com as orientações e políticas mais retrógradas da direita governante.

Tal como a nível nacional, também à escala do Concelho de Lisboa têm prevalecido interesses e lógicas de lucro que enriquecem uns quanto e empobrecem e agravam a qualidade de vida da maioria.

A Câmara de Lisboa, cuja gestão tem sido comandada pela direita, com o apoio do PS, longe de se assumir como governo municipal, mais se assemelha com um importante entreposto de negócios altamente rentáveis, de largo prejuízo público de que resulta o aviltamento da identidade cultural da cidade, a contínua degradação do património edificado, dos equipamentos, dos espaços, do ambiente urbano e a persistência de inadmissíveis chagas de misérias.

Uma gestão que despreza o planeamento, que desaproveita e desperdiça os seus recursos, nomeadamente o solo urbano, que não programa os investimentos, que não controla a sua execução, condena inevitavelmente a cidade aos interesses e à pilhagem de «lobbys» da especulação.

50 000 em barracas

Alguns índices da situação real de Lisboa expressarão, inequivocamente, a apreciação geral que fazemos.

A cidade tem 270 mil fogos, dos quais 68% exige obras de conservação e, em boa parte, de urgente recuperação; 50 mil habitantes vivem em mais de 16 mil barracas e equiparados; 25 900 fogos estão sobrecapados, excedendo em cerca de 80 mil o número de moradores. Ou seja, neste momento, considerando os moradores em barracas e o número de excedentes em fogos sobrecapados, conclui-se haver 127 470 cidadãos mal alojados, 16% da população total do concelho.

O Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) que corresponde apenas à resolução de 60% das barracas existentes e que neste momento já deveriam estar entregues 700 fogos, ainda não foi entregue um único.

Dados recentes da Carris demonstram que se agravaram, de forma significativa, as condições de circulação na cidade, ao contrário do que afirmam os responsáveis municipais. Este estudo revela que em engarrafamentos se perdem 1700 km/dia; correspondentes a uma quebra de oferta de 142 mil lugares diários, ou seja, ao dobro do que se verificava em 1981.

Exemplos de incapacidade

E que dizer da estrondosa incapacidade revelada em gerir os vul-

tuosos recursos do Município, nomeadamente na execução dos planos e orçamentos?

Os resultados já conhecidos e relativos ao primeiro semestre de 1988 são elucidativos. Por exemplo, na habitação, apesar da gravidade da situação, a CML apenas foi capaz de utilizar 10% do orçamentado, de realizar 11% do ambiente, limpeza e espaços verdes, 7,5% nos abastecimentos, limpeza, 11,8% nos transportes e na rede viária e 17,5% na segurança. Conforme tais dados revelam, não é por falta de recursos que os problemas subsistem e se agravam. É, sobretudo por ausência de uma política global, por incapacidade e incompetência, comprovada em quase uma década de gestão de direita que deixou profundas marcas no corpo da cidade e na qualidade de vida do seu povo.

Esta gestão, conforme se documenta, afecta a vida de todas as camadas e sectores sociais que vivem ou trabalham na cidade.

A degradação gradual do ambiente urbano, dos transportes e tráfego, do parque habitacional, do património arquitectónico e natural, a ausência de uma política cultural coerente e à dimensão da cidade, são traços de uma realidade que a todos afronta e que urge modificar.

A 2.ª força da cidade

A CDU é a segunda força eleitoral da cidade. Obteve 29 mandatos na AML e 5 vereadores na CML. É maioria em 12 freguesias. Tem 235 eleitos em Assembleias de Freguesia.

Por canhestra decisão da maioria não tem pelouros atribuídos, o que constitui um sério prejuízo para a cidade, cuja difícil situação exige o empenhamento e responsabilização de todas as forças.

Todavia, a CDU tem contribuído a todos os níveis para enfrentar os problemas que afectam a nossa vida

colectiva. Apresentando soluções alternativas, tomando a iniciativa no estudo de problemas, mobilizando as populações e as suas estruturas, alertando a opinião pública, denunciando ilegalidades e as acções mais negativas desta gestão.

Nos órgãos Municipais, apresentámos um valioso conjunto de propostas de política e de acção concreta que são parte integrante do projecto coerente e global, claramente alternativo, que a CDU tem vindo a defender.

Temos tomado a iniciativa em áreas estratégicas e fundamentais como são o planeamento, a reabilitação do património edificado, recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação do parque habitacional, ambiente e higiene urbanos, transportes e trânsito, política cultural, descentralização de competências, relacionamento institucional, entre outras.

Face a uma gestão que frequentemente cai na ilegalidade, recorrendo aos Tribunais e Órgãos de Tutela, que levou à anulação de decisões do Município, como são exemplo a «tarifa» de saneamento e a demissão de Abecasis na Presidência da EPUL e as posturas de limitação do direito de propagação.

Nas 12 freguesias, onde somos maioria, vivem perto de 200 mil habitantes. O activo de trabalho realizado impressiona pela quantidade e qualidade conseguidas. Nalgumas áreas suplantamos, com meios incomparavelmente inferiores, a capacidade da intervenção do Município.

No campo da dinamização desportiva e cultural, do equipamento de jardins e parques infantis, da sensibilização e luta na defesa do património, apoio a colectividades e escolas, alfabetização de adultos, apoio à juventude, às crianças e idosos, arranjos de espaços públicos, colocação de equipamento urbano, de resolução de problemas de bairros degradados, há um trabalho notável e que referencia, à evidência, o que será esta cidade quando a CDU detiver a Presidência do seu Município.



A segunda Assembleia da Organização Local de Lisboa (OLL) do PCP avaliou o trabalho realizado nos últimos cinco anos, abordou as alterações surgidas na cidade e definiu as grandes linhas de trabalho e os objectivos concretos e imediatos para uma melhor resposta à luta de massas e às próximas batalhas eleitorais.

O período que decorreu desde a 1.ª Assembleia, em Março de 1984, caracterizou-se pelo avanço do processo contra-revolucionário e pela luta constante e determinada dos trabalhadores e outras classes e camadas contra a política de direita e suas consequências para a democracia em Portugal.

A política de recuperação capitalista, o agravamento da exploração dos trabalhadores e das condições de vida aliado à especulação urbanística permitida e estimulada pela CML são as causas principais das alterações que se têm dado na estrutura social e empresarial da cidade.

Alternativa

É neste quadro de situação que preparamos as eleições autárquicas de Dezembro de 1989. Conforme é do conhecimento geral, propusemos ao PS e a outras forças democráticas, a criação em Lisboa, de uma coligação interpartidária, abrangendo um leque o mais

va, com um projecto de defesa e verdadeira modernização de Lisboa. Disputar a Presidência da CML, manter e reforçar a maioria nas 12 freguesias CDU, ganhar nova presidência de Junta, são objectivos inteiramente ajustados à correlação de forças, ao prestígio da CDU na cidade e à necessidade premente de uma nova gestão para Lisboa. Para viabilizar tais objectivos, tor-

A exemplo do que aconteceu em muitos e importantes concelhos, com a iniciativa e a criatividade dos nossos quadros, com a mobilização da população e das forças vivas da nossa cidade, apresentaremos Lisboa ao século XXI como uma grande cidade, humana, moderna, vivificada, orgulhosa da sua história e do seu património, identificada com o futuro e com os interesses profundos do seu povo — palavras em foco na recente 2.ª Assembleia da organização local de Lisboa (OLL) do PCP.

Dados recentes da Carris demonstram que se agravaram, de forma significativa, as condições de circulação na cidade, ao contrário do que afirmam os responsáveis municipais. Este estudo revela que em engarrafamentos se perdem 1700 km/dia, correspondentes a uma quebra na oferta de 142 mil lugares diários, ou seja, ao dobro do que se verificava em 1981.

vasto possível de forças, com vistas a derrotar a direita no Município da capital. Tal situação tornaria mais fácil a batalha para afastar a direita que, apesar de minoritária, detém vai para dez anos, a presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

O PS respondeu negativamente e, outros colocaram como condição para participarem, verificar-se a unidade de todas as forças democráticas.

Nesta situação, a CDU, amplo espaço unitário, é a única alternativa credível à maioria de direita na CML.

A CDU é, de acto, a única força portadora de uma política alternati-

va-se indispensável adoptar um conjunto de medidas que permita a articulação coerente entre a acção desenvolvida nos órgãos autárquicos da cidade, a mobilização da população e a dinamização e afirmação da CDU.

Consideramos que é de importância primordial o desenvolvimento do trabalho em torno dos problemas mais prementes e de maior sensibilidade social e o esforço final para cumprir os compromissos eleitorais, ao nível da informação à população, valorizando o trabalho realizado, denunciando com firmeza a gestão municipal e os seus responsáveis políticos.

A par do encerramento de empresas industriais, surgem grandes superfícies nas áreas do comércio e serviços — hotéis, sedes de bancos, supermercados e centros comerciais. Surgem as empresas de segurança, limpeza e de aluguer de mão-de-obra.

Enquanto na Zona Central da cidade, a população residente é expulsa, na periferia surgem novas urbanizações com habitações a preços elevadíssimos. Os operários, os empregados, os casais jovens e, de forma geral, as camadas da população de menores recursos são afastados da cidade para os concelhos limítrofes.

Em Lisboa, desenvolve-se uma gestão sem planeamento global, de ilegalidade urbanística e especulação com o solo urbano, que descaracteriza e desumaniza a cidade, favorece o negócio de alto lucro e não respeita o património edificado.

A política municipal, liderada por Abecasis/PSD, com o apoio e colaboração do PS, é fortemente lesiva para a cidade e a sua população. ■

Como questão central do nosso trabalho em todo o lado é a afirmação da necessidade de alteração da correlação de forças no Município para que seja possível resolver os pequenos e grandes problemas da cidade.

Tal alteração só será inteiramente viável se a CDU detiver a Presidência do Município. A exemplo do que aconteceu em muitos e importantes concelhos, com a iniciativa e a criatividade dos nossos quadros, com a mobilização da população e das forças vivas da nossa cidade, apresentaremos Lisboa ao Século XXI, como uma grande cidade, humana, moderna, vivificada, orgulhosa da sua história e do seu património, identificada com o futuro e com os interesses profundos do seu povo.

Audácia e determinação

A dinamização da CDU é condição prévia e fundamental.

Também aqui é preciso grande audácia e determinação para atrair e mobilizar aqueles, e são muitos, que não tendo anteriormente votado em nós, identificam-se com a ideia da cidade que protagonizámos.

Constituir amplas comissões CDU, dotá-las de efectiva capacidade de decisão e de intervenção, constituir grupos de acção específica, para o estudo de problemas, para a elaboração de Programas, de Listas de Candidaturas e iniciar o trabalho de mobilização eleitoral das populações com alegria, abertura e confiança.

Esta é uma batalha que tem de ser travada com entusiasmo e com grande energia. É preciso ganhar as populações, vencer a inércia, a descrença e indiferença de largos sectores, combater a demagogia e a barganha propagandística do Governo e do municipal abecasisiano.

Responder a estas tarefas e afirmar a alternativa CDU, para Lisboa, apesar de difíceis, são objectivos ao nosso alcance. ■

Comissões de Freguesia do PCP

Trabalho autárquico e ligação à população e suas organizações

Lisboa tem 53 freguesias, com características diversas. Em todas elas existe organização do Partido. No entanto e de acordo com o balanço de organização de 1988, apenas existem comissões de freguesia em 21, o que representa uma diminuição de 8 CF's relativamente ao número existente na 1.ª Assembleia da Organização, realizada em 1984.

As comissões de freguesia têm como objectivos concretos, dirigir o trabalho do Partido na sua área e âmbito, responder às tarefas, solicitações e necessidades que se colocam, ter uma ligação regular com todos os militantes, formando quadros para a actividade do Partido.

Estes organismos do Partido devem dar uma atenção muito especial aos eleitos da CDU, membros do Partido, que nos órgãos autárquicos da cidade vêm desenvolvendo um trabalho que consideramos extraordinário na resolução dos problemas das populações.

CDU: 235 eleitos

Nas 53 Assembleias de Freguesia da cidade existem 235 eleitos da CDU o que, em parte, decorre do prestígio, da capacidade de iniciativa, do dinamismo e empenhamento

desenvolvimento de movimentos reivindicativos em vários sectores dos quais salientamos a defesa do património cultural e edificado, o direito à habitação social, a luta pela liquidação dos bairros degradados; a luta contra o aumento das rendas de casa, a luta contra as alterações inadequadas das carreiras dos transportes públicos, no ensino, etc.

A ligação das Comissões de Freguesia aos colectivos de eleitos do Partido nas autárquias nem sempre é feita da melhor forma.

Esta é uma situação que a nível das CF's e dos colectivos de eleitos tem de ser considerada e alterada.

Essa ligação deverá processar-se respeitando a autonomia específica dos órgãos autárquicos, dotados de funções e âmbito institucionalmente definidos.

Essa ligação deverá processar-se respeitando a autonomia específica dos órgãos autárquicos, dotados de funções e âmbito institucionalmente definidos.

As Comissões de Freguesia devem prestar especial atenção ao estilo de trabalho colectivo que caracteriza o nosso Partido, à ligação constante às massas e aos seus problemas, condições essenciais para uma

A melhor forma

Uma questão que, igualmente, urge alterar, diz respeito à informação regular às populações, divulgação do trabalho realizado pela CDU, bem como denunciando os responsáveis pela manutenção dos problemas decorrentes da gestão municipal.

As Comissões de Freguesia de-

verão acompanhar e dinamizar os movimentos de moradores em torno de problemas concretos.

A estreita ligação dos eleitos no Poder Local com as Comissões de Freguesia e destas às células de bairro é a melhor forma de contribuir para o reforço da acção do Partido junto das massas.

Para responder eficazmente às necessidades do trabalho destes organismos de grande importância; considera-se que se deverá acatear a composição e estilo de trabalho das CF's, suportes importantes na direcção da actividade do nosso Partido.

É de primordial importância integrar nestes organismos quadros ligados ao trabalho autárquico, às colectividades e a outros movimentos e organizações de massas, definindo e clarificando as funções do trabalho executivo e de direcção mais geral, de forma a garantir a ultrapassagem de fenómenos e vícios imediatistas e praticistas que nos afastam das realidades locais em cons-

tantante mutação e do aprofundamento dos problemas.

Portanto, é preciso, ao nível das Comissões de Freguesia, conjugar eficazmente a capacidade executiva e de intervenção, com o conhecimento rigoroso dos problemas e a ligação adequada às estruturas e movimentos da população.

Necessitamos, com carácter de urgência, alterar a composição das Comissões de Freguesia, o seu estilo de trabalho e o seu funcionamento.

As próximas batalhas eleitorais a realizar em Junho para o PE e em Dezembro para as autárquias, impõem que se adoptem medidas de quadros e de direcção que permitam às CF's dirigir as organizações e mobilizar os militantes, respondendo às exigências da situação.

Vencer dificuldades, responder às aspirações das populações, são contributos para o reforço do Partido e dos eleitos da CDU nas próximas eleições quer do PE quer para as autárquias locais. ■

Região Autónoma da MADEIRA

As eleições autárquicas

e as orientações de trabalho do PCP

Na última semana dedicámos um breve apontamento às propostas de orientação e de trabalho definidas pelo Executivo regional do Partido na Madeira no tocante às eleições de Junho para o Parlamento Europeu. Hoje deixamos à apreciação dos nossos leitores, particularmente os daquele arquipélago, um apanhado resumido das propostas de orientação para as autárquicas de Dezembro.

Importância das eleições

As eleições autárquicas de 1989 constituirão uma grande batalha política e um importante momento de avaliação da influência dos partidos e da força da democracia.

No quadro da Região Autónoma da Madeira, em que os órgãos de Poder Local são dominados pelo PSD, vivendo totalmente dependentes do Governo Regional que manda e demanda a seu bel-prazer, a intervenção eleitoral do Partido deve revestir um carácter de mobilização para a defesa do poder local democrático, contra as ingerências do Governo Regional, para a luta pela melhoria da vida das populações, para a criação de condições de desenvolvimento da luta popular contra a política de direita e por uma alternativa democrática.

Objectivos

São objectivos fundamentais do Partido para as próximas eleições autárquicas na Região Autónoma da Madeira:

- Contribuir para a redução da influência do PSD nos órgãos autárquicos;
- Reforçar a votação nas listas da CDU;
- Reforçar as posições da CDU nos órgãos das autarquias locais, trabalhando para aumentar o número de eleitos.

Unidade das forças democráticas

Na RAM todas as presidências de Câmaras são do PSD e das 53 freguesias — 2 (Jardim do Mar e Machico) têm presidências do PS e UDP, respectivamente, as restantes 51 são presidências PSD.



A intervenção eleitoral do Partido deve revestir um carácter de mobilização para a defesa do Poder Local democrático, contra as ingerências do Governo Regional, para a luta pela melhoria da vida das populações — assinala a DORAM do PCP

Porque esta situação seria bastante alterada com o empenhamento de todas as forças políticas da área democrática, tem a Direcção Regional do PCP insistido junto do PS, PRD e UDP através de cartas enviadas em 8/2/89 para que se discuta a possibilidade de constituição de uma coligação para as próximas eleições autárquicas.

Entretanto são conhecidas as posições públicas do Secretariado da Federação Regional do PS de recusa de quaisquer coligações.

Quanto à UDP, enquanto publicamente afirmou querer a unidade, afirmando mesmo ter reatado relações com a CDU, continua sem responder positivamente à proposta apresentada pelo Partido.

Tarefas

Perante este quadro devem as organizações do Partido empenhar-se:

- No esclarecimento de todos os membros do Partido, dos membros de partidos da área democrática,

população em geral, sobre as propostas feitas ao PS, PRD e UDP e às posições destes;

- Na denúncia da responsabilidade que cabe particularmente ao PS e UDP, em não se concretizar alternativas ao PSD;

• No desmascaramento da demagogia da UDP que publicamente procura afirmar-se como a defensora da Unidade, quando nada faz para que ela se concretize;

• Na batalha pela unidade, não como uma possível realidade imediata, mas com vista ao futuro, continuando a manter uma total disponibilidade para o diálogo com todas as forças democráticas;

• Na preparação das eleições, intensificando o levantamento de nomes e os contactos para a formação das listas, trabalhando para trazer às listas da CDU, os militantes comunistas, os nossos aliados, democratas sem filiação partidária e mesmo homens e mulheres sérios e honestos de todas as áreas, procurando alargar ao máximo o espaço unitário da CDU.

Órgãos a concorrer

O Partido deve trabalhar para apresentar candidaturas a todos os órgãos municipais — Câmaras e Assembleias.

No que às freguesias diz respeito, não deverá concorrer àquelas em que as votações em eleições anteriores não tenham sido superiores ao número de candidatos apresentados estando neste caso as Freguesias da Tábua (Ribeira Brava), Achadas da Cruz, Ribeira da Janela e Seixal (Porto Moniz), Madalena do Mar (Ponta do Sol), Paul do Mar e Prazeres (Calheta).

A formação de listas para os órgãos que se propõe para concorrer exige do Partido um enorme esforço, pois só para as Assembleias de Freguesia são necessários cerca de 600 candidatos;

Impõe-se por isso lançar desde já uma ampla discussão em todos os organismos e organizações so-

bre as pessoas que deverão integrar as listas, estabelecer contactos e depois a composição das listas.

Formação das listas

As organizações do Partido devem mobilizar-se para efectuar o maior número de contactos com os membros do Partido e amigos tendo como orientação para a formação das listas os seguintes critérios:

- Os candidatos às freguesias devem residir na área por onde concorrem;

• Caso seja necessário incluir não residentes nas listas, estes devem ser naturais da freguesia por onde concorrem;

• As listas para os órgãos municipais — Câmaras e Assembleias — deverão ser constituídas por residentes no concelho, salvo se existir de fora alguém com bastante prestígio e influência;

• Analisar a influência dos cabeças de listas em eleições anteriores;

• As listas para as Câmaras e Assembleias Municipais devem integrar candidatos oriundos do máximo de freguesias e localidades dos concelhos;

• As listas para as Freguesias devem incluir candidatos dos mais diversos sítios das freguesias;

• Procurar incluir nas listas camaradas e amigos com influência por grupos de pessoas, zonas e localidades.

Calendário para constituição das listas

Dado que as listas deverão ser apresentadas em Outubro e tendo em linha de conta que os meses de Julho, Agosto e Setembro constituem o período de férias, sendo por isso mais difíceis os contactos nessa época, devem todas as organizações tomar como limite para terem as listas elaboradas o final do mês de Junho.

As eleições para o Parlamento Europeu revestem particular dificuldade para o Partido por se tratarem de eleições para um Parlamento que a maioria dos cidadãos não sabe o que é nem para que serve, havendo, assim, uma tendência para lhes retirar importância.

O Partido deverá empenhar-se decididamente na campanha para o Parlamento Europeu procurando articular as propostas para a resolução dos problemas do dia-a-dia das populações com as propostas de fundo para a defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores e povo português.

O Partido deve ter presente que quanto mais adiantada estiver a preparação das eleições autárquicas, maior e melhor intervenção poderá ter na batalha eleitoral para o Parlamento Europeu. ■



Autárquicas de Dezembro: a DORAM do PCP analisa a importância das eleições, os objectivos fundamentais do Partido e as tarefas da organização. Questões diversas relacionadas com a preparação e formação das listas são também tema em foco neste apontamento

■ António Salavessa

Mário Sacramento

Um exemplo valioso uma obra repleta de actualidade

Na passada segunda-feira, dia 27 de Março — dia em que se completaram vinte anos sobre a morte de Mário Sacramento — realizou-se em Aveiro uma importante sessão evocativa, resultado da iniciativa da Comissão Distrital do PCP

Na Mesa, além de Cecília Maia Sacramento, viúva do falecido camarada, estavam presentes Sérgio Teixeira, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, José Manuel Amaro, da CDA do PCP, que dirigiu a sessão, e três outros militantes do PCP que privaram com Mário Sacramento — João Sarabando, José Pinto da Costa e Óscar Lopes, este do CC do PCP.

As razões de uma iniciativa

Coube ao camarada José Amaro a tarefa de abrir a sessão e apresentar, de forma sucinta, as razões que motivaram esta iniciativa dos comunistas de Aveiro. Tratou-se de responder à urgência em «avivar na memória de todos nós, comunistas e portugueses em geral, a pessoa e a obra de Mário Sacramento cuja actualidade emerge, com estranha naturalidade nos tempos que correm».

Continuando a sua intervenção, José Amaro afirmou que também se pretendia «manifestar publicamente o apreço que a personalidade de Mário Sacramento merece aos militantes comunistas e à sua organização». Justificando a necessidade de tal afirmação pelo facto de que, «nem sempre resultou claro, no plano público, esse apreço e consideração».

As razões já expostas apontavam para a necessidade de uma evocação da iniciativa do PCP, claramente assumida pelo Partido. Mas, na intervenção de abertura, não deixou de se afirmar que tal facto «não significa, por outro lado, que se queira retirar do património comum dos democratas a obra e a pessoa do militante comunista Mário Sacramento. Bem pelo contrário, estamos e estaremos sempre interessados em colaborar, participar e dinamizar iniciativas que, na base da unidade e do diálogo, visem beber na obra de Mário Sacramento a força, a energia, as linhas de rumo para acções concretas.»

Foi com tal entendimento das coisas que a CDA do PCP, endereçou a muitos democratas o convite à presença na sessão e de nela lhes dar possibilidade de intervenção. Esta mensagem foi antecipadamente entendida por muitos já que o Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro se apresentou repleto, extravasando claramente da área da organização do PCP para outros sectores da militância e do pensamento político democrático.

Foi perante um auditório heterogéneo que José Amaro sublinhou que «estamos e estaremos sempre empenhados em contribuir para a afirmação do carácter universalista da sua obra e da sua prática política».

Rejuvenescer

Após a abertura foi primeiro orador o camarada Pinto da Costa, militante da organização concelhia de Aveiro, que se propôs no início da sua alocução, a busca de uma palavra que pudesse retratar a corpo inteiro «a globalidade de um homem que foi sempre igual a si mesmo em qualquer batalha que travou — no campo social, no campo cultural e político, em todos os campos em que a luta foi sua bandeira».

Rejuvenescer é essa palavra que, no entender de Pinto da Costa, constituiu a palavra de ordem pessoal de Mário Sacramento, e acto

que procurou fazer durante toda a sua vida. «Rejuvenescer consigo, dentro de si, apesar dos graves padecimentos... e depois em todo o lado e sobretudo na acção».

Pinto da Costa vincou mais adiante o entendimento que Mário Sacramento tinha acerca da possibilidade do riso e da sátira mesmo nas condições duras do fascismo, concretizando, a esse respeito que «por essa razão, do rejuvenescimento, precisa em muitas situações de pesadelo e até no decorrer da normalidade, o próprio Mário Sacramento cultivava alegria na resistência e na luta e mesmo disso são provas, muitas passagens do seu diário».

Nos momentos de dificuldades, tal alegria, instilada por Mário Sacramento e presente na sua escrita viva e longe de nos «libertar» das nossas responsabilidades é — na expressão do orador — «uma forma de superar dificuldades e ir avante». Na parte final da sua intervenção, Pinto da Costa ocupou-se da qualidade de homem de diálogo inerente a Mário Sacramento, qualidade que advém de grande firmeza nas opiniões próprias e do enorme respeito pelas opiniões dos outros.

«Meus amigos, são, mesmo que o não queiram, todos os que discordam honradamente de mim» tal é a expressão de Mário Sacramento e que traduz liminarmente esse respeito pelos outros. Não sendo o inventor da palavra diálogo ele foi «uma das pessoas que na contestação e no confronto, melhor uso dela fez em todos os momentos, e também dentro do Partido onde, em sua

uma hora aquele destacado intelectual dissertou sobre e a propósito de Mário Sacramento sem deixar de — logo no início e invocando o conceito de «trabalho de luto» de Freud — afirmar que «um luto ou um desgosto que sejam sinceros e autênticos não têm nada de depressivo, não são uma rendição ao destino. A vida, enquanto for vida, não se rende pois é luta e é trabalho». E continuando com as palavras de Óscar Lopes, «a tremenda falta que Mário Sacramento nos tem feito deve traduzir-se e traduz-se com certeza em esforço e no imperativo de nos agarrarmos àquilo que dele ainda permanece e actua em nós e na realidade objectiva...» já que «... a verdade é que a memória social de uma personalidade constituiu uma realidade objectiva. Mário Sacramento continua vivo, porque foi vivo, porque foi muito vivo.»

Do que de Mário Sacramento continua vivo o que mais se destaca é o exemplo que nos transmite. Um exemplo «do lutador pela democracia e pelo socialismo e pela permanente reelaboração e concretização prática, teórica e até estética» de tais conceitos.

Referindo sempre muitas das qualidades de Mário Sacramento, destacando também a de homem aberto ao diálogo e evocando a actualidade do seu diálogo com os católicos, Óscar Lopes apelou aos camaradas e companheiros de Mário Sacramento, desta região, para que se debruçassem em maior pormenor sobre outras qualidades, já que, a sua intervenção se iria centrar so-

Nasci e vivi num mundo de inferno. Há dezenas de anos que sofro, na minha carne e no meu espírito, o fascismo. Recebi dele perseguições de toda a ordem — físicas, económicas, profissionais, intelectuais, morais. Mas, que não as tivesse sofrido, o meu dever era combatê-lo. O fascismo é o fim da pré-história do homem. E procede, por isso, como um gangster encurralado. Fiz o que pude para me libertar, e aos outros, dele. É essa a única herança que deixo aos meus filhos e aos meus companheiros. Acabem a obra! Derrubem o fascismo, se nós não o pudermos fazer antes! Instaurarem uma sociedade humana! Promovam o socialismo, mas promovam-no cientificamente, sem dogmatismos sectários, sem radicalismos pequeno-burgueses! Aprendam com os erros do passado. E lembrem-se de que nós, os mortos, iremos, nisso, ao vosso lado!

■ Mário Sacramento (Carta Testamento, 7/4/1967)

opinião, «vale mais errar em comum do que acertar singularmente».

Pinto da Costa concluiu afirmando que, em sua opinião, Mário Sacramento não nos pode mais do que o nosso «rejuvenescimento» e, apelando aos presentes, dos mais velhos aos mais novos, para que o façam no sentido em que isso é entendido pelo intelectual comunista agora evocado.

Uma realidade objectiva

Óscar Lopes, membro do Comité Central do PCP, foi o orador principal desta sessão. Durante cerca de

breitudo no seu legado de ensaísta e de escritor.

E foi o que fez largamente e com profundidade impossível de espelhar numa crónica apressada como esta. A este respeito apenas algumas citações das palavras de Óscar Lopes que, sobre o Mário Sacramento/escritor, considerou que o era, «não apenas no sentido de se exprimir pela escrita, mas por profunda vocação.. é um homem que pensa a escrever. A curva do pensamento e a curva das frases surgem simultaneamente. A deriva do seu pensamento é, em grande parte, determinada por sugestões, associações dos próprios achados de vocabulário das frases. Capta as suas próprias guinadas de humor, controla-as, selecciona-as.»



Mário Sacramento, secretário efectivo do I Congresso de Aveiro, em 1957

Mário Sacramento realizou-se principalmente como ensaísta sendo, embora, «ensaísta de domingo» como ele próprio sugere. A tal respeito Óscar Lopes, refere que Mário Sacramento «tinha da sua condição de ensaísta uma concepção muito larga que exprimiu em texto. Considerava-se um homem que se ensaiava, que ensaiva, de alguma maneira a humanidade. Era em parte um homem de acção mas de modo nenhum um dogmático».

As suas obras de ensaio são, ainda hoje, referências obrigatórias e actuais para o entendimento e para a reflexão sobre tantos vultos da nossa literatura.

Regressando à personalidade de Mário Sacramento, Óscar Lopes destacou como mais paradigmático que, sendo o evocado ficcionista, ensaísta e homem de acção política e profissional, ele se tenha embrenhado «em todos estes sentidos da realização da sua humanidade, sem os baralhar e sem querer justificar uma falha de qualidade em qualquer destes campos a pretexto da sua actuação noutros campos.»

Óscar Lopes concluiu a sua intervenção propondo ao auditório a reflexão sobre muitos dos problemas que hoje devem preocupar os portugueses, dando particular ênfase à viva ameaça de dependência do exterior — económica, política, militar e cultural — sugerindo que estes e outros problemas mereceriam, de Mário Sacramento, senão a sua acção, pelo menos a sua reflexão.

Um debate aberto

Após a intervenção de Óscar Lopes seguiu-se um período em que a sessão ficou aberta a intervenções provenientes da assistência. Surgiram nesse período interpelações aos oradores para melhor esclarecimento de algumas questões, preocupações várias sobre a situação actual do nosso País, troca de opiniões sobre aspectos literários e, sobretudo, testemunhos pessoais de vivências comuns com Mário Sacramento.

Estes testemunhos, provenientes de pessoas de áreas diversas, ajudaram a clarificar perante quem não os conhecesse, traços da personalidade e do carácter daquele camarada

precocemente desaparecido. Também da mesa, de João Sarabando, e de Óscar Lopes, surgiram achegas neste sentido.

A este respeito refiram-se os testemunhos que demonstram a recusa de Mário Sacramento em aceitar méritos que não lhe pertencessem, esclarecendo situações e dando o seu a seu dono, e a sua capacidade de pedagogo, conversando pacientemente com quem porventura não o entendesse ou o provocasse.

Também neste período foi dado conhecimento de uma mensagem enviada, a propósito da iniciativa, pela União dos Sindicatos de Aveiro.

Façam o mundo melhor, ouviram?

Coube a José Amaro o encerramento da sessão, o que fez, começando por citar a frase final da Carta-Testamento de Mário Sacramento — «Façam o mundo melhor, ouviram? Não me obriguem a voltar cá!»

Aquele dirigente distrital do PCP questionou a audiência sobre a existência ou não, nos dias de hoje, desse mundo melhor que nos é apontado. Sem deixar de ter em conta o que de positivo aconteceu após o 25 de Abril, aquele camarada afirmou que «continua por resolver inúmeros problemas e que se mantêm as iniquidades e injustiças contra as quais Mário Sacramento se rebelou» e enunciou: o atraso cultural, o analfabetismo, a venda do país a retalho, a destruição do meio ambiente e os desequilíbrios ecológicos, o individualismo, a quebra de solidariedade, o desemprego, a insegurança, a desumanização crescente da nossa vida.

Tais factos demonstram como «está ainda longe de ser satisfeita a exigência de Mário Sacramento».

Perante a situação do País, José Amaro considerou ser decisivo aprender de Mário Sacramento «a lucidez das apreciações, a verticalidade do ser e do estar, a força da consciência e do espírito crítico» e, mais adiante, que Mário Sacramento, «militante comunista, continua de pé ao nosso lado na luta por uma sociedade mais justa, mais humana, mais de todos nós». ■



o seu repúdio por esta iniciativa, que mais recorda os tempos em que os príncipes recebiam os bobos em suas casas». Os homens e mulheres do teatro português que refrigerem os ânimos. Afinal cada um vai até onde pode, nestas coisas culturais. Para uma pessoa que confessadamente não lê jornais, que encomenda «vivendas Mariani» e se veste, fala e penteia daquela maneira, uma récita privada até tem alguma audácia intelectual.

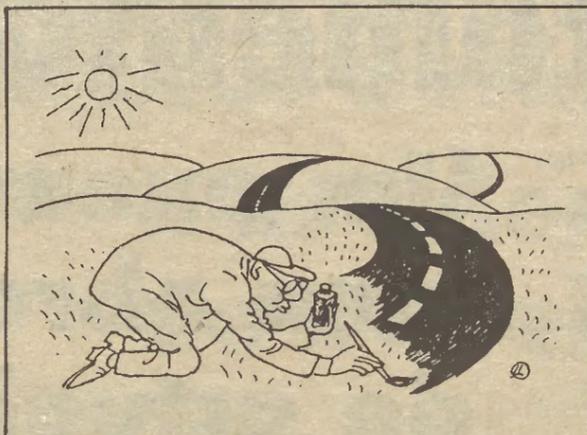
Visitas

Segundo afirmou Mata Cáceres — presidente da Câmara Municipal de Setúbal na sequência duma coligação PS/PSD com o objectivo exclusivo de praticar anticomunismo — o Presidente da República irá visitar este concelho ainda este ano. A revelação foi feita após uma audiência com o Chefe de Estado, tendo Mata Cáceres precisado que a visita se efectuará em Julho, em data a acordar, terá uma duração de dois dias e «não assume carácter de Presidência aberta». Então assume o quê? Mata Cáceres deve querer que assumo o carácter de apoio eleitoral «fechado»?!

Sindicatos

O ministro da Administração Interna, Silveira Godinho, criticou implicitamente esta semana o Sindicato da PSP ao afirmar que «não pode conceber-se a existência de forças policiais actuando sob pressão de interesses

Pontos Cardeais



particulares, pessoais ou de grupo». Não sabíamos que os Sindicatos eram isso. Donde virá, ao senhor ministro, uma visão assim tão... particular e pessoal do sindicalismo? Se calhar por pressão dum grupo qualquer...

Vinhos...

Reunidos na Adega Cooperativa do Bombarral, representantes de quase todas as adegas da Região do Ribatejo e Oeste aprovaram esta semana uma moção em que intimam o Governo a não prorrogar o prazo para importação de mais vinho, nomeadamente de Espanha e Itália, dado que têm as suas adegas cheias, ou quase, apesar da última produção não ter ultrapassado os 35% do que

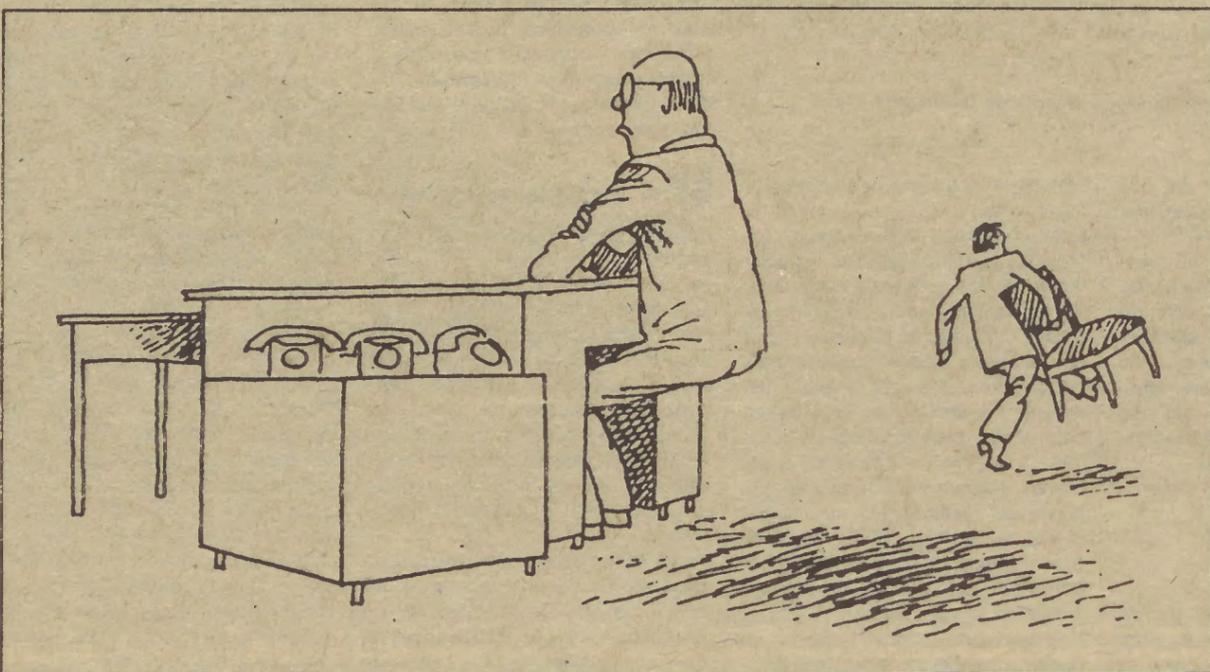
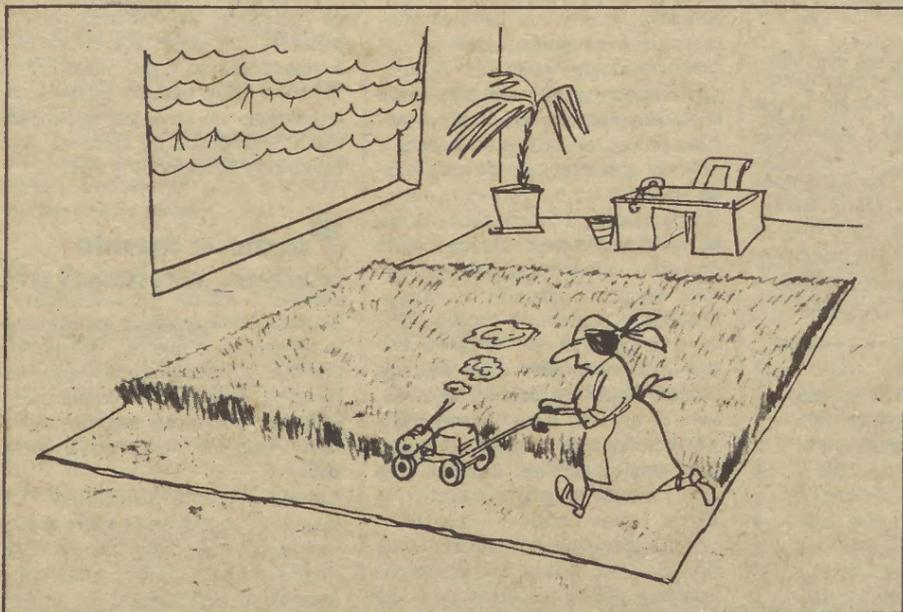
seria normal. Entretanto desconhecem-se (ainda) eventuais e obscuros interesses que estejam por trás desta importação indiscriminada de vinho decidida pelo Governo, isentando-o de qualquer taxa e inundando o mercado, ainda por cima, com zurrapa. Se estamos atulhados de vinho, é no mínimo estranho que o Governo abra assim a torneira ao produto estrangeiro, mas mais esquisito ainda é que o preço do vinho haja subido em flecha com o argumento de que a colheita do ano passado foi má. Para já, para já, uma coisa é certa: estamos todos a ser embaralhados.

... e vinho

Entretanto a Comissão das Comunidades Europeias decidiu instaurar um processo de infracção contra o Estado português por não terem sido adoptados, pelo nosso País, os regulamentos comunitários sobre o monopólio estatal de importação de aguardentes destinadas à beneficiação do vinho do Porto. É que acontece que o preço da aguardente quase duplicou em Portugal, de 1981 a 1986, enquanto no mercado internacional o preço praticado é inferior em metade do que é praticado pelo Instituto de Vinho do Porto que, através da Casa do Douro, abastece os produtores. Com tanta trapalhada, o Governo Cavaco Silva ainda transforma o nosso vinho em... cacharolete.

Récitas

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva decidiu comemorar o Dia Mundial do Teatro. Fomentando finalmente o seu desenvolvimento? Apoiando as companhias? Criando condições para a realização de criadores e estruturas teatrais? Dando, ao menos, um presentezinho concreto — em que, de resto, é especialista — nem que fosse uns patacos para guarda-roupa e inglês ver? Não. O Primeiro-Ministro Cavaco Silva comemorou o Dia Mundial do Teatro organizando, na sua residência oficial... uma récita. Só que houve quem não gostasse. O acto foi severa e imediatamente condenado por dezenas de personalidades do teatro português, que no mesmo dia se reuniam em comemoração, aprovando uma moção onde, nomeadamente «manifestam



Gazetilha

por Ignotus Sum

Ainda não lhe chegaram 15 anos...

Reuniu-se a Oposição. Eu vi na televisão (não mais que um minuto, com certeza) à volta da mesma mesa. E não se tenha o sentido de que era só um partido. Eram todos! Eram todos! Protestam todos, mas pelos modos razão só Cavaco é que a tem... ..é o que lhe convém...

Puxa! O hábito democrático, a valer, custa a aprender...

O mal é de raiz

Era hipócrita a virtude que queriam mostrar à gente. Afinal, estava a Saúde muito mal. E gravemente...

Metem-se alguns nas encolhas mas toda a ciência o diz: a doença não está nas folhas porque o mal é de raiz...

Não digo nada de novo agora, se vos disser, que piora a saúde do povo com tal gente no poder...

O poço da CEE

Já uma comissão estão a preparar para fiscalizar os casos, tantos!, de corrupção...

Virá depois, por certo, uma outra comissão cuja função será fiscalizar mais de perto a comissão de fiscalização...

Logo outra comissão há-de chegar para fiscalizar a comissão que tinha de fiscalizar a comissão para fiscalizar a corrupção...

São mil cães a um osso nos negócios imundos. Sim, a CEE é um poço sem fundo... mas com fundos...

Para Cavaco não ter mais chatices...

Treme o Governo por causa de uma casa: a casa de Cadilhe, a tal das Amoreiras. Esta não arrefece já outra aquece noutras fogueiras: a casa de um assessor de Beleza. Lá vai o assessor à fava-rica mas a Beleza, essa realza, fica...

Casas. Mais casas. Um buraco. Há outras mais no rol. Está visto. Para o Cavaco o ministro ideal é o caracol...

Agenda

Avante!

Ano 59 - Série VII

N.º 796

30 de Março de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Quinta 30

• LISBOA
Plenário de camaradas de Santa Engrácia — Centro de Trabalho da Graça, 15.00

• ALMADA
II Assembleia da ORS: reunião da célula da SFUAP para discussão de documentos e eleições de delegados — CT concelhio, 21.00; da célula da AIPICA — no mesmo local; das células do Arsenal, Lisnave e Trabalhadores da Autarquia — Centro de Trabalho, 18.30.

Sexta 31

• COVA DA PIEDADE
5.ª Assembleia da Organização de Fre-

guesia da Cova da Piedade — na SFUAP, a partir das 14.30, com a participação do camarada Vítor Dias.

• ALMADA
Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da ORS: em Almada, da organização de freguesia — CT de Almada, 21.00; da célula da F. Pública — CT, 18.30; da organização de freguesia do Laranjeiro — CT Laranjeiro, 21.30; da célula da RN — CT de Pombal, 21.30; da organização de freguesia do Pragal — CT, 21.30.

• SETÚBAL
2.ª Assembleia da ORS: reunião preparatória das células da EDP e Têxtil/Setúbal; da freguesia de Santiago/Azeitão — CT,

21.00; do Bairro Alentejano/Palmela — 21.00; CT das organizações de freguesia de Santa Cruz e S. Domingos/Santiago do Cacém — às 21.00 nas respectivas Juntas de Freguesia.

• LISBOA
Reunião de camaradas Reformados da freguesia de Penha de França — 15.30, CT da Graça.
Reunião de activistas da CDU da freguesia de Santa Engrácia — no Centro de Trabalho do PCP da Graça, 21.30

• PORTIMÃO
Debate sobre a revisão da Constituição — no Clube União, às 21.30, com a participação do camarada Octávio Telxeira

• VIALONGA
Plenário de militantes, para discussão da situação política e social e eleições para o PE — Centro de Trabalho, 21.30

• MIRANDA DO CORVO
1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP. As 21.00, no Centro de Trabalho

Sábado 1

• PÓVOA DE ST.ª IRIA
2.ª Assembleia da Organização de Póvoa de St.ª Iria — na Quinta da Piedade, às 14.30, com a participação do camarada António Abreu.

• ALVERCA
3.ª Assembleia da Célula da Mague — no salão dos Bombeiros Voluntários de Alverca, às 14.30, com a participação da camarada Marília Vilaverde Cabral.

• SETÚBAL
Reuniões preparatórias da 2.ª Assembleia da ORS: de Faralhão e Praias do Sado; de Anunciada; de Santa Maria e S. Julião; de S. Sebastião; da célula da Setenave — na Junta de Freguesia de S. Sebastião, às 13.00; das células da Função Pública/CMS e SMS.

• AZEITÃO
1.ª Assembleia da Organização da zona de Azeitão — no FC Bolinhense, a partir das 15.00, com a participação do camarada Virgílio de Azevedo.

• PALMELA
Plenário da organização da freguesia de Marateca — no Salão Joaquim Lopes, às 15.00.

• SANTIAGO DO CACÉM
Reuniões preparatórias da Assembleia da ORS em Cercal (21.00), Santiago (15.00), Santo André (15.00) e S. Francisco (21.00)

• ALMADA
Reuniões das organizações locais de Monte da Caparica (21.30), Charneca da Caparica (21.30) e Trafaria (15.00), nos respectivos Centros de Trabalho.

• PAIO PIRES
Reunião plenária da célula da Siderurgia Nacional — no Centro de Reformados de Paio Pires, às 15.00

• CACILHAS
1.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Cacilhas — no CT Alberto Araújo, com a participação do camarada Manuel Sobral.

• SINTRA
Plenário de militantes da freguesia de Queluz — CT de Queluz, 15.00, com a participação do camarada Lino Paulo.

Plenário de activistas da CDU da freguesia de S. Pedro. Na Abrunheira (sala da URCA), com a participação de António Cordeiro.

• PORTO
Debate promovido pela CDU sobre Questões sociais, di-

reltos dos trabalhadores e integração na CEE — no Anfiteatro da Faculdade de Engenharia do Porto, com início às 15.00.

Jantar-convívio promovido pela CDU/Paranhos. Na escolha do Bairro do Agra, a partir das 19.30.

• LAMEGO
Plenário de militantes do concelho — no Centro de Trabalho de Lamego, às 21.00

• LEIRIA
Reuniões promovidas pela JCP, preparatórias do seu III Congresso — em Alcobaça e Marinha Grande, ambas às 15.00.

• MONTIJO
Assembleia plenária de militantes de Canha — às 21.00 no Centro de Trabalho.

• FIGUEIRA DA FOZ
Debate sobre desenvolvimento regional. As 15.00, no Hotel Costa de Prata, com a participação de João Amaral, Fernando Gomes e Santos Cardoso.

Jantar comemorativo do Aniversário do Partido — às 20.00, no restaurante Lota Nova.

• SOURE
Jantar comemorativo do Aniversário do Partido. As 20.00, no restaurante Sourense.

Domingo 2

• SARILHOS GRANDES
Almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP, com a participação do camarada Dias Lourenço.

• S. JOÃO DA PESQUEIRA
Convívio no Centro de Trabalho, durante a tarde, com filmes para crianças. Intervenção sobre a situação política.

• TONDELA
Assembleia plenária da organização concelhia — a partir das 15.00 em Campo de Basteiros (casa do prof. Carlos Dias).

• ALGUEIRÃO-MEM MARTINS
Encontro de activistas da CDU da freguesia. No Centro de Convívio da Junta de Freguesia (R. do Lírios, Mem Martins), com início às 10.00.

• SEIXAL
Assembleia da Célula dos Trabalhadores da Autarquia, no CT no Seixal.

• CONSTÂNCIA
A CDU presta contas no concelho de Constância no decurso de um almoço-convívio com a participação de eleitos e não eleitos nas listas CDU de 1985, e ainda do camarada Carlos Carvalhas.

• LOURES
III Assembleia da Célula do PCP no Município de Loures — no antigo cinema dos Bombeiros Voluntários, a partir das 10.00. Participa o camarada Luís Sá.

• ALCABIDECHE
2.ª Assembleia da Organização do PCP

da freguesia de Alcabideche — no Salão dos Bombeiros, com a participação do camarada José Casanova.

• FIGUEIRA DA FOZ
Convívio comemorativo do aniversário do PCP, com matança de porco. As 13.00, na colectividade de Santo Amaro da Boiça.

• VILA NOVA DE POIARES
Encontro da CDU da zona da serra do distrito de Coimbra. Na Casa do Povo, com a participação de Carlos Fraião.

Segunda 3

• PORTO
O PCP e algumas questões candentes da situação política internacional — debate promovido pela DORP com a participação do camarada Albano Nunes. As 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Terça 4

• LISBOA
Plenário de militantes da organização de bancários da ORL — no CT do Chiado, às 17.30, com a participação do camarada Domingos Abrantes.



No próximo sábado, dia 1 de Abril, com início às 15 h, realiza-se no Anfiteatro da Faculdade de Engenharia do Porto um debate sobre «Questões Sociais, Direitos dos Trabalhadores e Integração na CEE» com a participação de José Barros Moura, deputado do PCP no Parlamento Europeu, Viriato Pina Moura, do Comité Central do PCP, e Carlos Carvalho e Vítor Ranita, dirigentes sindicais.

É a primeira de uma série de iniciativas de âmbito nacional que a CDU vai promover sob o lema Com a CDU — progresso e desenvolvimento para Portugal.

Quarta 5

• LISBOA
Plenário da CDU da freguesia da Penha de França — às 21.30 no CT de Arroios.

• VILA REAL
Assembleia para discussão dos documentos e eleição dos delegados de Vila Real ao Congresso da JCP — às 22.00



Assembleias de Organização do PCP

Sexta

5.ª Assembleia da Organização da Cova da Piedade

Sábado

2.ª Assembleia da Organização de Póvoa de Santa Iria

3.ª Assembleia de Célula da Mague

1.ª Assembleia da Organização da Zona de Azeitão

1.ª Assembleia da Organização de Cacilhas

1.ª Assembleia da Organização de Miranda do Corvo

Domingo

3.ª Assembleia da Célula do PCP no Município de Loures

2.ª Assembleia da Organização de Alcabideche



LENGREN, Zbigniew (Polónia) in «Polónia», magazine ilustrado n.º 11 de 1977

TV **O Programa**

Quinta **30**

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique (88.º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Ilha da Fantasia (24.º epis.)
- 14.15 - S.A.J. Serviço de Auxílio aos Jovens (série, 2.º epis.)
- 14.40 - No mundo da ciência
- 15.05 - Programa Musical
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Falar Português



- 20.20 - Sassaricando (8.º epis.)
- 21.10 - Mobil nos caminhos de Portugal
- 21.25 - Os Heróis da Esquadriha (série, 2.º epis.)
- 22.25 - Canto Alegre
- 23.25 - 24 Horas
- 23.35 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas (183.º epis.)
- 15.25 - A Casa da Irene
- 15.45 - Magazine Cinema
- 16.30 - Quem Sai aos Seus...
- 16.55 - Sinhá Moça (29.º epis.)
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 19.55 - Os Intocáveis (22.º epis.)
- 20.45 - Cem Grandes Quadros
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude (89.º epis.)
- 21.55 - Hora da Verdade
- 22.55 - Hitchcock apresenta...

Sexta **31**

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Chateauvallon (16.º epis.)

- 14.25 - Imagem e imagens
- 15.05 - José Feliciano
- 16.35 - Ponto por Ponto
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Falar Português
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Telemundo
- 21.50 - Oscars de Hollywood
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate
- 00.15 - Pela Noite Dentro «Amos», real. Michael Tuchner (EUA/1985, 96 min.).

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora, Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.35 - Giramundo
- 18.00 - Vestígios
- 19.00 - Music Box
- 20.00 - Os Intocáveis
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Café Central
- 22.50 - Os prazeres e as sombras (11.º epis.)
- 00.50 - Rotações.

Sábado **1**

RTP1

- 09.00 - Juventude e família (a família Robinson, Desporto e ciência; Era uma vez a vida; O safari do João Valentão; As Aventuras de Teddy Ruxpin; Sebastião na CEE: Get Smart)
- 11.55 - 10.ª Sinfonia de Beethoven
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Recordes Guinness
- 13.35 - Parlamento
- 14.05 - Sessão da Tarde - «Buck Rogers in the 25th Century»
- 15.45 - Vivamusica
- 16.40 - Crime, Disse Ela
- 17.25 - No Tempo em que Você Nasceu
- 19.10 - Sete Folhas
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Spandau Ballet
- 23.45 - Pássaros Feridos (5.º epis.)
- 23.45 - Cinema da Mela Noite - «Os Fugitivos de Alcatraz».

RTP2

- 09.00 - Compacto Music Box
- 11.45 - A nossa turma

- 13.00 - Compacto Brega e Chique
- 16.00 - Estádio
- 19.30 - Magazine de cinema
- 20.00 - Music box
- 20.50 - Elogio da leitura
- 21.15 - Especial Desporto.

Domingo

RTP1

- 09.00 - Juventude e Família
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7
- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Notícias
- 13.19 - Fórmula 1 (4.º epis.)
- 13.55 - Viagem às Profundezas (4.º epis.)
- 14.50 - Primeira Matinée - «A Vitela»
- 17.00 - Clube de amigos Disney
- 19.00 - O Justiceiro
- 20.00 - Jornal de domingo
- 20.50 - Alf, uma coisa do outro mundo
- 21.25 - Programa Recreativo - «Os Miseráveis»
- 22.25 - Filmezinho
- 22.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 09.00 - Music Box
- 10.00 - Troféu
- 13.00 - Caminhos
- 13.30 - Novos horizontes
- 13.50 - Veterinário de Província
- 14.45 - Sem Fronteiras - «Os Grandes Rios do Mundo»
- 16.00 - Troféu
- 18.00 - A Bela e o Monstro
- 18.45 - Século XX («A História de Hollywood» - 4.º epis.)
- 19.40 - Primeiro andamento
- 20.10 - Quem sai aos seus
- 20.35 - Artes e letras - Ravel
- 21.35 - Cineclubes: «Sublime Expição», real. Douglas Sirk
- 23.45 - Música n'América.

Segunda **3**

RTP1

- 9.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - O Império de Carson (33.º epis.)
- 14.15 - A Brigada Falcão (série, 3.º epis.)
- 14.40 - Anlmais
- 15.05 - Musical



- 16.00 - Os Roberts (série, 1.º epis.)
- 16.35 - Ponto por ponto
- 17.30 - Brinca brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.10 - Falar Português
- 20.20 - Sassaricando



- 21.20 - Nancy Wake (série, últ. epis.)
- 23.05 - A Grande Aventura (8.º epis.)
- 24.00 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Agora Escolha
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com...
- 18.00 - Uma Escolha Difícil (telefilme)
- 19.00 - Music box especial
- 19.55 - Os Intocáveis
- 21.00 - Jornal das nove
- 21.30 - Maude
- 21.55 - Acerto de Contas (Magazine de Economia)
- 22.25 - Ópera

Terça **4**

RTP1

- 9.00 - Bom dia
- 10.00 - As dez
- 12.15 - Brega e Chique
- 13.00 - Jornal da tarde
- 13.30 - Dallas (19.º epis.)
- 14.15 - Os Super Gatos
- 14.40 - Que Profissão?
- 15.10 - Programa Musical
- 16.05 - Os Roberts
- 16.35 - Ponto por Ponto



- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.20 - Lugar de Encontro
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim meteorológico
- 20.13 - Falar português
- 20.20 - Sassaricando
- 21.15 - Modelo e detective (25.º epis.)
- 22.10 - Primeira Página
- 23.10 - 24 horas
- 23.40 - Remate

RTP2

- 15.00 - Filhos e Filhas
- 15.25 - Elogio da Leitura
- 15.50 - Primeiro Andamento
- 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem
- 16.55 - Sinhá Moça
- 17.30 - Trinta Minutos Com
- 18.00 - Music box (Via rápida)
- 19.00 - Music box (Off the wall)
- 19.55 - Os Intocáveis
- 21.00 - Jornal das nove
- 21.30 - Maude (60.º epis.)
- 22.00 - Cinemadois: «Má Raça»



Filmes

- «Amos» - 6.ª, 00.15, RTP-1
- «Buck Rogers no Século XXV» - sáb., 14.05, RTP-1
- «Os Fugitivos de Alcatraz» - sáb., 23.45, RTP-1
- «A Vitela» - dom. 14.50, RTP-1
- «Sublime Expição» - dom, 21.55, RTP-2
- «Má Raça» - 3.ª, 21.55, RTP-2
- «Momentos de Glória» - 4.ª, 21.25, RTP-1

Música

Quinta

- 19.00, RTP-1: Music Box

Sexta

- 15.00, RTP-1: Jose Feliciano
- 19.00, RTP-2: Music Box

Sábado

- 09.00, RTP-2: Compacto Music Box
- 15.45, RTP-1: Vivamusica
- 20.00, RTP-2: Music Box (Power Hour)
- 21.35, RTP-1: Spandau Ballet

Domingo

- 09.00, RTP-2: Music Box
- 19.30, RTP-2: Primeiro Andamento
- 23.45, RTP-2: Música n'América

Segunda

- 19.30, RTP-2: Music Box Especial
- 22.25, RTP-2: Ópera

Terça

- 15.50, RTP-2: Primeiro Andamento
- 18.00, RTP-2: Music Box (Via Rápida)
- 19.00, RTP-2: Music Box (Off the Wall)

Desporto

- Remate - RTP-1, 5.ª (23.55), 6.ª (23.40), 2.ª (00.30), 3.ª (00.10) e 4.ª (23.45)
- Rotações - RTP-2, 6.ª, 00.50
- Estádio - RTP-2, sábado, 16.00
- Basquetebol - RTP-2, 4.ª, 11.00
- Futebol - RTP-2, 4.ª, 18.55
- Troféu - RTP-2, sáb. (16.00 e 21.15) e dom. (10.00 e 16.00)
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.35
- Basquetebol - RTP-2, 4.ª, 11.00
- Futebol - RTP-2, 4.ª, 18.55



Teatro **O Cartaz**

LISBOA

Clube Estefânia. R. Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. **Perversões**, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Mosteiro dos Jerónimos. 3.ª, 4.ª, 5.ª, sáb. e dom. às 15.00; 6.ª e sáb. às 21.30. **Lusitânia**, adaptação de textos de Gil Vicente, enc. Guilherme Filipe, pelo grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. às 20.30 e 23, dom. às 16.00 e 21.30. **Pijama para Seis**, de Marc Camoletti, enc. Carlos César.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Os Recrutados**, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade.

De 3.ª a sáb. às 21.30. **Olavo e Alberto**, de Heinrich Henkel, enc. José Martins e José Peixoto, prod. do CDIAG. (estreia hoje)

Teatro Politeama, R. Portas Santo Antão. Diariamente às 19.00 **Final de Samuel Beckett**, enc. Mário Viegas.

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Habeas Corpus**, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de

Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Leitinho do Nené**, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

Para Crianças

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24 (às Janelas Verdes). Sáb. e dom. às 16.00. **Pierrot e Arlequim**, de Almada Negreiros, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Carcaças, Pedro I, Príncipe Bezerro**, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 - ao Calvário. Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Quer Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

PORTO

Os Comediantes, R. Gonçalves Cristovão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Possessos de Amor**, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

Teatro do Campo Alegre. De 3.ª a dom. às 21.45, dom. também às 16.00. **Henrique IV**, de Luigi Pirandello, enc. Ulysses Cruz, pelo Seiva Trupe.

TEP - Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 3.ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Leão e Lena**, de G. Buchner, enc. Roberto Merino.

ESTORIL

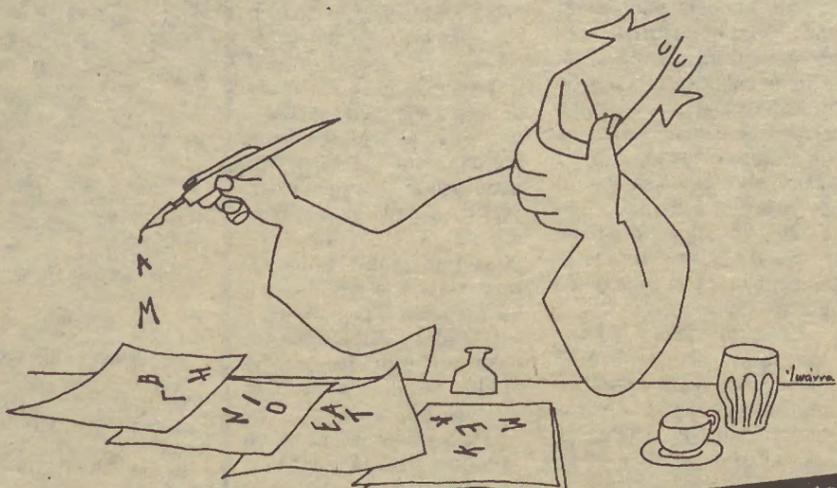
Casino, Pr. J. Teodoro dos Santos. 5.ª e 6.ª às 21.30, dom. às 17. **Piaf**, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Os Acusados	—	—	—	★★★
B	Gente Estranha	★★★★	—	—	★★★★
C	A Luz	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	Uma Outra Mulher	★★★★★	—	★★★★★	★★★★★
E	Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jonathan Kaplan — **Amoreiras** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Andrei Konchalovsky — **King/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Souleymane Cissé — **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa
- D — Real. Woddy Allen — **Hollywood** (14.00, 16.45, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa
- E — Real. Charles Crichton — **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Fonte Nova (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.



...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Concerto da Orquestra Gulbenkian, hoje e amanhã, respectivamente às 21.30 e 18.30, sob a direcção do seu maestro titular Muhai Tang e como solista ao piano Gerard Oppitz, interpretando obras de Mozart, Chopin, e Tchaikovsky.

No dia 1 de Abril, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna, estreia o espectáculo «Doublages», de Jean Paul Venzel. Em cena até 16 de Abril, às 3.00 e 4.00 às 18.30; 5.00 e 6.00 e sábados às 21.30; aos domingos às 16.00.

Dia 4 de Abril, às 18.30, recital Sérgio e Odair Assad, no Grande Auditório da Gulbenkian. Dia 6, às 21.30, no mesmo espaço, Coro e Orquestra Gulbenkian.

No Coliseu dos Recreios, dia 31 às 21.30, concerto de Maria João Pires com o percussionista Burhan Oçal. No dia 2, no mesmo espaço, às 21.30, concerto de M. Davis.

Concerto de Rock, dia 1 às 22.00, na Colectividade Liberdade Atlético Clube (Bairro da Liberdade),

com o grupo AZVZ e o grupo Heave-Metal YBERIA.

Debates

no Espaço CESL (R. Almirante Barroso) debate sobre a «Mulher na Comunicação Social», com Diana Andringa, Antónia de Sousa, Helena Neves e Susana Ruth Vasques. Música popular portuguesa com Jorge Lomba.

Exposições

Artistas Africanos, de 2 a 4 de Abril, no Museu Municipal de Santiago do Cacém, das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.30.

Exposição fotográfica da autoria de Manfred Hamm, no Instituto Alemão, de 30 de Março a 21 de Abril.

Semana do cinema soviético

Amanhã inicia-se no Quarteto mais uma semana do cinema soviético, iniciativa da Associação Portugal-URSS em colaboração com a

SEMANA DO CINEMA SOVIÉTICO

LISBOA
Cinema Quarteto de 31 de Março a 6 de Abril

COIMBRA
Cine-Teatro Gil Vicente de 10 a 17 de Abril

PORTO
Cine-Clube Porto de 21 a 28 de Abril

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL URSS SOVEXPORTFILM

Sovexportfilm e a quele cinema lisboeta:

6.ª — «Voos entre o sonho e a realidade», de Roman Balaian

sáb. — «O espantoso», de Roland Bykov

dom. — «O meu amigo Ivan Lapchine», de Alexei Guerman

2.ª — «A lenda da fortaleza de Suram», de Serguei Paradjanov

3.ª — «O comboio parou», de Vadim Abdrachitov

4.ª — «Caído do céu», de Natália Troschenko

5.ª — «Mulher só procura relacionar-se», de V. Krichtofvitch.

Sessões às 15, 17, 19 e 21.30 horas, excepto para «O espantoso» (14.30, 16.45, 19 e 21.30). Os filmes são legendados em português, excepto «Ivan Lapchine»

que tem legendas em espanhol.

A semana do cinema soviético desloca-se depois a Coimbra (de 10 a 17 de Abril) e ao Porto (de 21 a 28 de Abril).

O ABC inicia um novo ciclo: «8 cineastas que marcarão 10 anos»: amanhã, às 18.45, no Quarteto. «O Casamento de Maria Braun», de Fassbinder.

Mais teatro

Decorre até domingo a semana do teatro em Loures, iniciativa dos grupos amadores do concelho com apoio da Câmara Municipal. Hoje às 21.30 na Sociedade Recreativa da Manjoelra o Grupo de Teatro Amador de Caneças leva à cena «Uma chávina de chá».

No fim-de-semana os espectáculos decorrem no Polivalente de Odivelas, e são seguidos de colóquios:

sábado, 21.30 — «O baile», pelo grupo A barraca, colóquio sobre o teatro vicentino durante o renascimento;

sábado, 21.30 — **Bailado pela Companhia de dança do Tejo**, colóquio sobre expressão corporal; domingo, 16.00 — Centro Cultural de Évora com os **Bonecos de Santo Aleixo**, que serão tema do colóquio.

O Centro Dramático Intermunicipal de Almeida Garret, que tem no teatro da Trindade «Olavo e Alberto», estreou no Dia Mundial do Teatro e mantém em cena até domingo, na Sociedade Euterpe Alhandrense, «A estalajadeira», de Carlo Goldoni, com encenação de Mário Barradas; de 6 a 9 de Abril este trabalho do CDIAG estará no Ateneu Artístico Vilafranquense.

Exposições

• LISBOA

Alberto Gordillo — «Do Metal à Transparência», jóias. Museu do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Paço do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Américo Freire — Pintura. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 9/4).

António Botelho — «Em Lisboa, os automóveis», pintura. Gal. S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 167 (até 31/3).

«**A Aventura Humana**» — Museu de Etnologia (Av. Ilha da Madeira). Das 10 às 12.30 e das 14 às 17. Até 31/3.

Cerveira Pinto — Desenhos. Loja do Desenho. R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 1/4).

«**Cinco Séculos de Comunicação**» (Da malaposta ao telégrafo; as novas tecnologias nas telecomunicações) — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

«**Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro**» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

Daniel Nave — Pintura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A (até 11/4).

Ena Berta — Pintura. Clube 50, R.S. Mamede ao Caldas, 9-1.º.

sáb. das 16 às 20 (até 3/4).

Glória Elena (México) — Pintura. Gal. João Hogan/Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 22; sáb. das 15 às 18. Até 15/4.

Hervé Dangle — Fotografia. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30. (Até 6/4).

Isabel Laginhas — Pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira (Couchéus). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 20; sáb. das 15 às 19 (até 15/4).

João Vilhena — Fotografia. Foto Galeria, Costa do Castelo, 12-A (Até 31/3).

Joaquim Bravo — Pintura. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz



Escultura de João Duarte



Pintura de Ernesto de Fiori



Tarsila do Amaral

Museu do Traje (Parque do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4.

• PORTO

Gil Teixeira Lopes — Pintura e escultura. Gal. EG. De 3.ª a sáb. das 14 às 20.

Tâpies — Pintura, gravura, litografia. Gal. Fluxus, R. Rosário, 125-129 (até 13/4).

Vieira da Silva e Arpad Szenes — Retrospectiva anos 30 a 80. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20 (Até 2/4).

Zélia Roque — Pintura. Inter-Atrium, Av. Boavista, 1471 (até 2/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

«**Dos Modernistas aos anos sessenta**» — colectiva de desenhos de Viana, Souza-Cardoso, Carvalhal, Mantta, Almada, Barradas, Pavia, Pomar, entre outros. Galeria Municipal de Arte. De 3.ª a dom. das 15 às 23 (10/4) ALMADA.

João Duarte — Escultura. Galeria dos Patudos (Casa Museu dos Patudos) ALPIARÇA.

Colectiva (Colectão Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

Maria Keil — Pintura (anos 40-80). Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 16/4) COLARES.

Louro Artur — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Fátima Cruz Neves — Pintura. Casa de Bocado/Galeria Municipal. De 2.ª a 6.ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 15 às 18 (até 31/3) SETÚBAL.

Colectiva de pintura — Gal. Neupargama (Rua Mig. Bombarda, 15). De 2.ª a 6.ª das 14 às 20, sáb. das 10 às 13 e das 16 às 19. TORRES VEDRAS.



Paulo Ossião — Pintura. Gal. A Janela Verde, Rua do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 6/4).

Pedro Chorão — Pintura. Gal. Lambertini, Av. Liberdade, 166. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/4).

René Lalique, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Rogério Amaral — Pintura e escultura (retrospectiva). Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. (até 31/3).

Rui Paes — Pintura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 3/4).

Sá Nogueira — Pintura e aquarelas. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111. De 2.ª a 6.ª das 14 às 19 (até 15/4).

Seis Décadas de Arte Moderna Brasileira (col. Roberto Marinho) — Pintura de Di Cavalcanti, Portinari, Guignard, Cícero Dias, entre outros. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª das 10 às 17; sáb. e dom. das 14 às 17 (até 2/4).

Traje popular nos arredores de Braga —

• LISBOA

Paulo Ossião — Pintura. Gal. A Janela Verde, Rua do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 6/4).

Pedro Chorão — Pintura. Gal. Lambertini, Av. Liberdade, 166. De 3.ª a sáb. das 15 às 20 (até 1/4).

René Lalique, ourives e joalheiro — Museu Calouste Gulbenkian. De 3.ª a dom. das 10 às 17. Até final de Abril.

Rogério Amaral — Pintura e escultura (retrospectiva). Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2.ª a sáb. das 15 às 20. (até 31/3).

Rui Paes — Pintura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16 às 20 (até 3/4).

Sá Nogueira — Pintura e aquarelas. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 111. De 2.ª a 6.ª das 14 às 19 (até 15/4).

Seis Décadas de Arte Moderna Brasileira (col. Roberto Marinho) — Pintura de Di Cavalcanti, Portinari, Guignard, Cícero Dias, entre outros. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª das 10 às 17; sáb. e dom. das 14 às 17 (até 2/4).

Traje popular nos arredores de Braga —

Tempo Fim de Semana



Previsão do Instituto de Meteorologia e geofísica. Céu muito nublado, com chuva. Pequena subida da temperatura mínima.



a TV

... E cantam de galo...

Inauguraram-se uns quilometros de estrada. A televisão falou e falou e falou no assunto, com Cavaco Silva em primeiro plano nas discursatas. Por ele soubermos as coisas formidáveis que o Governo tem feito e o mais que ainda pensa fazer dentro de não sei quantos anos.

Parecia estarmos em presença de uma generosa dádiva feita pelo Primeiro-Ministro às populações. Enfim, como se tem falado tanto de mecenato...

Por acaso viemos a saber que da algibeira do ministro ou dos do seu Governo nada saíra. Para os quilometros de estrada o povo português entrara com algum dinheiro dos seus impostos e o restante viera do FEDER.

Uns põem os ovos e outros cantam de galo...

Lá isso, é

Trata-se, já por diversas vezes, tenho dito, de uma televisão controlada pelo Governo. É do conhecimento geral e não é a correcção ou incorrecção da notícia que está em causa. Neste momento, convém apenas sublinhar um aspecto curioso: é a televisão portuguesa quem o diz e com alguma indignação que me deixou (porque não dizê-lo?) estupefacto.

Foi no segundo canal. Mais propriamente no **Jornal das Nove**. A meio do noticiário, eis senão quando vem a denúncia: a televisão, vejam só, é controlada pelo Governo!

Despertei com mais atenção para aquele momento histórico. Acabei por saber que a televisão em causa era... a da África do Sul.

No entanto, é saudável ver a rapaziada da RTP contra as televisões controladas pelos governos. Lá isso, é.

Primeiro, a liberalização; depois, a repressão...

Entrei no Telejornal alguns minutos atrasado e por isso não sei se Cavaco participou dele. Deve ter participado, evidentemente.

Mas ainda me foi dado assistir às presenças e parências de quatro governantes: Fernando Nogueira, Albino Soares, João de Deus Pinheiro e Roberto Carneiro. Na conta...

Não foi por isso que o dito boletim me ficou na memória (isso já é banal...) mas sim pelas palavras violentas que um profissional do ramo automóvel dirigiu ao Governo, a propósito das restrições em acção. A medida foi considerada «uma aberração legal e política.»

Se bem se recordam, a liberalização na compra de automóveis foi um dos fios da rede com que o PSD apanhou os votos. Agora, como já não precisa, aperta a tarracha. O mesmo aconteceu com o crédito à habitação, os subsídios aos agricultores, etc., etc. As máscaras têm vindo a cair — e talvez mais depressa do que os aldrabões previam.

A indignação é justa. Mas é preciso não se ficar por aí. É preciso «dar-lhe a volta» política.

Na mesma peça, o locutor dizia que, perdido o sonho do automóvel particular, «o povo português passara agora a sonhar com um melhor serviço público...»

O traço a giz está feito. Do lado de cá, estão os eleitos, a elite, os endinheirados com direito ao carrinho; do lado de lá «os que sonham com um melhor serviço público...»

É evidente a crueldade da dicotomia. E também é evidente que, com os novos planos de privatização à vista, o serviço dos transportes não fará senão piorar. A sua degradação, aliás, acentuou-se de dia para dia.

Um debate sobre o assunto esclareceria muita coisa. Mas o Governo foge dele.

«Cassettes» antigas...

O filme não é novo, mas apresenta situações parecidas com algumas nossas bem conhecidas. As **cassettes** anticomunistas que dia a dia se repetem.

Intensificavam-se as perseguições. Os membros do partido eram traidores à pátria, estavam a soldo do estrangeiro, espalhavam a imoralidade, eram os fomentadores da violência. Queriam subverter a ordem, espalhar o caos, ofender os justos privilégios, atacar as mulheres, espalhar utopias revolucionárias completamente irrealistas. Portanto, eram legítimas todas as medidas para os combater...

Estou a referir-me às perseguições a que os grandes senhores romanos sujeitavam o que eles chamavam «o partido dos cristãos»...

O filme passou na época da Páscoa e certamente terá levado muita gente a reflectir...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Porque é Sábado

É colorida, não suja muito as mãos, tem um formato com que se lida bem, um director conhecido do público... Isto é o que se vê da revista «Sábado». Mas que tal ler mais atentamente o que lá se publica? Por exemplo, no número de semana passada.

Falta de assunto

«De vez em quando, jornais há que não resistem e vá de querer saber se o Presidente da República se recandidata, se algum que já foi se volta a recandidatar ou se há novos candidatos em exercício de aquecimento. E, claro, que sobre tudo isto se fala e escreve, com uns a dizerem que de maneira nenhuma, outros a confessarem que nunca dizem que desta água não beberão e outros a piscarem o olho para onde o dote mais lhes convém.

É natural. É o *bla-bla* da Comunicação interdisciplinar, na sua busca da formação de opinião pública. É a vontade de andar na crista da onda. São as primeiras andorinhas da Primavera...»

(...)

«Mas é curioso como todos, uns mais, outros menos, entram no jogo, parecendo atletas nos 50 quilómetros-marcha, tudo a dar ao rabo, minha gente, com as lebres lá à frente e cada um a aguardar-se para a fase final da corrida, procurando aparecer na fotografia da melhor maneira.

Vem isto a propósito não só da própria actualidade destes factos, mas também de outras notícias recentes que só aparentemente não têm que ver com isto: o regresso convalescente do dr. Álvaro Cunhal e a doença súbita do prof. Freitas do Amaral, felizmente já em franca recuperação. Porquê?! Ora vejam só: Qual dos interrogados, que só pelo facto de o serem se transformam em potenciais candidatos, foi capaz de responder como qualquer um de nós responderia: «Oh homem! Sei lá se estou vivo em 1991?».

Pois é. A política transforma os homens em cada mula...»

(Da «Carta de Sábado», de Joaquim Letria, intitulada «Falta de Assunto»)

Ilusões e visões

«A política de Defesa do líder soviético Mikhail Gorbachev é extraordinariamente mais perigosa do que a seguida pelos seus antecessores. Isto ao contrário do que nos parece fazer crer».

(...)

«Deixemo-nos de ilusões. Acabar com as armas nucleares no Mundo é uma fantasia tão irreal como dizer que a pólvora vai ser banida do nosso planeta. As armas nucleares não mais se desinventam. Temos de viver com elas até ao fim dos dias. Por isso mesmo, falar em desarmamento nuclear mundial não passa de um *slogan* propagandístico.

O mesmo já não se pode aplicar em relação ao desejo

de desnuclearizar a Europa. Esse é um objectivo perseguido com tenacidade pelo líder soviético, especialmente quando introduz o conceito de «Casa Comum Europeia».

Mas também não tenhamos ilusões: Gorbachev mostra claramente o seu desejo de enfraquecer a ligação e credibilidade da Defesa nuclear dos Estados Unidos e da Europa. Quando fala de uma família europeia que vai do Atlântico aos Urais, Gorbachev exclui propositadamente os Estados Unidos — a garantia da segurança da Europa Ocidental.

Desnuclearizada a Europa, alguém acredita que a URSS reduziria as forças convencionais até um ponto de equilíbrio com a NATO? Percam as ilusões...»

(Da crónica de Luís Delgado «Sem Ilusões»)

À luz da Lua

«Cavaco Silva — As trocas epistolares entre o Primeiro-Ministro e o general Lemos Ferreira, acerca da deslocação do primeiro à Guiné, são próprias de um país, onde, pelos vistos não está ainda clarificado o papel e as funções das Forças Armadas e dos seus chefes, apesar da Lei Fundamental portuguesa, ser peremptória em relação a isso. Daí que sejam de assinalar os termos, firmes, mas simultaneamente tranquilos, do comunicado do gabinete do Primeiro-Ministro. Lua Cheia.

(«Fases da Lua», página 19)



O Pavilhão

«O Pavilhão, embora composto, nunca encheu; o entusiasmo, embora razoável, nunca transbordou.

Com uma hora de atraso, Jorge Sampaio, rodeado de clareiras, atravessou em menos de um minuto o Pavilhão.»

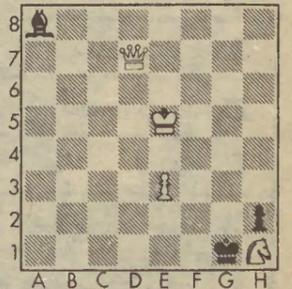
(...)

«Voltei lá na noite seguinte. Nenhuma voz assinalava a efeméride. Em contrapartida, o Pavilhão transbordava de entusiasmo e a multidão acorria à hora marcada.»

(Da reportagem de Constança Cunha e Sá sobre os comícios do PS e do PCP no Pavilhão Carlos Lopes)

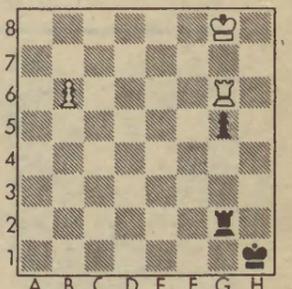
Xadrez

CXCVI — 30 de Março de 1989
Proposição N.º 196-A
Por: L. Lamérat
«Le Temps», 1933



Mate em 4 lances

Proposição n.º 196-B
Por: E. Kapfer
«Tidskrift for Schack»



Jogam as Brancas e ganham

Soluções do N.º CXCVI

N.º 196-A (L.L.): 1. Dd2 [ameaça 2. Df2+, R:g1; 3. Df1+...]... B:h1; 2. Dd1+, Rg2; 3. Rf4, Rh3; 4. Dg3+
Se: 1. ..., R:h1; 2. Rf4 seguido de: 3. Rh3 e Df2+

N.º 196-B (E.K.): 1. Th6+, Rg1; 2. Th5,g4; 3. Th4,g3; 4. Th3,Tb2; 5. T: g3+,Rf2; 6. Tg6,R63; 7. Td6 e ganham.

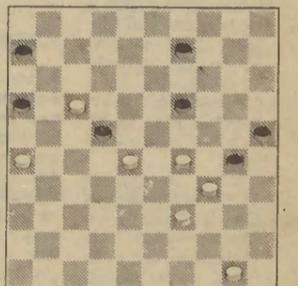
Se: 3. Tb5,Td2 nuloi
Se: 4. ..., Rf1; 5. Th1+

A. de M.M.

Damas

CXCVI — 30 de Março de 1989
Proposição N.º 196
Por: M.J. Kuipers (N.L.)
1958

Pr.: [7]: 6-9-16-19-22-25-30
Br.: [7]: 17-26-28-29-34-39-50

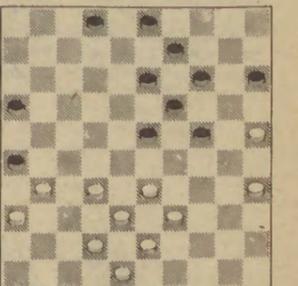


Jogam as Brancas e ganham

Golpe n.º 196

Por: I. Kupierman

Pr.: [11]: 2-3-9-13-14-15-16-19-23-24-26
Br.: [11]: 25-31-32-33-35-36-38-39-42-43-48



Jogam as Brancas e fazem Dama

Soluções do N.º CXCVI

Miniatuza n.º 196 (M.J.K.): 29-23 (22x44); 23X3= (30x39); 26-21 (16x27); 17-11 (6x17); 3x30...+
Golpe N.º 196 (I.K.): 25-20 (26x28); 20x18 (13x22); 39-34 (28x30); 35x4=D

A. De M.M.